



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CINTHIA DE OLIVEIRA SANTOS LEAL

**A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: desafios e perspectivas no
âmbito da Universidade Federal de Pernambuco**

Recife
2024

CINTHIA DE OLIVEIRA SANTOS LEAL

**A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: desafios e perspectivas no
âmbito da Universidade Federal de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Borba de Arruda

Recife

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Leal, Cinthia de Oliveira Santos.

A internacionalização em casa: desafios e perspectivas no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco / Cinthia de Oliveira Santos Leal. - Recife, 2024.

111f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.
Orientação: Ana Lúcia Borba de Arruda.

1. Universidade Pública; 2. Internacionalização da Educação Superior; 3. Internacionalização em Casa; 4. Estratégias e Políticas de Internacionalização. I. Arruda, Ana Lúcia Borba de. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CINTHIA DE OLIVEIRA SANTOS LEAL

**A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: desafios e perspectivas no
âmbito da Universidade Federal de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 10/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lúcia Borba de Arruda (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Madson Góis Diniz (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edson Francisco de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cristiane Salomé Ribeiro Costa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Não há como começar esta seção sem reverenciar a relação da educação com a minha infância, pois cresci entre horários de aulas impressos em papel pautado, cursos de capacitação, livros de psicopedagogia na estante e revistas Sala de Aula, que faziam parte do dia a dia da minha mãe que exerceu várias funções nas escolas do município de Pesqueira, agreste de Pernambuco: foi professora e coordenadora pedagógica. A busca por conhecimento era uma constante e conviver com isso me trouxe até aqui.

Assim vivi esse processo com total abertura para o aprendizado, para o errar e refazer com mais cuidado. Nem sempre foi fácil. A insegurança, a pandemia, as aulas online, o contato apenas virtual com os colegas e professores, foram alguns dos obstáculos desse processo. Porém CORAGEM, substantivo feminino, nunca faltou. E aqui estamos com nosso produto final: a dissertação.

Os agradecimentos iniciais, é destinado a mim mesma. Mulher de 49 anos, casada, mãe de dois filhos, funcionária pública federal há 29 anos, que muitas vezes achou que não seria capaz, e mesmo assim persistiu.

Em seguida, reverencio outra mulher - a minha orientadora, a Profa. Ana Lúcia Borba de Arruda, que sempre me acolheu nos momentos de “crise” de todo o processo da pesquisa. Muito Obrigada!!!

Aos meus familiares: Sérgio - esposo e companheiro incondicional; Gabriel e Guilherme - filhos amados; “Véio” Doca e Dona Tina - pais que sempre estiveram comigo em qualquer situação; irmão, cunhada e sobrinhos. Esses fazem a vida pulsar em qualquer situação e são de fato quem a gente conta nas diversas ocasiões.

Aos docentes do Centro de Educação da UFPE: Ramon de Oliveira, Kênio Lima, Gustavo Gilson Oliveira, Janete Lins, Márcia Ângela, Kátia Cunha. Obrigada pelos textos maravilhosos que nos proporcionaram enxergar o mundo com outros olhos.

Aos colegas das disciplinas que muitas vezes foram terapeutas, colo e abraço e compartilharam dos momentos de angústia, mesmo que no mundo das telas, em especial à Rafaela e Raab.

Aos colegas Antônio Marcos Uchoa, do IFSertão-PE, pela ajuda com a dissertação, lançando um olhar de pesquisador e revisor de artigos científicos; Profa.

Katielle Susane, hoje docente da UFRR, e a colega da UFPE Fernanda Santos, ambas, mesmo do outro lado do Atlântico, em terras lusitanas, se propuseram a me ajudar sempre que fosse possível com o processo da pesquisa.

Aos colegas de trabalho da Diretoria de Relações Internacionais: Rebeca, Mariana, Vítor, Suzana Rebeca, Alexandre, Annuska e Ana Cristina. Sempre ouviram meus lamentos (haja ouvido!).

Aos chefes: Profa. Suzana Monteiro, Profas. Maria Leonor Alves Maia e Eva Carolina e, um agradecimento especial, ao Prof. Madson Diniz, incentivador desde o primeiro momento desse caminho.

À Diretoria de Relações Internacionais, setor da UFPE que exerço minhas atividades profissionais e que apoiou desde sempre esta pesquisa.

À Universidade Federal de Pernambuco, instituição que faço parte como servidora pública desde 2001 e a qual me orgulho muito de ter sido também aluna na graduação em Pedagogia e no Mestrado em Educação. A UFPE faz a diferença na vida das pessoas.

À DEUS, por ter colocado no meu caminho tantas pessoas comprometidas com a educação pública gratuita e de qualidade. Sem Ele nada somos.

RESUMO

A Internacionalização em Casa (IaH), é uma das vertentes da internacionalização da educação superior que tem como objetivo produzir no próprio campus experiências universitárias internacionalizadas inclusivas a fim de beneficiar o maior número de estudantes. A pesquisa aqui apresentada se propôs analisar o processo de implementação da IaH como política de internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco. Para tanto, analisamos nos documentos da IES como vem sendo pensada a política de IaH; identificamos as ações que contemplam a IaH no período de 2017 a 2021 e, apresentamos a percepção dos gestores e coordenadores acerca dos desafios e da IaH na UFPE. Metodologicamente, a pesquisa está ancorada numa abordagem qualitativa, através de um estudo de caso que utilizou a análise de conteúdo como ferramenta de análise dos dados coletados através de documentos e entrevistas. Os resultados apontam que apesar de constar nos documentos que estruturam a política de internacionalização da UFPE, de fazer parte de algumas ações, mesmo que informais, e de ser uma estratégia importante na visão dos gestores do escritório de Relações Internacionais, a IaH continua sendo um desafio para a instituição de educação superior estudada no sentido de manter e planejar ações que se sustentem e que contribuam para uma internacionalização inclusiva na perspectiva de contemplar uma parcela maior dos estudantes. Cabe registrar, que os resultados aqui apresentados podem ser utilizados pela IES para rever questões como pensar práticas de internacionalização alternativas voltadas para promoção de ações mais democráticas e inclusivas, que permitam reduzir desigualdades e assim, abranjam grupos sociais da universidade que vivenciam dificuldades de inserção nos programas de internacionalização ofertados, como, por exemplo, o programa de mobilidade estudantil.

Palavras-chave: Universidade Pública; Internacionalização da Educação Superior; Internacionalização em Casa; Estratégias e Políticas de Internacionalização.

ABSTRACT

The Internationalization at Home (IaH) is one of the aspects of the internationalization of higher education that aims to produce inclusive internationalized university experiences on campus with the aim of benefiting the greatest number of students. This research aimed to analyze the IaH implementation process through the internationalization policy of the Federal University of Pernambuco. To this end, we analyzed how the Internationalization at Home policy is presented in the structuring documents of the higher education institution (HEI) we researched; identified the actions developed over 5 years (2017 to 2021) that contemplate IaH; and introduced the challenges and perspectives that arise for the future of IaH (in the perception of managers and coordinators). Methodologically, the research is anchored in a qualitative approach, through a case study that used content analysis as a tool for analyzing data collected through documents and interviews. The results indicate that despite being included in the documents that structure UFPE's internationalization policy, appearing in some actions, even if they are informal ones, and consisting of an important strategy in the view of the managers of the International Relations office, IaH continues to be a challenge for the UFPE in terms of maintaining and planning actions that are sustainable and that contribute to inclusive internationalization, with the perspective of covering a larger portion of students. It is worth noting that the results presented here can be used by the HEI to review issues such as thinking about alternative internationalization practices aimed at promoting more democratic and inclusive actions, which allow reducing inequalities and thus covering social groups at the university that experience difficulties in insertion in the internationalization programs offered, such as the student mobility program.

Keywords: Public University; Internationalization of Higher Education; Internationalization at Home; Internationalization strategies and policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Ciclo da Internacionalização	39
Figura 2 -	Estrutura Organizacional da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE	54
Figura 3 -	Mobilidade Out – Alunos Intercambistas UFPE (por Ano) 1999/2020	56
Figura 4 -	Mobilidade Out - Alunos Intercambistas UFPE (por Continente) 1999/2020	56
Figura 5 -	Mobilidade In - Alunos Estrangeiros na UFPE (por Ano) 1999/2019	57
Figura 6 -	Mobilidade In - Alunos Estrangeiros na UFPE (por Continente) 1999/2019.1	57
Figura 7 -	Níveis de Planejamento UFPE	63
Figura 8 -	17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável	68
Figura 9 -	Interseção entre eixos estratégicos e eixos transversais	69
Quadro 1 –	Implicações da Globalização na dimensão Internacional do Ensino Superior	22
Quadro 2 –	Atores e seus papéis na internacionalização da educação superior	32
Quadro 3 –	Razões que movem a internacionalização	34
Quadro 4 –	Abordagens à Internacionalização	35
Quadro 5 –	Estratégias de Internacionalização	37
Quadro 6 –	Teses e Dissertações Seleccionadas	41
Quadro 7 –	Ferramentas para a IaH	45
Quadro 8 –	Práticas de IaH	46
Quadro 9 –	Equívocos e Obstáculos para a IaH	49
Quadro 10 –	Relação de convênios em destaque/ Por continente	55
Quadro 11 –	Perfil dos Entrevistados	59
Quadro 12 –	Sistematização do <i>Corpus</i> Documental	62
Quadro 13 –	Sistematização de ações de Internacionalização em Casa a partir do PAI (2017 a 2021)	72
Quadro 14 –	Sistematização de Ações de IaH desenvolvidas pela UFPE	73

(2018 a 2021)

Quadro 15 – Disciplinas BRAVE na UFPE (2018 a 2021)

74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAVE	Programa <i>Brazilian Virtual Exchange</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI	Coordenação de Cooperação Internacional
CLING	Coordenação de Línguas e Interculturalidade
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COIL	<i>Collaborative Online International Learning</i>
CPS	Centro Paula Souza
CSF	Programa Ciência sem Fronteiras
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
EAIE	<i>European Association International Education</i> Associação Europeia de Educação Internacional
eMOVIES	Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IaH	<i>Internationalization at Home</i> Internacionalização em Casa
IES	Instituição de Ensino Superior
ISF	Inglês sem Fronteiras
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOOCS	<i>Massive Online Open Courses</i>
MOVI	Programa de Mobilidade Virtual
MSU	<i>Michigan State University</i>
NAFSA	<i>Association of International Educators</i> Associação de Educadores Internacionais
NUCLI	Núcleo de Línguas da UFPE
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUI	Organização Universitária Interamericana

PAI	Plano de Ação Institucional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI	Plano Estratégico Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PRINT	Programa Institucional de Internacionalização
PROACAD	Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação/UFPE
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1	O Processo da Internacionalização da Educação Superior	19
2.1.1	Contexto Histórico	26
2.1.2	Conceitos	30
2.1.3	Atores, Objetivos, Abordagens e Estratégias	32
2.1.4	Produção do Conhecimento acerca do Processo de Internacionalização da Educação Superior	40
2.2	Internacionalização em Casa	44
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	52
3.1	Contexto da Pesquisa	53
3.2	Coleta e Análise dos Dados	58
3.3	Comité de Ética	61
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	62
4.1	Os Documentos Institucionais	62
4.1.1	O Plano Estratégico Institucional (PEI)	63
4.1.2	O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	65
4.1.3	O Plano de Ação Institucional (PAI)	66
4.1.4	O Plano de Internacionalização	66
4.2	As Ações de Internacionalização em Casa na UFPE	71
4.2.1	O Programa de Mobilidade Acadêmica Virtual – Brazilian Virtual Exchange Program (BRAVE)	73
4.2.2	O Programa de Mobilidade Virtual (MOVI)	75
4.2.3	A Coordenação de Línguas e Interculturalidade (CLING)	75
4.2.4	O Núcleo de Línguas da UFPE (NUCLI)	75
4.2.5	O Programa de Apadrinhamento	76
4.2.6	Outras Ações	76
4.3	A IaH na Percepção dos Gestores	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	107

ESCLARECIDO

APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM 110
GESTORES DA DIRETORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é parte de uma pesquisa desenvolvida no mestrado dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e insere-se dentro de um projeto maior que estuda o processo de Internacionalização da Educação Superior no âmbito da UFPE.

Trata-se de um trabalho cujo tema é a Internacionalização em Casa ou Internacionalização Doméstica, no inglês, *Internationalization at Home* (IaH) que surge nas universidades como estratégia para expandir a dimensão internacional e se apresenta como um desafio: o de oportunizar a todos o acesso à internacionalização da educação.

O processo de globalização impulsionou o processo de internacionalização das universidades no final do século XX uma vez que exigiu das instituições se adequarem às mudanças vigorosas no ambiente econômico, social, político e cultural. Embora o processo de globalização seja predominantemente um processo econômico, sua retórica de competição afetou diretamente o campo educacional. Na educação superior um dos impactos é o de preparar as universidades para atender os requisitos internacionais. Requisitos esses que exigem dos estudantes qualificações e habilidades internacionais, mas também interculturais. Neste contexto, uma das tônicas é a internacionalização em casa (doravante IaH).

O conceito de IaH é definido como a integração proposital das dimensões internacionais e interculturais nas áreas formais e informais do currículo para todos os estudantes em ambientes de aprendizagem domésticos. O intuito é o de propiciar novas alternativas de internacionalização da educação superior, com uma perspectiva mais equitativa, e tem como objetivo produzir experiências universitárias internacionalizadas inclusivas com o propósito de beneficiar um maior número de estudantes, é limitada ao ambiente doméstico de aprendizagem, ou seja, no próprio campus, e não inclui educação no exterior (Beelen, 2007, 2019; Beelen e Jones 2015, 2018).

Esta preocupação surge nas universidades brasileiras quando se constata que a modalidade de intercâmbio acadêmico internacional, uma das mais estudadas e debatidas no meio acadêmico, tem baixa adesão entre os estudantes brasileiros (Stallivieri, 2002, 2017b). Uma pesquisa do governo australiano, de 2017, realizada pela *IIE Center for Academic Mobility Research and Impact*, e publicada através da

Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI¹), demonstrou, dentre outras categorias, que apenas 0,6% dos estudantes brasileiros realizam parte dos seus estudos no exterior e que a demanda brasileira é relativamente baixa se comparada com outros países da América Latina. Logo, torna-se um desafio para as instituições de educação superior a ampliação dessas oportunidades, que visam, dentre tantas possibilidades, fornecer experiências multiculturais para os estudantes.

Outro fato importante desse cenário é que no Brasil, nos últimos anos, um dos processos mais afetados na educação superior foi o da internacionalização. O fim do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF²) gerou um impacto direto na diminuição de estudantes que saem do país para realizar parte dos seus estudos no exterior. Some-se ao fato, a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19)³ e os cortes orçamentários na educação superior pública no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) que fizeram com que as universidades públicas entrassem num cenário atípico e criassem protocolos emergenciais para garantirem a continuidade das suas atividades e ações, especialmente àquelas voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

Em 2017, após o término do CsF (cujo último edital ocorreu em 2014), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) lança o Programa Institucional de Internacionalização (PRINT), que visava à seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa e tinha, dentre outros objetivos, fomentar a construção, a

¹ A FAUBAI - Associação Brasileira de Educação Internacional, atua na ampliação do processo de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, na promoção do sistema de educação brasileira no exterior e na capacitação profissional de seus associados. Criada em 1988, agrega mais de 200 instituições de ensino superior associadas, entre públicas e privadas, e reúne gestores e responsáveis de assuntos internacionais de instituições de ensino superior brasileiras.

² O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi lançado no final de 2011 através do Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2012, na gestão da Presidenta Dilma Rousseff. Tinha como objetivos: Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. Contemplava bolsas nas seguintes modalidades: graduação sanduíche, pesquisa, mestrado profissional, doutorado sanduíche, doutorado pleno, pós-doutorado. De acordo com o site do Programa, a última chamada foi lançada em 2014. (Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 27 jul. 2023.)

³ A Organização Mundial da Saúde caracterizou a Covid-19 como pandemia. Na perspectiva de se resguardar, a época, diversos países fecharam suas fronteiras e suspenderam as atividades presenciais, afetando a ida e vinda de estudantes e professores. (Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 28 jul. 2023).

implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas, reconhecendo desta forma a heterogeneidade dos níveis de internacionalização de cada IES brasileira.

Neste cenário, emerge nas instituições de educação superior a necessidade de elaboração de um Plano de Internacionalização para concorrer aos recursos que o PRINT disponibilizava para alavancar as possibilidades de internacionalização nas IES, caso o projeto fosse selecionado. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) mobilizou-se e construiu o seu Plano de Internacionalização 2017-2027. No documento são definidos 5 eixos estratégicos: 1. Mobilidade Acadêmica; 2. Internacionalização do Ensino de Graduação, de Pós-graduação, Pesquisa e da Extensão; 3. Internacionalização em Casa; 4. Missões Institucionais e Participação em Redes; 5. Desenvolvimento de Capacidades. Aqui, destacamos o Eixo 3 “Internacionalizar em casa”, objeto deste estudo, pois algumas ações e iniciativas ocorreram nesta direção.

Elegemos a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como *lócus* de investigação para um estudo de caso, por entender que cada instituição vai conceber a sua política de internacionalização a partir da importância e singularidade do seu contexto local, portanto, precisa ser customizada para cada situação e deve se considerar as diferenças entre países e regiões do mundo, reconhecendo que as prioridades, razões, abordagens, riscos e benefícios são diferentes (Knight, 2020, p. 13). O marco temporal da pesquisa compreende o período de 2017 a 2021, tendo em vista que o Plano de Internacionalização institucional foi elaborado em 2017 e implementado em 2018.

Outras universidades federais do estado de Pernambuco, como: a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) não mencionam nos seus planos de internacionalização esta estratégia no período estabelecido para esta pesquisa.

A escolha da UFPE como *lócus* de pesquisa deve-se também ao fato de esta instituição, junto com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Centro Paula Souza (CPS) terem sido a pioneira na implementação da iniciativa *Collaborative Online International Learning (COIL)* no Brasil, através da criação do Programa *Brazilian Virtual Exchange (BRAVE)*, que possibilita aos estudantes da UFPE

participar de forma *online* de disciplinas colaborativas ministradas em conjunto com professores de instituições estrangeiras. O modelo estabelecido pela UFPE foi utilizado como parâmetro para que outras instituições do país implementassem iniciativas semelhantes e o BRAVE foi institucionalizado pela FAUBAI como um programa nacional.

Para além das justificativas já mencionadas, identificamos lacunas que justificam um caso a ser pesquisado no sentido de entender quais os motivos que levaram a instituição, UFPE, a pensar nesse pilar de internacionalização. Neste sentido, nos indagamos: a IaH está realmente consolidada através das ações ou é só uma estratégia para internacionalização inserida num documento institucional? Existe/existiu alguma política externa que influencia as ações? Como essa política é entendida internamente? Os indivíduos responsáveis pelo escritório de relações internacionais se envolvem com as ações e têm consciência do que é a IaH?

Trata-se de uma temática pouco explorada nos trabalhos acadêmicos realizados no Brasil, como apontou o nosso levantamento (subseção 2.1.4 Produção do Conhecimento desta pesquisa).

Nossa motivação para realizar esta pesquisa emerge também por questões pessoais e profissionais. Em 2001 ingressei na UFPE, como assistente em administração, e desde então exerço minhas atividades na Diretoria de Relações Internacionais. Nesse período percebi que as oportunidades de intercâmbio na instituição abrangem uma pequena quantidade de alunos, o que se confirma através do levantamento de alunos que saem da UFPE anualmente para realizarem parte dos seus estudos no exterior, cujo índice é de menos de 1% de seus estudantes matriculados na graduação (Maia, Nóbrega e Cunha, 2019).

Para além do exposto, é pertinente pontuar que muitas vezes o trabalho do técnico-administrativo se resume a executar processos administrativos que fazem parte de suas atribuições profissionais e que muitas vezes essas tarefas estão alheias aos debates que permeiam os espaços atribuídos ao tema da internacionalização universitária. Esta seria uma oportunidade ímpar para melhor compreender o trabalho que desempenha a partir da perspectiva de vários pesquisadores sobre a temática. A inserção de um profissional num trabalho acadêmico deste tipo, mesmo que não seja desenvolvido por um gestor, como é o meu caso, possibilita expandir olhares sobre o fazer das atividades diárias, até então olhares desatentos de uma reflexão.

Para dar conta desta pesquisa, inicialmente, buscamos na literatura atual encontrar pistas que nos desse uma base de entendimento sobre o tema da Internacionalização da Educação Superior. Em seguida, de posse de artigos, livros, teses e dissertações realizou-se leitura exploratória com o intuito de selecionar o material por afinidade com o questionamento proposto e os objetivos da pesquisa. Desta forma, foram escolhidos os documentos institucionais para a análise. A partir daí construímos nossas perguntas para as entrevistas e escolhemos os indivíduos a serem entrevistados. Com as entrevistas transcritas e devidamente registradas a partir de unidades de registros, seguindo os preceitos da Análise de Conteúdo de acordo com Lawrence Bardin 2011, fomos construindo nossas análises presentes no Capítulo 4 deste trabalho.

O caminho metodológico desta pesquisa pretendeu responder ao seguinte questionamento: como se deu a implementação da política de Internacionalização em Casa no âmbito da UFPE no sentido de promover uma ampliação do acesso de estudantes de graduação? Para responder à questão norteadora, elaboramos os seguintes objetivos, *geral*: analisar o processo de internacionalização em casa através da política de internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco. De forma específica: a) Identificar como estão apresentados nos documentos estruturantes da IES pesquisada (UFPE) a política de Internacionalização em Casa; b) Descrever as ações desenvolvidas que contemplam a IaH na UFPE durante 5 anos (2017 a 2021); c) Analisar, na percepção dos gestores da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE e dos coordenadores das ações implementadas, quais os desafios e as perspectivas que se apresentam para o futuro da IaH.

Deste modo, com o intuito de atingir o nosso objetivo geral e contribuir para ampliar essa discussão organizamos a pesquisa em cinco capítulos, a saber: inicialmente apresentamos a introdução que tem o propósito de contextualizar e inserir o leitor ao tema do trabalho e seus objetivos; no segundo capítulo abordamos aspectos acerca da Internacionalização da Educação Superior a partir da literatura da área e, mais especificamente, sobre a Internacionalização em Casa, nosso objeto de estudo; no capítulo três descrevemos o caminho metodológico da pesquisa, como foi planejada, como se deu a coleta e análise dos dados obtidos; já no quarto capítulo tentamos responder aos objetivos específicos e, finalmente, apresentamos as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo propõe-se a tecer considerações acerca dos seguintes temas articulados diretamente com o objeto de pesquisa: Processo de Internacionalização da Educação Superior e a Internacionalização em Casa (IaH).

Inicialmente, contextualiza-se brevemente algumas reflexões sobre a internacionalização da educação superior a partir das considerações de alguns teóricos e pesquisadores que trazem suas contribuições para esse processo. Alguns com uma narrativa que enaltece suas virtudes e inevitabilidade, a saber: De Wit (2001), Hudzik (2011), Knight (1994, 2004, 2008, 2020), Santos e Almeida Filho (2012), Stallivieri (2002, 2017a, 2017b), Wächter (2003); e outros que adotam lentes que buscam problematizar o fenômeno e que propõem uma “outra internacionalização da educação superior” a partir de uma visão mais crítica e reflexiva, tais como: George Mwangi e Yao (2020), Leal (2019, 2021) Leal e Oregioni (2018), Leal, Moraes e Oregioni (2018), Leal e Oregioni (2019), Castro Gomez (2007), Ballestrin (2013), etc.

Na sequência, apresentam-se as subseções relacionadas ao tema: o contexto histórico, os conceitos, os atores, os objetivos, as abordagens e as estratégias; e, por fim, o estado do conhecimento do tema proposto. O texto segue com a abordagem do nosso objeto de estudo, a Internacionalização em Casa, trazendo as contribuições pertinentes à temática de Beelen (2007, 2012, 2017), Beelen e Jones (2015, 2018), Knight (2020), e outros.

2.1 O Processo de Internacionalização da Educação Superior

O mundo globalizado vem passando por profundas mudanças tendo como principais características o surgimento de novas tecnologias, diferentes modelos de organização do trabalho e a intensificação acelerada das economias. Percebe-se uma sociedade representada pelos avanços tecnológicos das telecomunicações e os recursos oferecidos pela informática. Essa “[...] intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”, pode ser definida como globalização (Giddens *apud* Sousa Santos, 2018, p. 397).

Para Sousa Santos (2018) o processo de globalização pode ser compreendido como:

[...] um conjunto de trocas desiguais na qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve uma capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival” (Sousa Santos, 2018, p. 396).

Trata-se nas palavras do autor de um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro.

Muitos dilemas, resistências e ambiguidades permeiam esse processo. De um lado, uma sociedade afetada drasticamente por um sistema de produção que exige cada vez mais dos indivíduos, de outro lado, essa mesma sociedade é beneficiada com os avanços científicos relacionados, por exemplo, à medicina, que cada vez mais tem possibilitado diagnósticos rápidos e eficazes, e por sua vez, a cura.

Essa nova realidade tem levado as organizações a pensarem em estratégias de ordem estrutural e organizacional, para acompanharem essas mudanças ocorridas no modo de produção, à longa escala. Investimentos em equipamentos cada vez mais sofisticados e produtivos, redução de postos de trabalho e exigência de um novo perfil de trabalhador, são ações que têm movimentado esse discurso e ditas como necessárias, para operacionalizar essa nova estrutura.

A educação superior não tem ficado à margem desse processo tendo em vista que é um campo relacional de poder, um ponto de destaque e de grande importância na economia mundial, pois, é o alicerce para a competitividade econômica, qualificação de pessoas para suprir o mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo, ao mesmo tempo que se configura como um meio para a cooperação entre os povos. Desta forma, o campo educacional está cada vez mais sujeito a processos de mercantilização, comercialização e privatização tanto como resultado de pressões econômicas, como de movimentos para reformar ou modernizar os serviços públicos (Ball, Dworkin e Vryonides, 2010; Leal e Oregioni, 2019).

Concordamos com Dale (2004) quando afirma que a globalização tem duplo impacto, pois não afeta apenas as metas e finalidades da educação, mas os meios pelos quais são produzidas as políticas educacionais. Nesse sentido, o Estado vai

perdendo o poder e sendo reduzido à coordenação de novas atividades, atores e esferas a partir de elementos que vão impactando as instituições de ensino.

Some-se a este cenário as influências dos organismos internacionais que têm em sua retórica o propósito da cooperação, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (doravante FMI), a Organização Mundial do Comércio (doravante OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (doravante OCDE) e a Comissão Europeia, dentre outros. Não obstante o que se observa é a imposição, ainda que subjetiva, de padrões, diretrizes e modelos globais às instituições de educação superior no âmbito das reformas curriculares mais condizentes com as demandas globais, avaliação, pesquisa, ensino e configurações com o setor produtivo sob o pretexto de se adequarem à normas percebidas como bem-sucedidas nos ambientes que se integram (Dias Sobrinho, 2004 e 2019; Leal, Moraes e Oregioni, 2018; Leal, Moraes, 2018).

Parra-Sandoval (2022) se propõe a desvendar o que está subjacente ao discurso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (doravante UNESCO) e da OCDE e como ele influencia o processo de internacionalização da educação superior e as políticas que os países implementam a esse respeito. No que concerne a OCDE ela enfatiza que a internacionalização é considerada mais uma estratégia de fortalecimento do modelo neoliberal e também de critérios de qualidade, a partir de uma construção ideológica sustentada pela declaração formal da organização sobre a necessidade de atender às demandas de qualidade e às necessidades do mercado. Por outro lado, o discurso da UNESCO, que tem como pilares de ação a educação, a ciência e a cultura e alcançar a paz por meio da cooperação internacional, é abrangente e, assim como os demais organismos internacionais, incluem categorias como a globalização, mundialização e integração e a fraternidade entre os povos. Assim, ela afirma que, apesar de manter em sua declaração um discurso de solidariedade,

[...] a proposta da UNESCO não só não rejeita um modelo de universidade que poderia ser considerado neoliberal, como também deixa a porta aberta para a adoção de várias de suas características, mesmo quando o princípio de educação como um bem público é professado no discurso que justifica as políticas nacionais e institucionais (Parra-Sandoval, 2022, p. 14).

Constata-se, portanto, que a literatura mais utilizada em pesquisas acadêmicas tem tratado o tema como algo inevitável e com fortes pressões políticas e econômicas nas instituições de ensino superior e como “[...] um processo que enfatiza a relação entre nações, povos, culturas, instituições e sistemas” (Knight, 2020, p. 60).

No Quadro 1 apresentamos cinco elementos da globalização que, segundo a professora e pesquisadora Jane Knight, professora do Instituto de Ontário para Estudos em Educação, da Universidade de Toronto/Canadá, trazem impactos e implicam na dimensão internacional da educação superior. A autora afirma que a globalização é um fenômeno multifacetado, que domina as mentes dos formuladores de políticas públicas educacionais, acadêmicos e profissionais, com impactos positivos e/ou negativos para a educação superior (Knight, 2008).

Quadro 1 - Implicações da Globalização na dimensão Internacional do Ensino Superior

Elementos da Globalização	Impactos no Ensino Superior	Implicações para a Dimensão Internacional do Ensino Superior
<p>Sociedade do Conhecimento Atribui-se importância crescente à produção e uso do conhecimento como gerador de riqueza para as nações.</p>	<p>Uma ênfase crescente na educação continuada, aprendizagem ao longo da vida e desenvolvimento profissional contínuo;</p> <p>Cria uma maior demanda não atendida por educação superior;</p> <p>A necessidade de desenvolver novas habilidades e conhecimentos resulta em novos tipos de programas e qualificações;</p> <p>O papel das universidades na pesquisa e na produção de conhecimento se altera, torna-se mais mercantilizado.</p>	<p>Novos tipos de provedores privados e públicos oferecem programas de educação e treinamento além fronteiras;</p> <p>Os programas se tornam mais responsivos à demanda do mercado;</p> <p>Programas de treinamento especializado são desenvolvidos para nichos de mercado e desenvolvimento profissional e distribuídos em todo o mundo;</p> <p>A mobilidade internacional de estudantes, acadêmicos, programas de educação/treinamento, pesquisa, fornecedores e projetos aumenta;</p> <p>A mobilidade é física e virtual.</p>
<p>ICTS - Informação e Tecnologias da Comunicação Novos desenvolvimentos em tecnologias e sistemas de informação e comunicação.</p>	<p>Novos métodos de ensino são usados para educação doméstica e transfronteiriça, especialmente formas baseadas em sistemas on-line ou por satélite.</p>	<p>Os campi via satélite exigem mais atenção ao credenciamento de programas/fornecedores, mais reconhecimento de qualificações.</p>
<p>Economia de Mercado Crescimento no número e</p>	<p>Aumento da comercialização e mercantilização do ensino</p>	<p>Surgem novas preocupações sobre a adequação do currículo e</p>

influência das economias baseadas no mercado em todo o mundo.	superior e da formação a nível nacional e internacional.	dos materiais didáticos em diferentes culturas/países; Novo potencial se desenvolve para homogeneização e hibridização.
Liberalização do Comércio Novos acordos comerciais internacionais e regionais se desenvolvem para diminuir as barreiras ao comércio.	Importação e exportação de serviços e produtos educacionais aumentam à medida que as barreiras são removidas.	A ênfase aumenta na exportação e importação de programas educacionais com orientação comercial; Projetos de desenvolvimento internacional continuam a diminuir em importância.
Governança A criação de novas estruturas e sistemas de governança internacional e regional.	O papel dos atores da educação em nível nacional, tanto governamentais quanto não governamentais, está mudando. Novos marcos regulatórios e políticos estão sendo considerados em todos os níveis.	Consideram-se novos quadros internacionais/regionais para complementar as políticas e práticas nacionais e regionais, especialmente na garantia de qualidade, acreditação, transferência de créditos, reconhecimento de qualificações e mobilidade estudantil.

Fonte: (Knight, 2008, p. 06, tradução nossa).

É nesse cenário de competição, comercialização, mobilidade física e virtual, educação transfronteiriça, interesses próprios e busca por status que a internacionalização vai tomando proporções econômicas e políticas na educação superior.

No geral, a globalização vem modificando a forma como a educação superior é oferecida e consumida, criando novas oportunidades, muitos desafios e responsabilidades para as universidades, os estudantes e os profissionais. Seus impactos se configuram também como negativos uma vez que aumenta a desigualdade educacional entre países ricos e pobres, a comercialização excessiva de ensino superior e as pressões que as universidades sofrem para que atinjam metas financeiras em vez de educacionais. Daí a importância de uma internacionalização equilibrada e justa, garantindo a todos os estudantes acesso às mesmas oportunidades durante a vida acadêmica.

Nessas condições, estudos recentes da temática vão surgindo com o propósito de problematizar e aprofundar os aspectos indesejáveis desse fenômeno, utilizando-se de lentes teóricas críticas e reflexivas acerca do assunto.

Pesquisadores nacionais e da América Latina, como Fernanda Geremias Leal, Mário César Barreto Moraes, María Soledad Oregioni e a norte-americana Chrystal

George Mwangi defendem em seus estudos que a internacionalização está imersa na matriz colonial do poder moldada pela desigualdade e pela hierarquia, e atua sob o alicerce de um imaginário global dominante. Com esta observação, defendem que os estudos sobre a Internacionalização da Educação Superior devem ter uma abordagem crítica e contemplar um olhar decolonial ou ainda proclamar “uma outra internacionalização”, tendo em vista que a produção científica desse campo pode ser mais significativa e funcional aos países do Sul se consideradas suas raízes epistêmicas e condicionalidades históricas (Leal, 2019, 2021; Leal; Moraes, 2018; Leal; Moraes; Oregioni, 2018; Leal; Oregioni, 2019; George Mwangi; Yao, 2020).

O movimento que trata do pensamento decolonial foi constituído em 1990, a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e formado por intelectuais da América Latina, tais como Walter Dignolo, Enrique Dussel, Anibal Quijano, Santiago Castro-Gomez, Nelson Maldonado-Torres, Boaventura de Sousa Santos, entre outros. O objetivo do grupo era realizar um movimento epistemológico para renovar as ciências sociais na América Latina no século XXI, analisar as relações de poder, dominação e exclusão que foram estabelecidas a partir da colonização, e que se reproduzem nos dias atuais. Para Ballestrin (2013 p. 108), “[...] aquilo que é original dos estudos decoloniais parece estar mais relacionado com as novas lentes colocadas sobre velhos problemas latino-americanos do que com o elenco desses problemas em si”.

Ballestrin (2013) enfatiza ainda que “[...] o eurocentrismo é uma lógica fundamental para a reprodução da colonialidade do saber”, e cita:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005 *apud* Ballestrin, 2013, p. 103).

Nessa perspectiva Castro-Gomez (2007, p. 90), afirma que decolonizar a universidade na América Latina significa favorecer a transdisciplinaridade, no sentido de “[...] mudar essa lógica exclusiva (“isso ou aquilo”) por uma lógica inclusiva (“isso e aquilo)”. Significa lutar contra a babelização e departamentalização do conhecimento, firmes aliados da lógica mercantil[...]. Ele defende ainda “[...] um pensamento

integrador em que a ciência possa ser ligada a outras formas de produção de conhecimento [...]” (Tradução nossa).

Leal (2021) afirma que a pesquisa em internacionalização evoluiu, mas permanece predominantemente com foco em resolver problemas práticos e acrescenta que a literatura dominante sobre o tema está amparada em narrativas construídas a partir de relações desiguais construídas ao longo da história e que tende a enquadrar o fenômeno como inevitável, como um fato social estável e isolado do tempo, conseqüentemente neutraliza tensões, contradições e contextualidades e estabelece zonas universais.

Do ponto de vista crítico do processo, a Profa. Dra. George Mwangi, professora associada da Faculdade de Educação da University of Massachusetts Amherst, Estados Unidos, um dos nomes que tem questionado o caráter incondicional da internacionalização alerta que um dos dilemas e contradições do papel da internacionalização reside na questão da abordagem neoliberal orientada para o lucro que se sobrepõe a um processo centrado na equidade ou no aprendizado. George Mwangi argumenta que devemos refletir sobre esse processo e nos perguntar: quem são os alunos que podem ser móveis? Quem está sendo recrutado para diferentes universidades? Qual é a essência da internacionalização? O que significa promover? Refletir sobre essas questões pode conduzir uma mudança social positiva nesse processo.

Os estudos de Macedo (2020), também com um viés crítico, apontam que o eurocentrismo, bem como a colonialidade do poder e do saber, estão materializados nos processos de internacionalização da universidade quando há uma tentativa de unificar currículos, de ignorar as especificidades culturais, sociais e políticas de cada nação e instituição, as formas de ser e de pensar inerentes dos sujeitos. Muitas vezes o local é ignorado em detrimento do global homogeneizante.

A mesma autora apontou que:

[...] existe uma tendência dominante ao inglês e os países do Norte como principal destino para a construção de parcerias internacionais, em detrimento de uma postura mais crítica que considere, em igual medida, os países da América Latina e outros do Sul-Global como possibilidades reais de investimento em parcerias mais efetivas e menos assimétricas (Macedo, 2020, p.101).

Na condução do processo de internacionalização da educação superior é importante pensar numa política que ultrapasse o que vem sendo posto nas universidades: relações assimétricas, verticais e priorizando o norte global. O processo de internacionalização pode e deve fazer parte desse movimento de decolonização e para isso é imprescindível que as políticas de internacionalização estabeleçam metas que possibilitem agregar estratégias que contemplem o sul global, diversificando e ampliando parcerias e projetos.

Muitos são os desafios que se apresentam no pensar e executar uma política de internacionalização, desde a concepção até sua implementação, acompanhamento e avaliação. Alguns desafios no nível macro, das políticas públicas, e outros no nível micro, voltadas para questões institucionais.

Nota-se que a política de internacionalização pode servir para perpetuar e reforçar a herança colonial ou para tentar superá-la. É importante reconhecer como esses traços e heranças coloniais atuam, como estabelecem hierarquizações entre as regiões, entre os tipos de pensamentos e entre as áreas do conhecimento. Algumas ações se fazem urgente no cenário atual para uma internacionalização mais crítica e emancipadora e que tenha como valores a cooperação, solidariedade, redução de assimetrias, parceria, intercâmbio, benefícios mútuos e capacitação (Knight, 2020).

Nesse contexto, com a intensificação desse processo complexo nas IES brasileiras e com diversos interesses envolvidos na dimensão internacional da educação superior, insere-se o debate da Internacionalização da Educação Superior, subseções que trataremos a seguir.

2.1.1 Contexto Histórico

A Internacionalização das IES no mundo não é um fato recente. A história demonstra que desde a Idade Média mestres e estudantes se deslocavam para ensinar e estudar em países como Itália, França e Inglaterra. Naquela época, as populações eram bastante móveis e nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens nem à validade dos diplomas. Os custos e a duração dos estudos afastaram a grande massa da população e, desde então, os estudantes oriundos das camadas menos favorecidas eram sempre minoria nessa corrente migratória. Na Idade Moderna, essa peregrinação apresentava novas características: ao lado dos estudos visados estava a viagem em si (a experiência existencial, a visita à lugares célebres e

a iniciação da sociabilidade), cujo propósito era visitar várias universidades e colar grau no retorno, numa universidade complacente quanto ao nível de qualificação (Charles e Verger, 1996). É possível perceber que o caráter internacional das instituições de ensino superior vem de longo tempo, desde a criação das primeiras escolas universitárias.

Wächter (2003) relembra as fases históricas do fenômeno da internacionalização universitária em períodos mais recentes:

- Fase 1 (individual), meados da década de 80, inicia-se um processo marginal na Europa, denominado “cooperação internacional” que abrangia iniciativas e atividades isoladas nas instituições de ensino superior;
- Fase 2 (unidades acadêmicas), final da década de 80 e meados da década de 90, caracteriza-se também pela mobilidade de pessoas, porém, tornou-se mais organizada inclusive com a formação de departamentos universitários e redes internacionais;
- Fase 3 (nível institucional), que tem início em 1995, tinha a mobilidade como preocupação central, mas outras preocupações surgem, como por exemplo, a internacionalização curricular na forma de assuntos internacionais e abordagens comparativas, institucionalização da internacionalização através do desenvolvimento de políticas (objetivos) e estratégias (plano de implementação). Surge na Europa o Programa Erasmus⁴.
- Fase 4 (nível de sistema) chega ao nível de sistema, quando então, numa reunião na Itália que envolveu vários ministros da educação de 29 países europeus, subscreveram uma reforma no ensino superior europeu, a chamada Declaração de Bolonha.

A Declaração de Bolonha resultou no Processo de Bolonha, cujos objetivos e instrumentos foram:

- 1) Adoção de um sistema comparável de titulações e graus que facilite o reconhecimento acadêmico e profissional nos distintos países

⁴ O Programa Erasmus (*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*), em português Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários, tem o objetivo de apoiar e facilitar a mobilidade acadêmica dos estudantes e professores universitários. Foi criado em 1987.

membros;

2) Adoção de um sistema baseado em dois ciclos (com alguma flexibilidade, 3 anos para o Bacharelado, equivalente a 180 créditos, e 2 para o Mestrado, com 120 créditos);

3) Estabelecimento de um sistema comum de créditos (*ECTS - European Credit Transfer System*), que permita flexibilidade, transparência, transferência, comparabilidade internacional e acumulação;

4) Promoção de mobilidade de professores, pesquisadores, estudantes e pessoal administrativo;

5) Promoção de cooperação para assegurar a qualidade;

6) Promoção de desenvolvimento curricular comparável (Dias Sobrinho, 2007, p.118).

A intenção da Declaração era “[...] criar uma sólida convergência na educação superior europeia, a fim de que respondesse adequada e eficientemente aos problemas, oportunidades e desafios gestados pela globalização da economia”. Nesse processo há duas tendências híbridas: “[...] a concorrência entre solidariedade acadêmica, no tradicional sentido da internacionalização universitária, e a competição potencializada pela globalização neoliberal” (Dias Sobrinho, 2007, p. 112 e p. 119).

No Brasil, o contexto vai se configurando e seguindo praticamente a mesma trajetória da Europa: no final dos anos sessenta a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (doravante CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (doravante CNPq) começaram a financiar bolsas de estudos para a mobilidade internacional na pós-graduação. Durante as décadas de 80 e 90 as bolsas foram suspensas e reconfiguradas apenas para o nível de doutorado nas áreas consideradas estratégicas, ou seja, nos campos de conhecimento ainda sem programas de formação nas universidades brasileiras. Nos anos 2000 há uma ampliação geral da mobilidade internacional. Convênios e acordos bilaterais permitiram a abertura de programas de dupla titulação e sob o regime de co-tutela (Santos e Almeida Filho, 2012).

Uma iniciativa do governo brasileiro que impulsionou a internacionalização via mobilidade acadêmica internacional e a visibilidade da educação num cenário mundial foi o lançamento e a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras (doravante CsF). Na ocasião – de 2011 até 2014 - foram distribuídas mais de 100 mil bolsas para promover o intercâmbio na graduação e na pós-graduação com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e à inovação. O CsF buscou atrair pesquisadores do exterior para se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros nas áreas definidas como

prioritárias pelo Programa (BRASIL, 2011; Knobel *et al.*, 2020).

Com a implantação do CsF, os escritórios de Relações Internacionais das universidades brasileiras se viram com a missão de criar um espaço para tal fim ou de se reorganizar internamente, seja fisicamente e/ou ampliando seu corpo técnico, para dar conta das inúmeras chamadas ofertadas. O CsF possibilitou um expressivo crescimento dos dados brasileiros da mobilidade estudantil para o exterior (Freire Júnior e Panico, 2021).

Outro programa que teve seu desdobramento a partir do CsF com viés da internacionalização a partir de uma política linguística foi o Inglês sem Fronteiras (IsF). Concebido em 2012 e hoje vigente como Rede Andifes-IsF, tem como motivação fortalecer as ações de internacionalização e formação de professores de língua estrangeira nas universidades. “À época do CsF a criação do Programa IsF foi a prestação de auxílio aos estudantes que enfrentavam dificuldades para atingir os níveis de proficiência requeridos pelas universidades de destino (Knobel *et al.*, 2020, p 677).

A dimensão da internacionalização passa a integrar alguns documentos nacionais, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁵, cuja meta 14 é elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Dentre outras estratégias encontram-se:

Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (Estratégia 14.9); e promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão (Estratégia 14.10) (BRASIL, 2014, p. 46).

Outro ponto marcante para a área da Internacionalização da Educação Superior via instituição universitária foi a criação do Programa Institucional de Internacionalização (PRINT) da CAPES, em 2017, cujos objetivos são:

I - Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; II -

⁵ Plano Nacional de Educação (PNE) - aprovado pela Lei nº 13.005/2014 que estabelece as metas e estratégias para uma década (2014-2024) no que tange a educação nacional.

Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; III - Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas, inclusive projetos de pesquisa em cooperação; IV - Promover a mobilidade de docentes e de discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*; V - Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; VI - Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização (BRASIL, 2017).

Naquela época, para concorrer ao PRINT, as instituições precisaram apresentar o Plano Institucional de Internacionalização. Tal demanda gerou uma corrida nas universidades, pois muitas não tinham o documento consolidado. Tal iniciativa levou os gestores e técnicos a refletirem sobre a internacionalização universitária em várias instituições.

Knobel et al (2020) e Leal (2019) afirmam que o PRINT tira o foco do indivíduo, como foi o caso do CsF, e passa para as instituições; o enfoque central é na pesquisa e há a inclusão de dimensões complementares ao processo de internacionalização que vão além da mobilidade. O programa proporciona um diálogo contemporâneo de internacionalização em casa uma vez que incentiva a autonomia da IES ao pensarem num plano de internacionalização.

2.1.2 Conceitos

Knight (2020), traz importantes contribuições para a área e concentra a sua pesquisa nas dimensões internacionais do ensino superior, que na sua visão, “[...] está se tornando cada vez mais importante e, ao mesmo tempo, mais e mais complexa” (p. 20).

A autora afirma que, a partir da década de 80, tem havido uma explosão no número e nas iniciativas internacionais empreendidas por instituições, organizações e governos. Tais contextos, programas e políticas têm conduzido à comunidade acadêmico-científica a debater cada vez mais a “internacionalização da educação superior” ou ainda a “internacionalização do ensino superior” com uma crescente produção observada a partir dos anos 2000.

É dela a definição mais conhecida em trabalhos acadêmicos sobre Internacionalização: “[...] o processo de integração de uma dimensão internacional,

intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11). Essa pesquisa será norteada pelo citado conceito, uma vez que há o entendimento de que se trata de um processo amplo e que abrange muitas atividades no ambiente universitário. No entanto, percebe-se que não é um processo neutro e que está permeado por interesses econômicos e políticos nem sempre explícitos.

Em sua perspectiva, Knight (2020), aponta para uma definição mais abrangente de internacionalização, pois, permite maior universalidade e ampliação de estudos acerca do fenômeno. E explica: o termo *processo* é empregado para expressar que é um esforço contínuo, uma transformação, pois existe uma qualidade evolutiva no termo; o termo *integração* é empregado para inserir a dimensão internacional e intercultural em políticas e programas visando assegurar sustentabilidade e centralidade para a missão e valores da instituição ou sistema. Já os termos *internacional*, *intercultural* e *global* refletem a amplitude da internacionalização, e são utilizados como uma tríade, respectivamente: no sentido de relações entre nações, culturas e países; para abordar aspectos de diversidade cultural que existem dentro de países, comunidades e instituições, inclusive para contemplar aspectos da internacionalização em casa; termo controverso e carregado de valores, é incorporado para incluir abrangência mundial. Acrescenta Knight (2020), que os termos *finalidade*, *função* e *oferta* foram cuidadosamente escolhidos. O primeiro refere-se ao papel geral que a educação desempenha, ou seja, a missão da instituição, o segundo aos elementos ou tarefas primordiais que caracterizam um sistema nacional de educação superior, e o terceiro se refere ao oferecimento de curso e programas de educação, seja no próprio país ou do exterior.

Todavia, Knight (ibidem) ressalta que,

Qualquer exame de internacionalização necessita considerar as diferenças entre países e regiões do mundo, reconhecendo que as prioridades, razões, abordagens, riscos e benefícios diferem entre oriente e ocidente, norte e sul, entre países remetentes e receptores, desenvolvidos e em desenvolvimento, ou seja, todas as especificidades devem ser observadas e avaliadas ao se refletir sobre o processo (Knight, 2020, p. 20).

De Wit (2001), coaduna com a definição de Knight e, acrescenta que é um

processo acelerado como uma resposta à globalização (não ser confundido com o próprio processo de globalização), e que inclui elementos locais e internacionais. O autor declara que a medida que a dimensão internacional do ensino superior atrai atenção e obtém reconhecimento, as pessoas tendem a utilizar o termo do modo que melhor se adapta ao seu objetivo.

Outro estudioso da temática, o Prof. John K. Hudzik, pesquisador da Association of International Educators (NAFSA) e aposentado da Michigan State University (MSU), dos Estados Unidos, formulou o conceito de internacionalização integral ou abrangente, complementando o conceito de Knight:

A internacionalização integral ou abrangente é um compromisso, confirmado através da ação, para infundir perspectivas internacionais e comparativas através do ensino, da pesquisa e das missões de serviço da educação superior. Molda o *ethos* e os valores institucionais e afeta a entidade do ensino superior em sua totalidade. Isto é essencial que seja aceito pela liderança institucional, governança, corpo de professores, alunos e todas as unidades de serviço e apoio acadêmico. É um imperativo institucional e não uma mera possibilidade desejável. A internacionalização integral não afeta apenas a vida inteira do campus, mas também as estruturas externas, associações e relacionamentos da instituição. A reconfiguração global de economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação, bem como o impacto das forças globais na vida local, ampliam dramaticamente a necessidade de internacionalização integral e as motivações e propósitos que a impulsionam (Hudzik, 2011, p. 1 e 2).

Percebe-se que definir um conceito sobre a internacionalização da educação superior tem sido uma tarefa complexa para os pesquisadores, pois o termo pode abranger várias concepções e ainda apresentar-se passível de muitos equívocos. No geral, as citações em trabalhos acadêmicos são lideradas por investigadores de países do norte global, como por exemplo, Canadá e Estados Unidos.

2.1.3 Atores, Objetivos, Razões, Abordagens e Estratégias

Existem diferentes tipos de atores/partes interessadas nesse processo que desenvolvem diferentes papéis em vários níveis, como explicitado no Quadro 2:

Quadro 2 - Atores e seus papéis na Internacionalização da educação superior

Diferentes níveis de	Diferentes tipos de atores	Diferentes papéis de atores
----------------------	----------------------------	-----------------------------

atores		
Institucionais Nacionais Subnacionais Sub-regionais Regionais Inter-regionais Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições/provedores públicos, privados de educação - Departamentos ou órgãos governamentais - Organizações não governamentais - Associações profissionais e grupos de interesse especiais - Fundações - Empresas privadas - Agencias de garantia de qualidade - Empresas de TI 	Formulação de políticas Regulamentação Defesa de direitos Financiamento Oferta de programas Articulação em rede Pesquisa Troca de informações garantia de qualidade Credenciamento

Fonte: Knight (2020).

Esses atores estão envolvidos na promoção, oferta e regulamentação da dimensão internacional da educação superior. Em geral, as partes interessadas não têm apenas uma justificativa, mas uma combinação de fatores com uma hierarquia de prioridades e nem sempre são racionalidades explícitas (De Wit, 2001; Knight, 2020). Os atores buscam ainda colaborar entre si para que a internacionalização do ensino superior seja exitosa, trazendo benefícios mútuos para as instituições, estudantes e sociedade em geral.

Santos e Almeida Filho (2012), argumentam que os objetivos da internacionalização universitária devem responder aos desafios sociais atuais. A internacionalização universitária transforma-se em quarta missão (juntamente com o ensino, a pesquisa e a extensão), quando é capaz de mobilizar de forma intencional e consciente a universidade para resolver problemas sociais e econômicos globais e de “[...] reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; contribuir para a consolidação de espaços integrados de conhecimento” (p.145).

Em seus estudos a professora e pesquisadora Luciane Stallivieri (2002, 2017a e 2017b), faz alguns apontamentos sobre a importância da internacionalização nas IES brasileiras. Ela afirma que a internacionalização deixa de ser uma opção na educação superior e passa a ser uma meta a ser alcançada, com razões para isso.

[...] um país pode contar com instituições de ensino superior internacionalizadas, certamente irá apontar para níveis mais altos de desenvolvimento, o crescimento de sua economia, a expansão de sua projeção intelectual, maior participação ativa e participação nos fóruns globais, a melhoria da importância do papel dos pesquisadores no cenário global.

Devido a essa projeção em nível nacional e internacional, os ganhos da internacionalização ajudam o desenvolvimento regional onde a instituição está. Os pesquisadores, através de parcerias com profissionais estrangeiros, ou através de sua participação em redes de conhecimento universal, podem identificar problemas comuns, encontrar soluções para esses problemas e também estabelecer fortes laços de comunicação fluida constante. Consequentemente, a região deverá encontrar formas sustentáveis de resolver os problemas que consomem energia em busca de soluções viáveis (Stallivieri, 2017a, p. 20-21).

Essas razões, segundo a mesma autora, estão ligadas à consciência global dos indivíduos, para a promoção do desenvolvimento de habilidades de comunicação intercultural, aprender sobre as culturas de outros países, melhorar as habilidades para trabalhar em ambientes multiculturais e transformar-se em pessoas internacionais, preparadas para os desafios futuros.

O Quadro 3 expõe como as razões que movem a internacionalização se transformaram ao longo de mais de 20 anos. Ela traduz o motivo pelo qual os atores desejam se envolver e investir na internacionalização.

Quadro 3 - Razões que movem a Internacionalização

Categorias de razões (1999)	Níveis de razões (2020)
Nível Acadêmico Dimensão internacional para pesquisa e desenvolvimento; Ensino; Ampliação do horizonte acadêmico; Desenvolvimento institucional; Perfil e Status; Melhoria de qualidade; Padrões acadêmicos internacionais.	Nível Individual Desenvolvimento de visão de mundo e competências internacionais; Promoção de carreira; Compreensão e aptidões interculturais; Conhecimento de questões nacionais e internacionais; Desenvolvimento de redes internacionais.
Nível Econômico Geração de receita; Competitividade; Mercado de trabalho; Incentivos financeiros.	Nível Institucional Melhoria de qualidade; Incremento de pesquisa e inovação; <i>Branding</i> (estratégia para tornar a marca mais forte) e perfil internacional; Capacitação; Desenvolvimento do corpo discente, docente e funcional; Alianças estratégicas; Produção de conhecimento; Geração de renda.
Nível Político Política exterior; Segurança nacional; Assistência técnica; Paz e compreensão mútua; Identidade nacional; Identidade regional.	
Nível Social Identidade cultural nacional; Entendimento intercultural; Desenvolvimento de cidadania; Desenvolvimento social e comunitário.	Nível Nacional Desenvolvimento de recursos humanos; Maior acesso à educação superior; Ganho de cérebros; Intercâmbio comercial; Construção da nação; Desenvolvimento sociocultural;

	Diplomacia; <i>Soft power</i> (influência sutil).
	Nível Regional Alinhamento de sistemas nacionais; Identidade regional; Alianças geopolíticas; Competitividade regional.

Fonte: Knight (2020).

Como podemos observar no Quadro 3 no decorrer dos anos as razões são impulsionadas por demandas e fatores que refletem um mundo globalizado exigindo cada vez mais dos indivíduos, das instituições, dos governos em nível nacional e regional.

Assim como as razões, existem várias abordagens no processo de internacionalização. Os países e as IES poderão levar em consideração para implementação de uma política algumas prioridades, como, por exemplo, cultura, história, política e recursos, conforme o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Abordagens à Internacionalização

Abordagens em nível nacional ou setorial		Abordagens em nível institucional	
Programas	A internacionalização do ensino superior é vista em termos de fornecer programas financiados que facilitam que instituições e indivíduos tenham oportunidades para se envolver em atividades internacionais, como mobilidade, pesquisas e projetos.	Atividades	A internacionalização é descrita em termos de atividades como estudar no exterior, currículo e programas acadêmicos, instituições vínculos e redes, projetos de desenvolvimento e filiais do campus.
Razões	A internacionalização do ensino superior é apresentada em termos do porquê é importante que um setor de ensino superior nacional se torne mais internacional. Os fundamentos variam enormemente e podem lidar com desenvolvimento de recursos humanos, alianças estratégicas, comércio, construção da nação e desenvolvimento social/cultural.	Resultados	A internacionalização é apresentada na forma de resultados desejados, como competências de alunos, maior representatividade, mais acordos internacionais, mais parcerias e projetos.
Ad Hoc	A internacionalização do ensino superior é tratada como <i>ad hoc</i> ou resposta reativa às muitas novas oportunidades que estão sendo apresentadas para entrega internacional, mobilidade e cooperação em educação superior.	Processo	A internacionalização é considerada um processo onde a dimensão internacional é integrada às funções de ensino, aprendizagem e serviços da instituição.

Política	A internacionalização do ensino superior é descrita em termos de políticas que abordem ou enfatizem a importância da comunidade internacional ou da dimensão intercultural na educação pós-secundária. As políticas podem ser de uma variedade de setores, por exemplo, educação, relações exteriores, ciência e tecnologia, cultura ou comércio.	Em casa (at home)	A internacionalização é interpretada como a criação de uma cultura ou clima no campus que promova e apoie a compreensão internacional e intercultural e se concentre em atividades dentro do campus.
Estratégica	A internacionalização do ensino superior é considerada um elemento de uma estratégia nacional para atingir as metas de um país e prioridades nacionais e internacionais.	Transfronteiriça (cross-border)	A internacionalização é vista como a entrega transfronteiriça de educação para outros países através de uma variedade de modalidades oferta (presencial, à distância, e-learning) e através de diferentes arranjos administrativos (franquias, filiais de campus etc).

Fonte: Alves (2022) a partir dos estudos de Knight (2004).

Segundo Knight (2004, p. 15), uma abordagem é introduzida para ajudar a descrever e avaliar a maneira pela qual a internacionalização está sendo conceituada e implementada. Não é algo fixo e não existe uma abordagem correta. Serve como exercício para analisar qual abordagem é dominante e complementar as razões e valores que impulsionam os esforços de internacionalização.

As estratégias adotadas para esse processo devem estar alinhadas com os objetivos do plano de desenvolvimento institucional e no plano de internacionalização e levar em consideração alguns aspectos institucionais, conforme destaca Stallivieri (2017a):

É crucial identificar as fraquezas e os pontos fortes da instituição; justificar os motivos de busca da internacionalização; definir os objetivos [...]. É importante verificar os recursos disponíveis e necessários para cada objetivo; desenvolver um plano estratégico para alcançá-los; identificar os meios para sua implementação; monitorar a instalação do projeto; identificar os resultados obtidos; avaliar os resultados e determinar se eles atendem a capacidade da instituição. Rever e ajustar o plano de acordo com os novos requisitos também é necessário para monitorar e avaliar o programa (Stallivieri, 2017a, p. 28).

Desta forma, cada instituição, ao optar por implementar um plano de

internacionalização, deve compreender claramente o seu lugar como protagonista da promoção da educação superior e alinhar ações estruturantes com as metas desejadas a este plano. É recomendável realizar um diagnóstico institucional para identificar com precisão o potencial de inserção internacional e as capacidades que têm para absorver as demandas que possam surgir. A partir de um diagnóstico é possível estabelecer estratégias coerentes para compor o plano de desenvolvimento institucional e assim realizar a integração internacional da instituição com as suas outras funções: ensino, pesquisa e extensão (Stallivieri, 2002, 2017a, 2017b).

Pesquisadores reiteram que a comunidade acadêmica (gestores, professores, pesquisadores, estudantes e técnicos administrativos) deve estar envolvida e comprometida nesse processo para que possa manter o andamento das ações, pois, caso contrário, os objetivos não serão alcançados e ressaltam a importância de estabelecer na comunidade acadêmica uma mentalidade organizacional e de apoio aos processos de internacionalização. Quando há clareza da internacionalização na missão da instituição as ações são mais fáceis de serem implantadas por quem deve realizá-las (Knight, 2008; Hudzik, 2011; Stallivieri, 2017a, 2017b).

O Quadro 5 tem o propósito de apresentar algumas estratégias divididas entre acadêmicas e organizacionais:

Quadro 5 - Estratégias de Internacionalização

Estratégias Acadêmicas	Estratégias Organizacionais
<p>Programas Acadêmicos Programas de intercâmbio estudantil; Estudo de línguas estrangeiras; Currículos internacionalizados; Estudos temáticos ou por área; Estudantes internacionais processo de ensino/aprendizagem; Dupla-titulação; Treinamento transcultural; Programas de mobilidade de funcionários e docentes; Professores visitantes e palestrantes; Link com programas acadêmicos e outras estratégias.</p>	<p>Governança Compromisso expresso por líderes; Envolvimento ativo de professores e funcionários; razões articuladas com os objetivos para a internacionalização; Reconhecimento da dimensão internacional nas declarações institucionais da missão, do mandato e em documentos de política de planejamento, gestão e avaliação.</p>
<p>Pesquisa e colaboração acadêmica Centro de área e temas; Projetos comuns de pesquisa; Conferências e seminários internacionais; Publicações e pesquisas conjuntas; Acordos internacionais; Intercâmbio de pesquisadores; Parcerias acadêmicas internacionais e outros setores.</p>	<p>Operações Integrado aos sistemas de planejamento, orçamento e qualidade da instituição; Estruturas organizacionais apropriadas; Sistemas (formais e informais) de comunicação, articulação e coordenação; Equilíbrio entre promoção e gestão centralizada e descentralizada da internacionalização; Sistema de alocação de recurso e apoio</p>

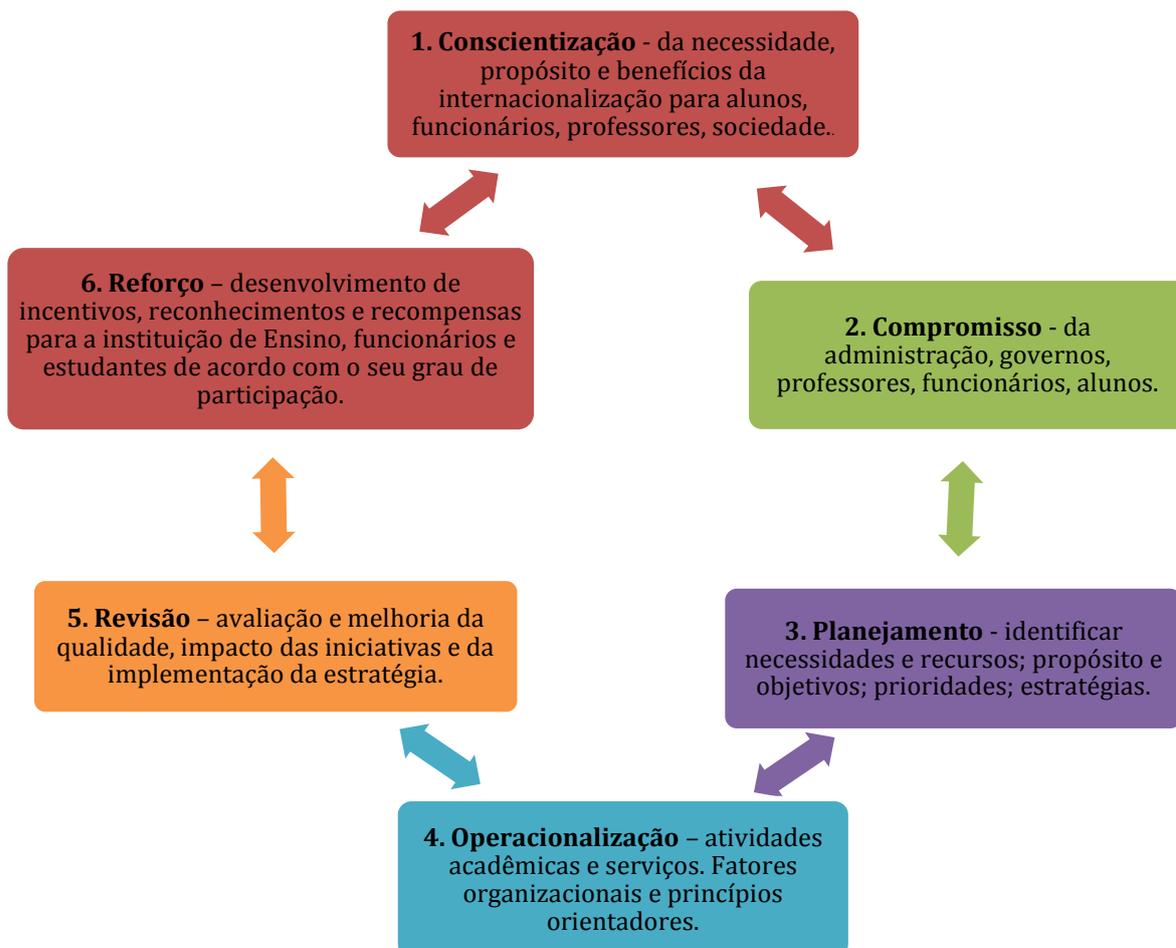
	financeiro.
Atividades nacionais e internacionais Em casa: Parcerias comunitárias com ongs ou grupos do setor público/privado; Serviço comunitário e projeto de trabalho intercultural; Programas personalizados de educação e treinamento para parceiros e clientes internacionais Transfronteira: Projetos de assistência internacional ao desenvolvimento; Novos programas educacionais (comercial ou não); Campi de filiais; Contatos parcerias e redes internacionais; Programa de ex-alunos no exterior.	Serviços Apoio de unidades de serviço em toda a instituição; Envolvimento de unidades de apoio acadêmico (biblioteca, treinamento de docentes e funcionários, pesquisa e extensão); Serviço de apoio para estudantes que saem ou chegam para intercâmbio (orientação, aconselhamento, formação intercultural, apoio a serviços administrativos e legais (vistos)
Atividades extracurriculares Clubes e associações estudantis; Eventos internacionais e interculturais no campus; Grupos culturais e étnicos baseados na comunidade; Grupos e programas de apoio aos pares.	Recursos Humanos Recrutamento e procedimentos de seleção que reconhecem a expertise internacional; Políticas de recompensa e promoção para reforçar as contribuições de professores e funcionários; Atividades de desenvolvimento profissional de professores e funcionários; Suporte para trabalhos internacionais e anos sabáticos.

Fonte: Knight (2008).

As estratégias expostas no Quadro 5 estão alinhadas com as abordagens mencionadas no Quadro 4 deste estudo e podem ser adaptadas ao contexto e necessidade de cada instituição para que a internacionalização avance de maneira significativa.

Para auxiliar na gestão e avaliação dos projetos, programas e ações de internacionalização nas IES Knight (1994) desenvolveu e apresentou o Ciclo de Internacionalização que elenca 6 fases com fluxo de mão dupla, conforme ilustrado na Figura 1 a seguir. Este ciclo tem o propósito de servir como um guia para as instituições entenderem e planejarem suas atividades de internacionalização de maneira estruturada.

Figura 1 - Ciclo da Internacionalização



Fonte: Baseada em Knight (1994).

A autora defende que o processo é cíclico e não linear, é um processo contínuo que envolve várias etapas e requer uma abordagem cuidadosa para garantir a sustentabilidade das iniciativas internacionais.

As etapas propostas são parâmetros para implementar as estratégias de Internacionalização, portanto um vai alimentando o outro como destaca:

O reforço e a recompensa levam a uma consciência e compromisso renovados. Uma base de compromisso renovada e mais ampla leva a novos processos de planejamento. Isso geralmente estimula mudanças em programas ou políticas existentes e o desenvolvimento e implementação de novas atividades e serviços. Um sistema contínuo de suporte, monitoramento e revisão tenta melhorar a qualidade e envolve incentivos, reconhecimento e recompensas (Knight, 1994, p.14, tradução nossa).

Diante do exposto, é possível inferir que a Internacionalização da Educação Superior está voltada para práticas que movimentam as instituições para se

projetarem num cenário global. Assim, as estratégias de internacionalização serão estabelecidas pelas IES a partir do seu perfil e de seus objetivos. Não há um modelo que seja padrão para todos, ficando a critério de cada instituição definir as prioridades no seu planejamento.

2.1.4 Produção do conhecimento acerca do processo de Internacionalização da Educação Superior

Esta subseção pretende descrever a produção acadêmica no Brasil acerca do objeto de estudo desta pesquisa. O nosso objetivo é o de buscar tendências, ênfases, lacunas, escolhas metodológicas e teóricas, através de trabalhos desenvolvidos e publicados em catálogos de busca, com um recorte temporal dos últimos cinco anos (2017 a 2021).

Primeiramente, realizou-se uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD⁶) e no Repositório Digital da UFPE⁷ utilizando os descritores “Internacionalização da Educação Superior” e “Internacionalização em Casa”.

No BDTD foram encontrados 99 trabalhos com a palavra-chave Internacionalização da Educação Superior, sendo 64 dissertações e 36 teses. Em seguida, pesquisou-se o termo Internacionalização em Casa e apenas uma dissertação foi encontrada.

No nível micro realizou-se uma busca no Repositório Digital da UFPE e foram encontrados mais 6 trabalhos acadêmicos, sendo: 1 tese, 4 dissertações e 1 trabalho de conclusão de curso.

Com a adoção de uma tabela em Excel, sistematizou-se as informações obtidas para realizar a inclusão e exclusão dos trabalhos a serem analisados. Para realizar a seleção consideramos a área de conhecimento, aproximação com o objeto de estudo e os elementos descritos nos resumos. Os trabalhos considerados correspondem à área de Educação, Gestão e Políticas Públicas (15) e os demais estão assim distribuídos: Administração, Economia e Desenvolvimento Regional (05) e Linguagem/Letras (03).

A Quadro 6 demonstra a síntese dos trabalhos escolhidos para análise: 06 teses, 16 dissertações e 01 trabalho de conclusão de curso:

⁶ BDTD. Consultar: <https://bdttd.ibict.br/vufind>.

⁷ Repositório Digital da UFPE. Consultar: <<https://repositorio.ufpe.br/>>

Quadro 6 - Teses, Dissertações e TCC Selecionados

Título	Autor(a)	Ano	Tipo	Banco de Dados
A internacionalização da educação superior, no âmbito da graduação, como um indicativo de qualidade educacional.	Júlio Cesar Lindemann	2020	Tese	BDTD
Internacionalização na UTFPR: da cereja do bolo às duas pontas do iceberg	Elizabeth Pazello	2019	Tese	BDTD
O perigo da história única: questões de políticas de internacionalização no Brasil	Adriana da Silva Araújo	2019	Tese	BDTD
Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria: estudio de caso de La UNILA (Brasil) y La ELAM (Cuba)	Maria Julieta Abba	2018	Tese	BDTD
Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais	Lara Carlette Thiengo	2018	Tese	BDTD
Entre fios, pistas e rastros: os sentidos emaranhados da internacionalização da Educação Superior	Juliana Zeggio Martinez	2017	Tese	BDTD
Internacionalização em casa na UFJF: um estudo sobre o Programa Global July	Camila Marques de Carvalho	2021	Dissertação	BDTD
Institucionalização da internacionalização da educação superior: estudo de aplicação prática à luz do círculo de internacionalização de Knight de 1994	José Benedito Caparros Junior	2020	Dissertação	BDTD
Estratégias de internacionalização desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação nota 7	Avaneide Rodrigues da Silva	2020	Dissertação	BDTD
Olhares do sul: políticas de internacionalização da educação superior	Nilsson de Farias	2019	Dissertação	BDTD
Cooperação e integração regional na perspectiva sul-sul: contribuições à internacionalização da educação superior	Fernanda Ziani Mendes	2019	Dissertação	BDTD
Internacionalização da Educação Superior no Brasil: políticas em dimensão nacional	Joyce Mesquita Nogueira	2018	Dissertação	BDTD
O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Ceará	Francisca Waleska Bruno Nunes	2018	Dissertação	BDTD
A internacionalização em Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Ceará na perspectiva institucional	Linnik Israel Lima Teixeira	2018	Dissertação	BDTD
Internacionalização do ensino superior: a experiência da Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Marta Lúcia Alves Assenza	2018	Dissertação	BDTD
Experiências de internacionalização e desenvolvimento humano na educação superior	Paula Spiazzi Bottega CICHOSKI	2017	Dissertação	BDTD

Desafios à institucionalização da internacionalização na Universidade de Brasília	Marina Mattioni Schardong	2017	Dissertação	BDTD
O processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras e o caso da UFJF	Vítor Hugo Terra	2017	Dissertação	BDTD
Programa Idiomas sem Fronteiras: o caso da Universidade Federal de Pernambuco	Taciana Martins Pereira	2021	Dissertação	UFPE
O processo de internacionalização em instituições federais de educação profissional: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Jussara de Freitas Magalhaes Pimentel	2020	Dissertação	UFPE
Mineração de dados educacionais dos alunos de graduação da UFPE: um estudo de caso da mobilidade e internacionalização	Alexandre Magno Gurgel Fialho	2020	Dissertação	UFPE
Avaliação da política pública do Programa Ciência sem Fronteiras na formação dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2010-2015)	Geyza Leyde Camello Lustosa	2018	Dissertação	UFPE
A internacionalização das instituições de Ensino Superior no Brasil e a ascensão do ensino-mercadoria.	Amanda Feitosa de Queiroz	2017	TCC	UFPE

Fonte: A autora (2021).

A partir da análise dos trabalhos selecionados observa-se que as pesquisas assumem várias dimensões nos níveis global (01), regional (03), local (05) e institucional (14).

Os trabalhos num nível mais amplo (global e regional) abordam em geral políticas públicas nacionais e suas implicações para a internacionalização universitária ou trazem problematizações pertinentes sobre os desafios e riscos desse processo. Já em contexto local/institucional, há um maior número de estudos que abordam a implementação da política de internacionalização, dos programas, as estratégias utilizadas para implementar o processo, os desafios, os limites e as potencialidades da internacionalização.

Lindemann, em sua tese apresentada em 2020, traz uma boa contribuição para a pesquisa relacionada à internacionalização do ensino superior, quando se propõe a compreender como os autores de dissertações e teses abordam em seus estudos a temática no âmbito da graduação. Nas suas conclusões o autor afirma que preponderam os estudos com foco na mobilidade acadêmica discente, enfatizando programas como o CsF; a pesquisa de campo predomina sobre a pesquisa teórica; os métodos de procedimentos mais utilizados são estudos de caso e os instrumentos são a entrevista e o questionário; a técnica de análise de conteúdo e de análise

textual discursiva. Os autores mais citados, segundo a pesquisa são: Knight, Morosini, De Wit, Stallivieri, Lima e Cotel. Por fim, ele indica algumas lacunas encontradas nos catálogos pesquisados que são a escassez de estudos que abordem a Internacionalização do Currículo e a Internacionalização em Casa.

Outros trabalhos chamam a atenção pelo enfoque crítico que analisaram o tema. Teses de Araújo, 2019; Abba, 2018; Thiengo, 2018; Martinez, 2017. Dissertações de Silva, 2020; Farias, 2019; Terra, 2017, e TCC de Queiroz, 2017, levaram em consideração os aspectos de um processo permeado por forças ocidentais para manter os padrões de uma sociedade capitalista, neoliberal, com resquícios fortes do colonialismo, numa lógica norte-sul, e políticas internas influenciadas por organismos internacionais que vão ditando tendências e rumos para a educação como um todo e, mais especificamente, a de nível superior. Nas conclusões apresentadas pelos autores fica evidente a preocupação de todos em revelar algumas fragilidades desse processo e de contribuir para uma internacionalização alternativa, que busque maiores contribuições para uma educação terciária mais equitativa.

Contrariando os achados da pesquisa de Lindemann (2020), que na sua busca confirmou que as pesquisas relacionadas à mobilidade estudantil predominam, nas informações aqui sistematizadas, observa-se que a análise de processos institucionais de internacionalização são maioria nesse recorte (Pazello, 2019; Caparros Júnior, 2020; Pimentel, 2020; Mendes, 2019; Nogueira, 2018; Nunes, 2018; Teixeira, 2018; Assenza, 2018; Schardong, 2017) e apenas três dissertações analisaram programas como o Ciência sem Fronteiras (Cichoski, 2018; Lustosa, 2018) e o Inglês sem Fronteiras (Pereira, 2021). A dissertação de Fialho (2020), defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE, teve como foco a mineração de dados da mobilidade estudantil.

O que chama a atenção é que no leque de trabalhos encontrados apenas um tem como objeto de estudo a Internacionalização em Casa - IaH. Trata-se da dissertação de Carvalho (2021), defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo objetivo geral foi analisar como o nível de *attendance*, ou seja, a relação entre a quantidade de inscrições e os comparecimentos registrados no evento *Global July Program* (GJP). O GJP trata-se do Programa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que tem como objetivo fortalecer a internacionalização da instituição, atraindo estudantes e professores estrangeiros e possibilitando novas parcerias, além de

promover a reciprocidade e o equilíbrio dos acordos internacionais.

A partir dessa breve análise, infere-se que são muitos os enfoques dados à pesquisa no âmbito da Internacionalização da Educação Superior, porém, estudos precisam ser desenvolvidos e aprofundados e, neste sentido, mais uma vez, justifica-se a importância da pesquisa em tela, cujo objeto de estudo é o processo da Internacionalização em Casa.

De maneira geral, foi possível perceber, através da interação com outros trabalhos, que a internacionalização da educação superior se tornou um tema mais frequente ao longo dos últimos anos, embora, como exposto, a Internacionalização em Casa é tema de apenas um trabalho na região Sudeste do país. Nosso trabalho, aponta no sentido de contribuir também com a lacuna teórica exposta pelo campo.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA

Nesta seção, encontram-se algumas considerações pertinentes sobre o objeto de estudo desta pesquisa, a Internacionalização em Casa ou Internacionalização doméstica, ou ainda o termo em inglês, *Internationalization at Home* (doravante IaH).

O termo Internacionalização em Casa – IaH, surgiu em de 1999, através do pesquisador Bengt Nilsson, na época membro da Malmö University – Suécia, quando numa reunião da *European Association International Education* (EAIE)⁸, levantou-se questões importantes relacionadas aos alunos daquele continente que não conseguiam ter uma experiência internacional, uma vez que o Programa Erasmus já estava implementado na Europa, mas apenas 10% dos alunos saiam do país de origem para estudar em uma universidade estrangeira. Da problematização, naquela ocasião, surgiram pesquisadores interessados em discutir o assunto e o interesse de criar uma rede que resultou na fundação de um grupo específico dentro da EAIE (CROWTHER et al 2001).

Os objetivos da rede foram: definir e descrever o conceito de IaH; iniciar e estimular um debate para educadores universitários sobre o tema; reunir ideias e bons exemplos para o processo de internacionalização numa perspectiva “não móvel”; produzir uma publicação que descrevesse as experiências iniciais e exemplos úteis do projeto. Inicialmente, a rede foi dirigida por professores vinculados as

⁸ European Association International Education (EAIE) é uma associação europeia que agrega especialistas acadêmicos ou não para trocar conhecimento sobre a internacionalização do ensino superior, fundada em 1989.

universidades da França, Bélgica, Suécia, Alemanha e Holanda (Crowther *et al.*, 2001; Wächter, 2003).

O objetivo da IaH é fazer com que os estudantes sejam competentes intercultural e internacionalmente sem deixar sua própria cidade para propósitos relacionados com seus estudos, pois a mobilidade transfronteiriça requer considerável esforço, seja geográfico ou financeiro (Crowther *et al.*, 2001).

Desse grupo de pesquisadores da EAIE surgiu o conceito de IaH, definido por Beelen e Jones (2015, p. 76, tradução nossa) como “[...] a integração proposital das dimensões internacionais e interculturais nas áreas formais e informais do currículo para todos os alunos em ambientes de aprendizagem domésticos”. E reforçam que “[...] os beneficiários finais são os alunos, neste caso todos os alunos, não apenas aqueles que tiveram uma experiência de mobilidade, e é a perspectiva deles que é fundamental ao conceituar seu significado” (Beelen e Jones, 2015, p. 63, tradução nossa). Beelen (2019) afirma que até os dias atuais este conceito ainda está em desenvolvimento.

A *dimensão internacional* tem relação com conhecimento e habilidades internacionais tais como: competência em língua estrangeira; conhecimento sobre política, desenvolvimento social e econômico de países e regiões; já a *dimensão intercultural* tem relação com o desenvolvimento da compreensão, respeito e empatia para pessoas com diferentes nacionalidades, culturais, sociais, religiosas e origens étnicas. A *área formal* do currículo diz respeito ao ensino, aprendizagem e avaliação (plano de estudos, cronograma) e fazem parte do programa de graduação; e a *área informal* está inserida nos serviços de apoio, de atividades adicionais ofertadas pelas universidades que não são avaliadas e não fazem parte do currículo formal, porém podem apoiar a aprendizagem (BEELEN e JONES, 2015, 2018). Os autores enfatizam que a IaH é considerada um elemento integrante do currículo obrigatório.

Tais dimensões presentes num currículo internacionalizado têm a justificativa, segundo Beelen (2019), de preparar alunos para atuarem profissional, social, emocionalmente em um ambiente internacional e contexto multicultural.

Assim, a IaH se concentra em diversas atividades no próprio campus, conforme sistematizado através das seguintes ferramentas do Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 - Ferramentas para a IaH

Atividade	Objetivo
-----------	----------

Comparação de literatura de diferentes contextos	Através de disciplinas trazer diferentes perspectivas sobre a disciplina e seu conteúdo; desafiar os paradigmas ocidentais dominantes
Comparação de casos de diferentes contextos	Através de disciplinas demonstrar como os desenvolvimentos globais impactam os ambientes locais de diferentes maneiras
Colaboração online com estudantes no exterior	Através de disciplinas internacionalizadas colaborativas e/ou da mobilidade virtual fornecer conteúdo interdisciplinar a essa colaboração e fazer com que os alunos gerem um produto significativo; refletir sobre o processo de colaboração além das fronteiras e de outras culturas para fazê-los desenvolver consciência e habilidades em tal colaboração
Eventos com palestrantes convidados locais e internacionais	Professores internacionais e locais podem oportunizar aprendizagem internacional e intercultural no ambiente da universidade, principalmente quando a universidade está localizada em uma grande cidade com uma população diversificada
Envolvimento com organizações internacionais e interculturais locais	Através de funcionários estrangeiros de organizações ou empresas locais ou de funcionários locais de organizações internacionais os alunos podem aprender habilidades transversais
Aprendendo com estudantes internacionais	Não é requisito nem garantia, mas a presença e o convívio com estudantes estrangeiros no campus e em sala de aula pode fornecer um ambiente internacional para alunos e professores em casa

Fonte: Baseada em Beelen (2007, 2012 2019).

As ferramentas têm o propósito de ajudar a trazer a internacionalização para os muros da universidade, expondo assim docentes e estudantes a diferentes perspectivas sem a necessidade de deslocamento físico para o exterior, promovendo assim a compreensão intercultural.

Complementando as ferramentas estabelecidas por Beelen (2007, 2012, 2019), Jones e Reiffenrath (2018) enumeraram dez práticas institucionais de IaH:

Quadro 8 - Práticas de IaH

Atividade	Objetivo
Ofertar a todos os alunos perspectivas globais dentro de seu programa de estudo, quer eles passem ou não um tempo no exterior.	Ao visar todos os alunos em seus respectivos programas de estudo, a IaH integra perspectivas globais, enriquecendo assim a qualidade de um programa de estudo. Além disso, a IaH pode ser um meio eficaz de incluir ativamente diversos grupos de alunos – tanto alunos que chegam em mobilidade internacional quanto alunos locais de várias origens – nos processos de ensino e aprendizagem.
Vai além de eletivas ou programas especializados.	A IaH não visa apenas os alunos que já podem estar interessados, mas todo o grupo de alunos. Elementos de internacionalização são integrados

	sistematicamente no currículo obrigatório.
Envolve o desenvolvimento de perspectivas internacionais e interculturais por meio de resultados de aprendizagem internacionalizados no currículo formal.	Dimensões internacionais e/ou interculturais são integradas aos resultados de aprendizagem dentro da disciplina.
É apoiado por atividades (co)curriculares informais em toda a instituição.	Como o aprendizado não ocorre apenas em ambientes formais de sala de aula, as atividades informais conferem força substancial à laH e podem ajudar a oferecer uma internacionalização abrangente.
Faz uso proposital da diversidade cultural na sala de aula para práticas de aprendizagem, ensino e avaliação inclusivas.	A este respeito, a laH é fortemente orientada para o aluno. Usar a diversidade cultural como um recurso de sala de aula inclui encontrar maneiras de integrar experiências e conhecimentos tanto de alunos em mobilidade internacional quanto de alunos locais de diversas origens.
Cria oportunidades para o envolvimento do aluno com outras culturas na sociedade local.	A laH motiva os alunos a buscarem 'o intercultural', bem como 'o internacional', e a reconhecer os efeitos da globalização, migração e diversidade cultural à sua porta. Cenários formais de aprendizagem podem andar de mãos dadas os projetos de pesquisa na comunidade.
Envolve todos os funcionários, não apenas acadêmicos e o escritório internacional.	Como o ensino e o currículo estão no centro da laH, o corpo docente desempenha um papel crucial e precisa se apropriar das medidas da laH. No entanto, eles também precisam do apoio de colegas de toda a universidade.
Pode ou não incluir ensino em inglês ou outra língua franca.	A laH envolve uma mudança de orientação, não apenas a tradução de um currículo existente. A adoção de novos pontos de vista e a consideração de contextos globais não dependem do idioma e podem ser entregues por meio de programas no idioma local ou em inglês.
Pode incluir mobilidade virtual através de aulas online com universidades parceiras.	Colaborações virtuais, materiais didáticos compartilhados ou mesmo atividades de baixo limiar, como palestras virtuais, expandem as perspectivas nas discussões em sala de aula e sensibilizam os alunos para outras formas de produção de conhecimento, bem como modos de conduzir pesquisas científicas. Os alunos obtêm acesso a conhecimentos e materiais não disponíveis em seu campus de origem ou, em formatos mais colaborativos, aprimoram suas habilidades comunicativas e sociais.
Promove o envolvimento intencional com estudantes internacionais.	Tanto em contextos formais como informais de aprendizagem, as atividades e tarefas de ensino são projetadas para estimular o intercâmbio e a colaboração entre alunos de diversas origens, sejam eles "domésticos" ou internacionais. Porém o sucesso da laH não depende da presença de estudantes internacionais.

Fonte: Adaptação da autora baseada em Jones e Reiffenrath (2018).

Os quadros 7 e 8 demonstram que as ferramentas e práticas de laH estão muito voltadas para a sala de aula, para a diversidade, para o entendimento e o respeito ao outro e contemplam o envolvimento de toda a instituição. No contexto

latino-americano pode ser uma forma de contribuir para valorizar a cultura e identidade local e fazer parte de uma política de internacionalização mais abrangente.

Para o contexto brasileiro Baranzeli (2019 p. 196-198), indica algumas proposições da IaH e chama a atenção para alguns aspectos que podem ser levados em consideração e valorizados na escolha dessas ferramentas:

- Utilização de literatura estrangeira relacionada ao contexto local: abordar temáticas que vão além do Norte Global e que articulam perspectivas/pesquisas comparadas a realidades mais próximas, pois, desta forma, contribuirão para criação de soluções compartilhadas para problemas comuns;
- Conhecimentos de estudantes locais: trazer para roda de conversas e/ou apresentações em sala de aula alunos que participaram de uma experiência de mobilidade. Esses alunos também podem apresentar aos docentes os métodos de trabalho aos quais foram expostos, participar de monitorias de disciplinas, tutorias de grupos de estudantes. Assim, poderão trazer conexões dos conhecimentos adquiridos de suas vivências.
- Palestrantes e convidados (locais e estrangeiros): para além de palestras trazer para o ambiente da sala de aula atividades e experiências com a perspectiva de outro docente, como uma docência compartilhada. Tal iniciativa poderá proporcionar um debate construtivo observando as diferenças e semelhanças dos métodos abordados por cada educador.
- Utilização de vídeos com pessoas de outras localidades: este tipo de proposta, através de ferramentas de colaboração on-line, possibilita a troca de experiências de sujeitos de distintas regiões, facilita o acesso à informação visto que muitas localidades têm acesso restrito à internet ou conexão precária.

Inserir a Internacionalização em Casa numa instituição requer o envolvimento de especialista em desenvolvimento de currículo, especialistas em internacionalização, gestores e o mais importante: os docentes. Nessa perspectiva, os docentes são os novos “donos” da internacionalização, pois desempenham um importante papel nesse processo. São detentores de conhecimento das suas disciplinas e poderão ser capazes de inserir componentes internacionais no conteúdo a ser ministrado, embora nem sempre estejam preparados para assumir esta tarefa. Quanto ao escritório de relações internacionais cabe ser facilitador da IaH, porque seus membros compreendem o conceito, têm recursos e sentem-se responsáveis por

sua implementação, mesmo que não sejam, mas serão cobrados por outros membros do ambiente acadêmico. O escritório deve ter o papel de conectar as partes interessadas, vincular e comparar a IaH com universidades parceiras, fomentando assim apoio, formação e incentivo às partes interessadas (Beelen, 2019).

O papel dos gestores educacionais na IaH, segundo Crowther *et al.*, (2001, p. 40), é manter vigilância sobre a ambiência e garantir que internamente as pessoas estão cientes do que ocorre lá fora; pensar sobre as estruturas internas da instituição e sobre o objetivo do esforço da internacionalização; promover a internacionalização por meio de ações e da retórica; demonstrar liderança e ter habilidades pedagógicas para explicar o porquê da internacionalização ser importante para instituição e para todos; garantir que a dimensão internacional seja promovida e desenvolvida por todas as categorias, principalmente pelos docentes, cujo papel é fundamental nesse processo.

Um ponto que merece destaque quanto às ferramentas de IaH é o seu baixo custo quando comparados à mobilidade móvel. Geralmente há necessidade de investimentos institucionais em tecnologias e inovação.

Os estudos de Beelen indicam que o processo de internacionalização em casa passa por algumas tensões no ambiente acadêmico e sofre alguns equívocos e obstáculos que passam por níveis macro (políticas) e micro (institucionais), conforme sistematizados no Quadro 9:

Quadro 9 - Equívocos e Obstáculos para a IaH

Equívocos	Obstáculos
<p>A IaH é uma alternativa para estudar no exterior A IaH deve ter como objetivo a comunicação intercultural, pensamento crítico e a cidadania mundial e não estar atrelada a uma mobilidade transfronteiriça que muitas vezes dura apenas um semestre acadêmico. A internacionalização não deve ser apenas considerada com a mobilidade móvel de estudantes.</p>	<p>Falta de apoio institucional às estratégias de IaH Universidades não envolvida com estratégias.</p>
<p>Parte de um todo (<i>Pars pro toto</i>) Tendência de considerar os componentes da internacionalização como um todo. Em alguns casos, isso significa focar apenas no currículo informal ou em eletivas com caráter internacional ou intercultural.</p>	<p>Implementar políticas de cima para baixo na cabeça dos docentes Os acadêmicos podem se sentir sobrecarregados.</p>
<p>A IaH significa ensino em inglês O currículo pode ser internacionalizado no idioma de origem do aluno, por exemplo, usando literatura e estudo de caso com diferentes perspectivas para o ambiente de aprendizagem.</p>	<p>Considerar a internacionalização do currículo diferente do desenvolvimento curricular Líderes e gestores podem considerar a internacionalização um fardo e dizer que os</p>

Outros idiomas, além do inglês, podem ser utilizados na sala de aula ou em palestras. O objetivo da laH também passa por competências linguísticas, mas não somente.	recursos são insuficientes para internacionalizar um programa de estudo.
A laH serve para preparar estudantes para estudar no exterior A laH pode despertar no aluno o interesse para estudar no exterior, mas esse não é um aspecto importante nesse processo.	Falta de habilidade educacionais Universidades oferecem poucas opções para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos.
A laH é igual a oferecer disciplinas eletivas O intuito é oferecer disciplinas obrigatórias, pois as eletivas alcançam apenas uma minoria de alunos.	Apoio educacional não prontamente disponível Muitas vezes esse apoio educacional está voltado mais para a administração central das universidades e não disponível nos programas e departamentos.
A laH é igual a fazer com que estudantes internacionais se sintam em casa A laH tem como principal beneficiário o estudante de origem e não (apenas) o estudante estrangeiro.	Falta de desenvolvimento profissional dedicado à internacionalização Poucas universidades oferecem treinamento para desenvolver um currículo internacionalizado
A laH é responsabilidade do escritório internacional Os escritórios internacionais detêm muito conhecimento desse processo até porque participam dos fóruns e das redes, porém os cursos poderiam ser fomentadores desse processo já que é uma dimensão internacional do ensino e aprendizagem.	Falta de reconhecimento por se envolver com a internacionalização do ensino e da aprendizagem As políticas de recursos humanos devem incluir o reconhecimento do trabalho que os acadêmicos fazem para os aspectos internacionais e interculturais do ensino e da aprendizagem.
A internacionalização só começa quando os alunos ingressam no ensino superior Alunos podem ter participado de intercâmbios e outras formas de internacionalização no ensino fundamental ou médio. Cabe às instituições de ensino superior aproveitarem essas experiências para desenvolverem habilidades.	Escassez de recursos Um bom argumento para conseguir recursos é o de que a laH beneficiará todos os alunos e não apenas uma minoria como ocorre com a mobilidade transfronteiriça.
laH significa começar do zero Um currículo internacionalizado pode ser construído a partir de módulos já existentes e integrados dentro da disciplina.	Falta de terminologia educacional consistente Universidades usam termos variados dentro de um mesmo programa ou documento.
	Falta de uma política linguística institucional Uma política linguística será útil para docentes e estudantes e poderá determinar o nível a ser alcançado pela comunidade acadêmica.
	Falta de uma abordagem estruturada à mobilidade acadêmica

Fonte: Baseada em Beelen (2019).

Beelen leva em conta o contexto europeu e norte-americano. Observa-se, a partir do Quadro 9, que a implementação das estratégias de laH deve ser ancorada numa política de internacionalização institucional clara, deve envolver e preparar os gestores, os técnicos administrativos e, sobretudo, os docentes para atuarem nesse processo.

A partir dos estudos acima mencionados é perceptível que, apesar da laH ter

vido incorporada aos estudos da internacionalização da educação superior há mais de 20 anos, muitos dilemas, desafios e obstáculos permeiam essa abordagem. Desenvolver pesquisas que retratem a realidade da América Latina e do Brasil é importante para maior esclarecimento sobre essas práticas no nosso contexto. Este debate já está presente nas redes e associações regionais e brasileiras.

No capítulo seguinte abordaremos as várias etapas seguidas para a realização desta pesquisa.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A partir das inquietações descritas na introdução desta dissertação e entendendo que a realidade é construída pelos sujeitos, este trabalho foi conduzido através do seguinte percurso metodológico: abordagem qualitativa; tipo de pesquisa estudo de caso; técnica de coleta dos dados documental e entrevista semiestruturada, análise e tratamento de dados seguindo os preceitos da análise de conteúdo.

Segundo Minayo (2009, p. 21), a abordagem qualitativa é considerada adequada para o campo das ciências sociais e se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificada. Esta abordagem trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e, em termos práticos, propõe um trabalho científico denominado Ciclo de Pesquisa, que pode ser dividido em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento de material empírico e documental. Segundo a autora, esse Ciclo é entendido como “um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou um produto, que, por sua vez, dá origem a outras interrogações” (Minayo, 2009, p. 25 e 26).

Seguindo o Ciclo acima mencionado, inicialmente, buscamos na literatura atual encontrar pistas que nos desse uma base de entendimento sobre o tema da Internacionalização da Educação Superior. Em seguida, de posse de artigos, livros, teses e dissertações, fizemos uma leitura exploratória com o intuito de selecionar o material por afinidade com o questionamento proposto e os objetivos da pesquisa. Desta mesma forma foram escolhidos os documentos institucionais para a análise, a saber: o Plano de Desenvolvimento Estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, o Plano de Internacionalização, Resoluções, Relatório de Gestão. A partir daí construímos nossas perguntas para as entrevistas e escolhemos os indivíduos a serem questionados. Com as entrevistas transcritas e devidamente registradas a partir de unidades de registros, seguindo os preceitos da Análise de Conteúdo de acordo com Lawrence Bardin 2011, fomos construindo nossas análises.

A dimensão internacional na educação superior, assim como outros processos que envolvem o setor educacional, está permeada por especificidades que envolvem vários aspectos distintos e complexos, que merecem um estudo mais aprofundado

como um fenômeno a ser melhor compreendido. Assim, optamos pelo estudo de caso como tipo de abordagem.

O Estudo de Caso é um tipo de abordagem preferida quando o pesquisador coloca questões do tipo “como” e por que”, sendo assim, “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores” (Yin, 2001, p. 21). Assim nossa questão norteadora é: como se deu a implementação da política de Internacionalização em Casa no âmbito da UFPE no sentido de promover a ampliação do acesso de estudantes de graduação?

3.1 Contexto da Pesquisa

Elegemos a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como *locus* de investigação para um estudo de caso, por entender que cada instituição vai conceber a sua política de internacionalização a partir da importância e singularidade do seu contexto local, portanto, precisa ser customizada para cada situação e deve se considerar as diferenças entre países e regiões do mundo, reconhecendo que as prioridades, razões, abordagens, riscos e benefícios são diferentes (Knight, 2020, p. 13).

A UFPE foi criada em 1946 através do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho daquele ano. É uma instituição de ensino superior pública e federal, localizada no estado de Pernambuco. Possui 3 campi distribuídos nas cidades de Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru. Dados de 2020 indicam que estão matriculados na graduação 28.989 estudantes e na pós-graduação 8.777.

A coleta de dados (entrevista) foi realizada na Diretoria de Relações Internacionais (DRI) por ser considerada uma diretoria estratégica no organograma da Universidade Federal de Pernambuco. A DRI é responsável por fomentar a cooperação da UFPE com instituições de ensino superior de diversos países através dos professores, pesquisadores, técnicos e estudantes que buscam troca de conhecimento e experiências acadêmicas e profissionais em outras partes do mundo.

Vinculada ao Gabinete do Reitor, inicialmente, em meados de 1998, ainda na gestão do Reitor Mozart Neves Ramos, foi criada com a nomenclatura de Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), da UFPE após recomendações de

duas avaliações de instituições externas: uma realizada pelo Conselho de Reitores Europeus e a outra pela *Middle States Association* (EUA) (Monteiro, 2007, p. 24).

Na época o escritório visava estabelecer acordos e convênios internacionais; gerenciar a mobilidade estudantil (In e Out) na graduação, apoiar e promover a mobilidade de professores, pesquisadores e técnicos administrativos e divulgar na comunidade acadêmica as oportunidades de estudos no exterior (UFPE, 2018).

Em 2012, o então reitor Anísio Brasileiro, cria a Diretoria de Relações Internacionais (doravante DRI), impulsionado pela demanda do Programa Ciência sem Fronteiras (2011) que provocou nas assessorias internacionais das universidades públicas uma demanda maior de atividades e funções.

A UFPE, através da DRI, passou a acolher o ensino de línguas estrangeiras, através do programa Idiomas sem Fronteiras, como estratégia de internacionalização; divulgar com mais intensidade, internacionalmente, a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação da instituição; integrar novas redes de internacionalização da educação superior; expandir as relações internacionais para outros continentes como Ásia, África e América Latina. Internamente o escritório recebeu maior espaço físico e pessoal de apoio administrativo (UFPE, 2018).

Atualmente a DRI continua vinculada ao Gabinete do Reitor e tem por finalidade fomentar a construção, a implementação e a consolidação de políticas de internacionalização na UFPE. Sua estrutura organizacional tem o seguinte desenho:

Figura 2 – Estrutura Organizacional da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE



Fonte: Extraído da Estrutura Organizacional da UFPE (2020).

A UFPE mantém mais de 110 convênios⁹, protocolos de intenções, acordos e termos aditivos internacionais com 31 países, conforme Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Relação de convênios em destaque/ Por continente

Continentes	Países em destaque	Convênios por país	Total por continente
África	Malawi	01	04
	Moçambique	02	
	Nigéria	01	
América do Norte	Canadá	05	14
	EUA	05	
	México	04	
América Central	Costa Rica	01	02
	Haiti	01	
América do Sul	Argentina	02	08
	Chile	01	
	Colômbia	03	
	Equador	01	
	Uruguai	01	
Ásia	China	02	05
	Índia	01	
	Japão	01	
	Uzbesquistão	01	
Ásia/Europa	Rússia	01	01
Europa	Alemanha	09	77
	Áustria	01	
	Bélgica	03	
	Espanha	03	
	Finlândia	01	
	França	12	
	Irlanda	01	
	Itália	09	
	Países Baixos	03	
	Polónia	02	
	Portugal	29	
	Reino Unido	03	
	Suécia	01	

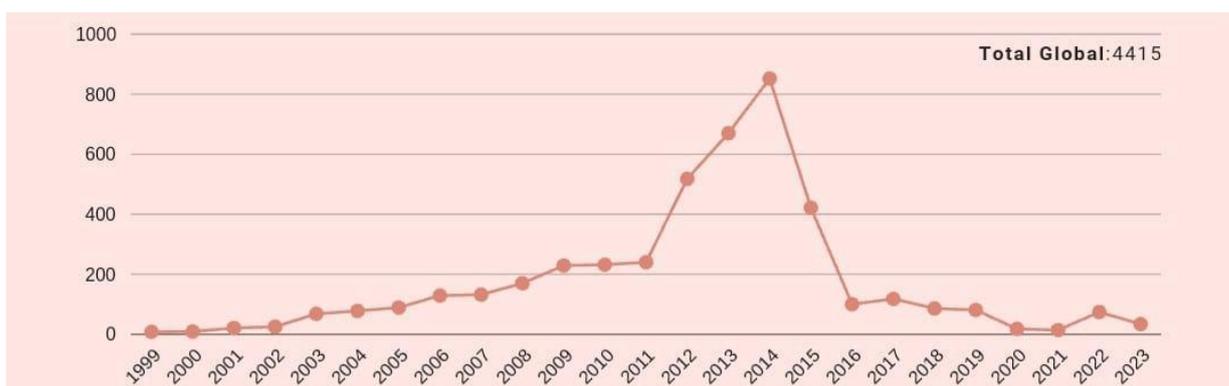
Fonte: Elaborado pela autora a partir da Relação de Convênios DRI (UFPE, 2022).

Observa-se, a partir dos dados obtidos da Relação de Convênios, que na UFPE há uma tendência em firmar parcerias com países que fazem parte da Europa e da América do Norte.

As figuras 3, 4, 5 e 6 demonstram os dados da mobilidade *Out* e *In* na UFPE desde a criação do escritório de relações internacionais em 1999 até 2023.

Figura 3 - Mobilidade Out – Alunos Intercambistas UFPE (por Ano) 1999/2023

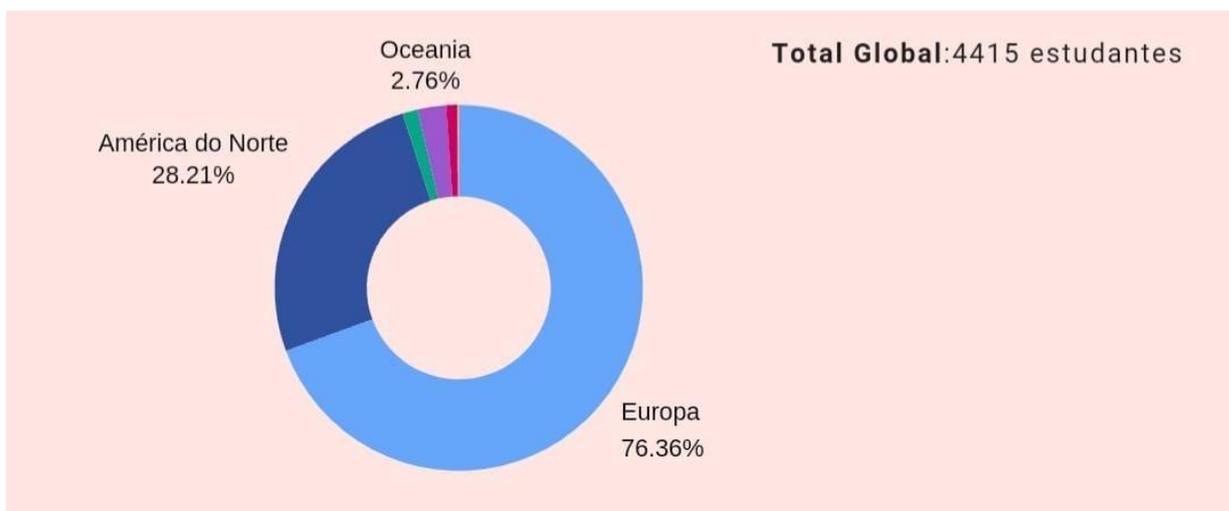
⁹ Dados de janeiro 2022.



Fonte: Banco de Dados da DRI (2024).

Na Mobilidade *Out* (estudantes da UFPE que se deslocam para realizar parte dos seus estudos no exterior) constata-se que o número de alunos que participam dessa forma de internacionalização ainda é incipiente se comparado ao número de matrículas anuais na instituição. Em 2020 a UFPE efetuou 28.989 matrículas nos cursos de graduação. Observa-se na Figura 3 o pico de intercâmbios de 2012 a 2015 ocasionados pela vigência do Programa Ciência sem Fronteiras.

Figura 4 - Mobilidade Out - Alunos Intercambistas UFPE (por Continente)
1999/2023



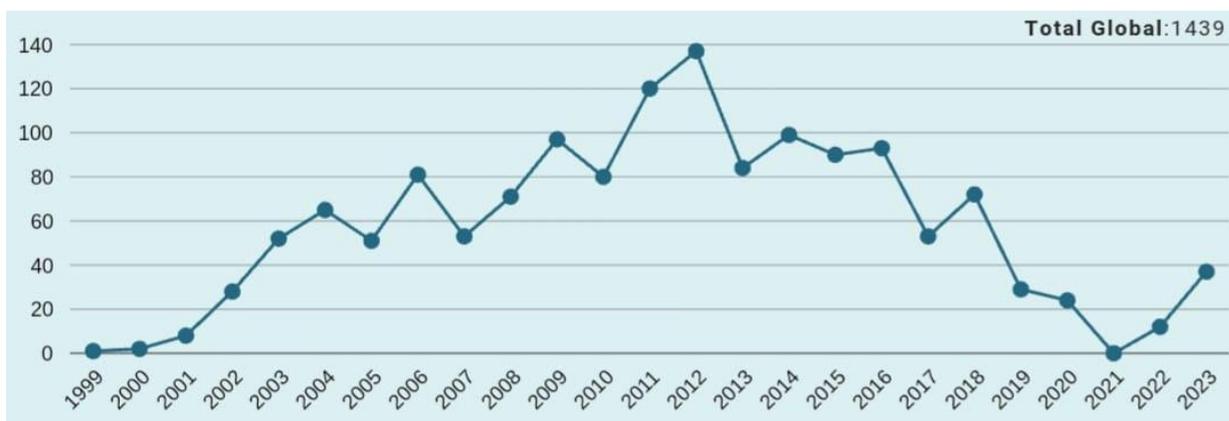
Fonte: Banco de Dados da DRI (2024).

Outra constatação, referente à Figura 4, é a predominância dos intercâmbios para regiões do Norte Global.

Os dados da Mobilidade *In* (estudantes estrangeiros na UFPE), seguem a mesma tendência dos dados da Mobilidade *Out*: um aumento no número de alunos

em 2012, provavelmente ocasionado pelos convênios institucionais que foram formalizados a partir de parcerias geradas pela implantação do Programa CsF, conforme demonstra a Figura 5 a seguir:

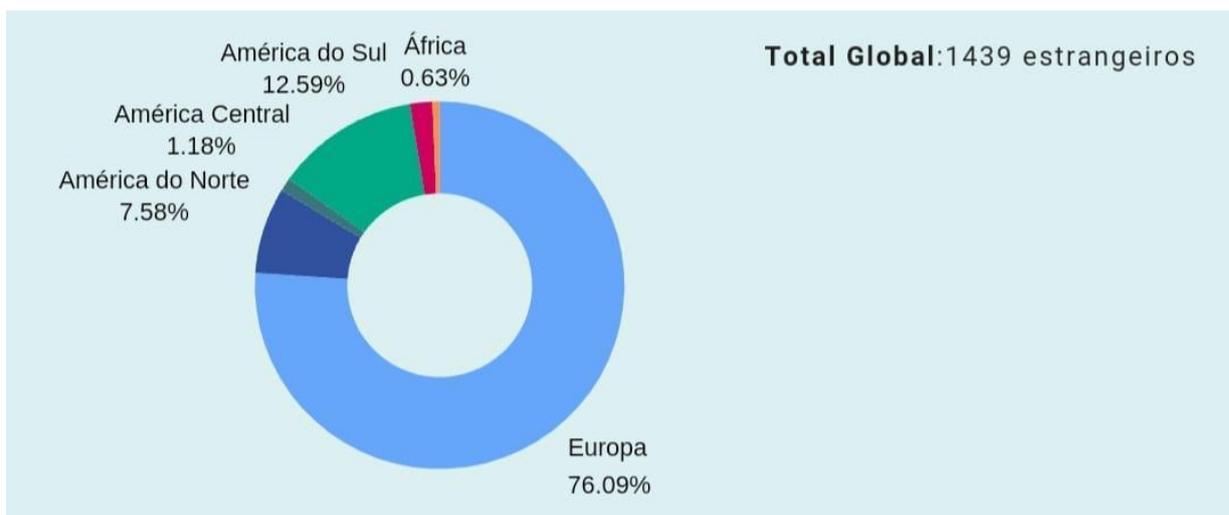
Figura 5 - Mobilidade In - Alunos Estrangeiros na UFPE (por Ano) 1999/2023



Fonte: Banco de Dados da DRI (2024).

Constata-se também, a partir da leitura da Figura 6, que na UFPE há uma tendência de receber alunos em sua maioria provenientes de países europeus e norte-americano:

Figura 6 - Mobilidade In - Alunos Estrangeiros na UFPE (por Continente) 1999/2023



Fonte: Banco de Dados da DRI (2024).

Diante das Figuras 3, 4, 5 e 6 é possível observar que na UFPE tanto a Mobilidade *Out* quanto a *In* seguem a mesma tendência no que se refere a enviar e

receber alunos do Norte Global, em especial para e da Europa. Os países do Sul Global seguem sendo preteridos.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Para alcançarmos os objetivos deste estudo, optamos por trabalhar com técnicas distintas de coleta de dados e múltiplas fontes de evidências: documentos e entrevistas semiestruturadas. No decorrer da coleta não tivemos nenhuma dificuldade ou contratempo para desenvolver o percurso metodológico, com exceção da obtenção de dados da mobilidade estudantil *Out* e *In* que só foi atualizada recentemente, no ano de 2024, pela Diretoria de Relações Internacionais.

O processo foi conduzido tomando como base a Análise de Conteúdo. Bardin (2011, p. 15), define esse tipo de análise como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (Bardin 2011, p. 15).

Inicialmente, fizemos uma pré-análise do material utilizado para a coleta de dados (planos, resoluções, relatórios de gestão, leis). Esta etapa tem um propósito organizacional e objetiva tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise (Bardin, 2011, p. 125). Realizamos uma leitura flutuante para escolha dos documentos (a priori) e seleção (a posteriori). Esta etapa, de acordo com Bardin (2011), tem o propósito de organizar a pesquisa a ser realizada.

Os documentos permitem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social e, por conseguinte, observar o processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, bem como o de sua gênese até os nossos dias. Uma análise preliminar de documentos envolve algumas etapas: o contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e/ou a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto (Cellard, 2008). São relevantes a praticamente todos os

tópicos de estudos de caso. Devem ser cuidadosamente utilizados e o pesquisador não deve tomá-los como registros literais de eventos que ocorreram. Seu uso deve corroborar e valorizar evidências de outras fontes, como as entrevistas, por exemplo (Yin, 2001).

A seção teórica culminou em pistas para a constituição de um *corpus* de documentos institucionais que foram submetidos ao processo de análise, tais como, o Plano de Desenvolvimento Estratégico, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, o Plano de Internacionalização, Resoluções, Relatório de Gestão, dentre outros, que se fizeram pertinentes como, por exemplo, o *website* da UFPE.

Os documentos permitiram responder aos dois primeiros objetivos específicos da pesquisa, a saber:

- a) Identificar como estão apresentados nos documentos estruturantes da IES pesquisada (UFPE) a política de Internacionalização em Casa;
- b) Descrever as ações desenvolvidas que contemplam a IaH na UFPE nos últimos 5 anos.

Num segundo momento, realizamos entrevistas semiestruturadas com os gestores do escritório de relações internacionais da UFPE com o intuito de responder ao terceiro objetivo específico da pesquisa: c) Analisar, na percepção dos gestores da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE e dos coordenadores das ações implementadas, quais os desafios e as perspectivas que se apresentam para o futuro da IaH.

A escolha por esses gestores se deu pela natureza do cargo e pelo envolvimento com as diversas ações e estratégias de internacionalização universitária.

As entrevistas foram realizadas por meio virtual, via plataforma Google Meet, no decorrer do mês de outubro de 2022. Ao todo foram realizadas 5 entrevistas assim distribuídas:

Quadro 11 - Perfil dos Entrevistados

D1	D2	C1	C2	C3
Função: Diretor (a) de Relações Internacionais	Função: Diretor (a) de Relações Internacionais	Função: Coordenador(a) de Assuntos Internacionais	Função: Coordenador(a) de Mobilidade Internacional	Função: Coordenador(a) do Programa de Mobilidade Virtual e Coordenadora dos Cursos de Português para

				Estrangeiros
Período: 2012-2020	Período: 2020-atual	Período: 2020-atual	Período: 2020-atual	Período: 2020-2022
Formação/Qualificação: Arquitetura e Urbanismo Pós-Doutorado	Formação/Qualificação: Letras Doutorado	Formação/Qualificação: Letras Mestrado	Formação/Qualificação: Jornalismo Mestrado	Formação/Qualificação: Letras Doutorado
Cargo na UFPE: Professora Titular	Cargo na UFPE: Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Cargo na UFPE: Secretariado Executivo	Cargo na UFPE: Assistente em Administração	Cargo na UFPE: Secretariado Executivo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Ao longo do texto os gestores foram tratados pela nomenclatura acima atribuída D1, D2, C1, C2 e C3.

A técnica de entrevista, de acordo com Yin (2001), é uma fonte essencial para um estudo de caso uma vez que pode fornecer ao pesquisador percepções e interpretações sob um assunto, como também pode sugerir fontes nas quais pode-se buscar evidências corroborativas. O entrevistado pode ser um bom informante e não apenas um mero respondente.

Nessa etapa o intuito foi o de aprofundar o nosso entendimento sobre o tema proposto e responder ao terceiro objetivo específico: 3 - Analisar, na percepção dos gestores do escritório de Relações Internacionais da UFPE e dos coordenadores das ações implementadas, quais os desafios e as perspectivas que se apresentam para o futuro da IaH.

As duas técnicas de coleta de dados, documental e entrevista, passaram pelos processos de codificação e de categorização, tomando como base o questionamento e os objetivos da pesquisa.

As entrevistas, cujo roteiro encontra-se no apêndice a este trabalho, foram concedidas pelos gestores e em seguida transcritas, sistematizadas em unidades de registro e agrupadas nas seguintes categorias:

1. Experiência
2. Concepção de internacionalização da educação superior. O uso da estratégia da internacionalização em casa (IaH)
3. Políticas educacionais (internacionais/nacionais/locais) que influenciam na incorporação/adesão da IaH na UFPE

4. Ações/estratégias de internacionalização em casa
5. O papel da DRI
6. Desafios
7. Perspectivas

A partir da tríade referencial teórico, análise dos documentos e percepção dos indivíduos entrevistados, realizamos o tratamento dos dados e buscamos fazer as inferências pertinentes para chegar nas nossas considerações acerca do objeto pesquisado. Com o intuito de garantir a validade interna e externa da pesquisa e a confiabilidade, as entrevistas passaram por verificação dos membros após transcrição e triangulação dos dados.

3.3 Comitê de Ética

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE, através de processo inserido na Plataforma Brasil, sob o número: 5.719.804.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e foram informados sobre os riscos e benefícios da participação, inclusive sobre a plena liberdade de se recusarem a participar do estudo a qualquer momento.

No capítulo seguinte apresentamos a análise dos dados desta pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem o propósito de apresentar os dados obtidos através desta pesquisa que se propôs a analisar o processo de internacionalização em casa através da política de internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco, cuja análise será realizada à luz do referencial teórico. Para realizar esta etapa foram utilizados os documentos institucionais e entrevistas com os gestores da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE.

4.1 Os Documentos Institucionais

O primeiro objetivo específico desse projeto se propõe a identificar como estão apresentados nos documentos estruturantes da UFPE a política de Internacionalização em Casa. Assim, o texto abaixo expõe e descreve os documentos utilizados para coletar as informações. Foram utilizados os seguintes documentos para análise documental:

Quadro 12 - Sistematização do *Corpus Documental*

Documento	Objetivo	Vigência
Plano Estratégico Institucional (PEI)	Definir os rumos da UFPE em termos de seu desenvolvimento e suas metas. O Plano explicita a missão da Universidade e seus objetivos institucionais	2013-2027 (15 anos)
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Definir os rumos da instituição universitária em termos de seu desenvolvimento e suas metas para os próximos cinco anos. O Plano reafirma a missão da instituição definida no Plano Estratégico Institucional (PEI). Explicita as ações, as metas e os indicadores que serão executados no próximo quinquênio.	2019-2023 (5 anos)
Plano de Internacionalização	Incorporar dimensões internacionais e interculturais no ambiente universitário, por meio de seus processos de formação, de produção, de trabalho e de convivência de estudantes, professores e técnicos administrativos, ampliando e fortalecendo suas competências de diálogo e troca de conhecimento e cultura com o mundo. Integra o PEI.	2017-2027 (10 anos)
Plano de Ação Institucional (PAI)	Formular objetivos, prever as atividades, programar o tempo e avaliar os riscos. Trata-se da elaboração de tarefas operacionais.	Anual
Resoluções	Normatizar e/ou disciplinar as ações de internacionalização.	Indeterminado
Página virtual institucional	Divulgar e informar sobre a UFPE.	Indeterminado

Fonte: Elaborado pela autora (2021) a partir dos documentos coletados.

A UFPE faz seu planejamento em três níveis: I - Estratégico, através do Plano Estratégico Institucional (PEI); II - Tático, através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); III - Operacional, por meio do Plano de Ação Institucional (PAI), sendo este último para demandas de curto prazo (1 ano), conforme ilustrado pela Figura 7 a seguir:

Figura 7 - Níveis de Planejamento UFPE



Fonte: PDI 2019/2023 (UFPE, 2019).

A seguir, apresentamos as linhas centrais de cada plano e transcrevemos alguns trechos que dialogam com a política de internacionalização na UFPE:

4.1.1 O Plano Estratégico Institucional (PEI)

O Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, é um documento que tem como objetivo identificar na UFPE sua missão, visão e valores, e propor tópicos estratégicos, a serem observados pelos gestores da UFPE, alinhados à sua missão. É um plano de longo prazo (15 anos), com visão global e não exigido por normas internas nem externas. Assim, a missão, a visão e os valores da UFPE são:

Missão: Como instituição pública, promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas

de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais.

Visão: Ser uma universidade de classe mundial comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade.

Valores: estão baseados em nove princípios: cidadania, cooperação, criatividade, sustentabilidade, dignidade, diversidade, equidade, ética, integridade (UFPE, 2013, p. 25-26).

A elaboração do PEI foi composta por uma comissão coordenadora, um Grupo de Apoio ao Planejamento Estratégico (GAPE), uma comissão gestora, nove grupos temáticos, uma comissão de avaliação e uma comissão consultiva.

O PEI menciona ainda os desafios e diretrizes internacionais da educação superior, alinhados com a declaração da OCDE, conforme extrato:

Como diretrizes internacionais para a educação superior foram considerados nesse plano os resultados da última Conferência da OCDE, realizada em 2009, que procurou destacar em sua declaração alguns papéis que a educação superior deveria desenvolver no enfrentamento dos problemas da educação superior, quais sejam: 1) Responsabilidade social da educação superior; 2) Acesso, igualdade e qualidade; **3) Internacionalização, Regionalização e Globalização;** 4) Ensino, Pesquisa e Inovação (UFPE, 2013, p. 10, grifo nosso).

E menciona:

A cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além da promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural. Instituições de educação superior ao redor do mundo têm a **responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento global**, por meio da crescente transferência de conhecimento que deve cruzar fronteiras, especificamente as dos países subdesenvolvidos. É dever das instituições trabalhar para encontrar soluções comuns que objetivem promover a circulação do saber, aliviando com isso o impacto negativo da fuga de cérebros de países em desenvolvimento. Parcerias para pesquisa em equipe e intercâmbio de estudantes promovem a cooperação internacional. O encorajamento de uma mobilidade acadêmica equilibrada deve ser amparada por mecanismos que garantam colaboração genuína, multicultural e multilateral (UFPE, 2013, p. 11, grifos nossos).

No documento foram definidos 17 objetivos estratégicos, dentre eles está o de número 3 – Implantar uma política de Internacionalização, cujas ações a serem

traduzidas em projetos pelos gestores são:

- Capacitar professores para lidar no contexto internacional;
- Conceber e implantar um modelo de internacionalização, para todos os níveis;
- Atualizar as grades curriculares visando a internacionalização de currículos;
- Flexibilizar a aceitação dos créditos realizados no exterior;
- Instalar a cultura de internacionalização, inserida nas estruturas de decisão e gestão das Universidades;
- Integrar as várias unidades para implantação das estratégias de internacionalização (UFPE, 2013, p. 29).

A partir do PEI definiu-se três períodos de cinco anos para implementação do PDI (2014/2018; 2019/2023 e 2024/2028), documento que será mencionado a seguir.

4.1.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, documento de nível tático de médio prazo, associa as metas e indicadores de gestão aos objetivos a serem alcançados pelas diversas áreas, em nível departamental/setorial. É uma demanda legal de nível federal e define os rumos da instituição para os próximos cinco anos.

O PDI foi elaborado por um Comitê Central, uma Comissão Executiva e 7 (sete) Comissões Temáticas, a saber:

1. Política para ensino, pesquisa e extensão
2. Assuntos Estudantis;
3. Gestão Institucional;
4. Política de Pessoas (docentes e técnicos);
5. Responsabilidade Social;
6. Comunicação e Informação;
7. Infraestrutura Física.

As estratégias descritas nesse plano estão alinhadas com o PEI. O Mapa Estratégico apresenta 21 objetivos, tendo em vista uma atualização do PEI. Dentre eles destaca-se para este estudo o objetivo de número 6: Ampliação de fortalecimento da internacionalização, com 8 (oito) ações a serem desenvolvidas:

- Inserir nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação a oferta de disciplinas com conteúdo em línguas estrangeiras;
- Captar recursos em organizações públicas e privadas para a execução de atividades de internacionalização (congressos, intercâmbio, mobilidade acadêmica.);
- Estruturar um Núcleo de Acolhimento ao Estrangeiro para integrar as atividades de acolhimentos da comunidade internacional da pós e da graduação entre as diferentes unidades (pró-reitorias, diretorias etc.) da UFPE;
- Fomentar as publicações em periódicos internacionais da produção científica e tecnológica da UFPE;
- Engajar estudantes em intercâmbio na UFPE em programas e projetos de extensão;
- Proporcionar por meio do Projeto Institucional de Internacionalização da UFPE a mobilidade de docentes e discentes;
- Fortalecer o Programa BRAVE - Brazilian Virtual Exchange, ampliando as disciplinas internacionais ofertadas no sistema acadêmico;
- Implantar o Plano de Internacionalização da UFPE 2017/2027 (UFPE, 2019, p. 116-117).

A partir do exposto acima, infere-se que as ações estabelecidas para alcançar a estratégia de número 6 – Ampliação de fortalecimento da internacionalização, estão intimamente ligadas ao processo de Internacionalização em Casa e corroboram para alavancar a IaH, tomando como parâmetro as ferramentas estabelecidas pelas pesquisas de Beelen (2007, 2012, 2019) e Jones e Reiffenrath (2018), e mencionadas na Quadro 7 e 8 deste estudo.

4.1.3 O Plano de Ação Institucional (PAI)

O Plano de Ação Institucional é um documento de nível operacional para demandas de curto prazo (1ano). Seu monitoramento é realizado sistematicamente através de reuniões com os principais gestores da UFPE e gerentes das ações. As ações de IaH presente no PAI foram sistematizadas na seção 4.2 desta pesquisa.

4.1.4 O Plano de Internacionalização

A partir do PEI e do PDI a gestão criou o Plano de Internacionalização da UFPE, cujo marco temporal compreende os anos de 2017 até 2027, é um documento que define políticas de internacionalização em todas as frentes de atuação da

instituição (ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão). Contempla objetivos, estratégias e ações para implementar e expandir a internacionalização na UFPE.

A UFPE adota o conceito de internacionalização abrangente estabelecido por Hudzik (2011) como:

a internacionalização é um comprometimento confirmado por meio de ação, para imergir perspectivas internacionais e comparativas no ensino, na pesquisa e nos serviços na educação superior. Ela define o *ethos* e valores institucionais e abarca toda a cadeia de educação superior incluindo seus serviços. É necessário ser abraçada pela liderança e governança institucional, professores, pesquisadores, estudantes, técnicos administrativos e todos os serviços e unidades. É um imperativo institucional e não uma possibilidade desejável (Hudzik, 2011, p. 10).

Os objetivos da internacionalização na UFPE são:

- Incorporar dimensões internacionais e interculturais no ambiente universitário, por meio de seus processos de formação, de produção, de trabalho e de convivência de estudantes, professores e técnicos administrativos, ampliando e fortalecendo suas competências de diálogo e troca de conhecimento e cultura com o mundo;
- Ampliar a capacidade de comunicação internacional da comunidade universitária, por meio de promoção de uma política multilinguística para a UFPE;
- Dar visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, propiciando a cooperação e a construção de redes colaborativas de saberes;
- Fortalecer e adensar a produção do conhecimento e da pesquisa realizada na UFPE, promovendo parcerias e conexões em redes internacionais estratégicas;
- Promover um ambiente intercultural e internacional de ensino-aprendizagem e trabalho, que traga benefícios para o processo de formação de qualidade para todos (UFPE, 2018, p. 13).

A abordagem de internacionalização adotada pela UFPE se alinha com os 17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), ilustrados na Figura 8 a seguir:

Figura 8 - 17 Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: UFPE, 2018.

Esses objetivos são definidos pela ONU (Organização das Nações Unidas), a partir da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. São um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade e buscam

o comprometimento com um a educação inclusiva e equitativa de qualidade (...) e que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar as oportunidades e participar plenamente da sociedade (ONU, 2015 *apud* UFPE, 2018).

Os ODS se alinham ou se relacionam com a internacionalização do ensino superior quando ambos promulgam promover o desenvolvimento global sustentável e equitativo. De um lado os ODS com suas metas para melhorar as condições de vida em todo o mundo e do outro a internacionalização envolvendo perspectivas globais na educação superior.

Assim, com o foco na capacitação dos indivíduos para abordar os desafios globais que se apresentam, a UFPE estruturou a sua política de internacionalização baseada em dois eixos (estratégicos e transversais) que por sua vez se traduzem em ações que são implementadas com prazos a serem cumpridos (curto - até 2019,

médio - até 2023, longo - até 2027 e contínuo), conforme ilustrado pela Figura 9. As ações desenvolvidas contam com o apoio e colaboração de outros setores da UFPE, como, por exemplo, as Pró-Reitorias, Diretorias de Centro e outros Núcleos.

Figura 9 — Interseção entre eixos estratégicos e eixos transversais



Fonte: Plano de Internacionalização UFPE (2018).

O foco deste estudo é o eixo estratégico de número 3, que aborda a internacionalização em Casa, e que se refere às ações que ampliam e fortalecem as possibilidades de trocas de conhecimentos interculturais e acadêmicas prioritariamente ocorridas no ambiente da UFPE. São elas:

- apoiar eventos internacionais na UFPE, de interesse estratégico para a internacionalização da instituição (prazo contínuo);
- desenhar e implantar projeto de oferta de disciplinas em línguas estrangeiras (prazo médio);
- estruturar um programa de mobilidade virtual com parceiros estrangeiros (prazo curto e médio);
- apoiar inovações pedagógicas que trabalhem com o intercâmbio de conhecimento com parceiros estrangeiros (prazo curto e médio);
- apoiar atividades de EAD com parceiros estrangeiros (prazo curto e médio);
- fornecer os históricos escolares bilíngues (português/inglês) (prazo curto);

- fortalecer atividades pedagógicas inovadoras que articulem o conhecimento local e global, em conjunto com parceiros estrangeiros (prazo médio);
- apoiar a vinda de professores visitantes e palestrantes estrangeiros de interesse estratégico para a UFPE (prazo contínuo);
- fortalecer as atividades dos institutos de Estudos África, América Latina, Ásia e Futuro (UFPE, 2018, p. 21).

Segundo o Plano de Internacionalização, as atividades são monitoradas pela DRI e avaliadas pelo comitê gestor, composto pelo representante máximo da instituição e das unidades de gestão responsáveis pela execução do plano, e pelo comitê assessor, composto por membros do corpo docente da UFPE, técnico administrativo e estudantil.

A implementação das ações depende de recursos próprios, de agências de fomento nacionais e internacionais, de projetos institucionais internacionais com setores públicos e/ou privados que deverão ser regulados por legislação pertinente.

O documento ainda menciona alguns desafios para a instituição, no tocante à dimensão internacional na instituição, a saber:

- a) a otimização dos fluxos da mobilidade acadêmica;
- b) o gerenciamento de risco em casos de acidentes e doenças;
- c) a certificação da qualidade com atenção a qualidade pedagógica, aos sistemas de avaliação e ao ambiente de aprendizagem;
- d) a proteção à propriedade intelectual;
- e) oportunizar a todos o acesso à internacionalização da educação;**
- f) questões éticas, tais como fraudes e diplomas e interesses dúbios, que não se alinham com as missões da universidade e com o seu plano de internacionalização;
- g) a preparação de seu corpo técnico e acadêmico para lidar com experiências que envolvem atividades internacionais e interculturais;**
- h) mudar, gradativamente e de modo positivo, a abordagem da educação internacional para a internacionalização da educação superior, vencendo as barreiras culturais profissionais mais resistentes às mudanças (UFPE, 2018, p. 13, grifo nosso).

Considerando os fragmentos mencionados no Plano de Internacionalização, podemos inferir que o documento é muito abrangente quanto às intenções. Menciona fortalecer atividades pedagógicas inovadoras que articulem o conhecimento global e local, menciona fortalecer as atividades com países da América Latina, África, Ásia, portanto, o texto sinaliza para uma política de internacionalização institucional que

leva em consideração as especificidades culturais, sociais e políticas locais (Macedo, 2020; Leal; Oregioni, 2019; Leal; Moraes, 2018; Leal; Moraes; Oregioni, 2018).

Os documentos mencionados, Plano de Estratégico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Ação Institucional e Plano de Internacionalização, alicerçam a política institucional de internacionalização universitária, assim infere-se que na UFPE, o processo se faz presente nos seus pilares constituintes, é um compromisso disseminado com a comunidade acadêmica, sendo sua melhoria e expansão objetos norteadores de ações futuras.

A partir do exposto nos documentos analisados, percebe-se que os pilares da política institucional estabelecida pela UFPE para a internacionalização estão ancorados em diretrizes e desafios internacionais (OCDE, UNESCO, ONU), além dos nacionais estabelecidos pelo Governo Federal, como o Plano Nacional de Educação (PNE).

No contexto dos documentos, algumas estratégias e ações de internacionalização estão intimamente ligadas a uma internacionalização mais inclusiva e equitativa e muitas dessas ações compreendem a Internacionalização em Casa. No entanto, é uma preocupação, mencionada como um desafio, ampliar essas possibilidades e preparar docentes e técnicos para lidarem com experiências que envolvem essas atividades.

4.2 As Ações de Internacionalização em Casa na UFPE

Esta seção tem o objetivo de descrever as ações de internacionalização universitária que foram desenvolvidas na UFPE e conduzidas pela DRI, enquanto instância principal responsável pelas políticas de internacionalização da UFPE, e que têm como cerne a IaH. Os documentos utilizados para esta busca foram o Plano de Ação Institucional, Resoluções que tratam da internacionalização e o site da DRI que contém informações acerca dos projetos e programas desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Um levantamento através do SIG@ foi realizado com o intuito de obter os relatórios anuais das ações de 2017 a 2021. A partir das planilhas que o sistema gerou em Excel sistematizou-se apenas as ações de Internacionalização em Casa, baseando-se nas ferramentas descritas por Beelen (Quadro 7) e Jones e Reiffenrath (Quadro 8). Além da descrição das ações, mencionadas neste levantamento, os

relatórios anuais demonstram o orçamento estimado e o prazo a ser executado.

Quadro 13 - Sistematização de ações de Internacionalização em Casa a partir do PAI (2017 a 2021)

Ano	Ações Previstas	Realizadas	Não realizadas
2017	- Apoiar a oferta de disciplinas pelo ensino à distância (moocs ¹⁰);		x
	- Desenhar e implantar projeto piloto de oferta de disciplinas em inglês;	x	
	- Transcrever para o inglês os históricos escolares (internacionalizar currículos).		x
2018	- Estruturar cursos de verão in e out;		x
	- Promover atividades socioculturais com os alunos estrangeiros;	x	
	- Transcrever para o inglês os históricos escolares (internacionalizar currículos);		x
	- Apoiar a oferta de disciplinas pelo ensino à distância e mobilidade virtual (BRAVE);	x	
	- Apoiar as atividades do NUCLI no programa de formação em inglês, espanhol, francês, italiano e português para estrangeiros;	x	
	- Desenhar e implantar projeto piloto de oferta de disciplinas em inglês;		x
	- Apoiar eventos internacionais na UFPE, de interesse estratégico para a internacionalização da instituição;	x	
	- Apoiar a vinda de professores visitantes e palestrantes de interesse estratégico para a UFPE.	x	
2019	- Apoiar a oferta de disciplinas pelo ensino à distância e mobilidade virtual (BRAVE);	x	
	- Apoiar as atividades do NUCLI no programa de formação em inglês, espanhol, francês, italiano e português para estrangeiros;	x	
	- Promover atividades socioculturais com os alunos estrangeiros;	x	
	- Transcrever para o inglês os históricos escolares.	x	
2020	- Criação de Bureau de Acolhimento ao Estudante Estrangeiro - Welcome Office;		x
	- Criação de Central de Línguas - Programa de Universalização de Aprendizagem de Língua Estrangeira - PrUALE / International UFPE;		x
	- Ampliação dos Programas de Disciplinas Colaborativas On-line e Disciplinas Internacionalizadas;	x	
	- Implementação de Histórico Escolar Bilingue.		x
2021	- Promoção de cursos de idiomas para a graduação;	x	
	- Programa de mobilidade acadêmica virtual;	x	
	- Aquisição da plataforma BRAVE;		x
	- Aquisição da plataforma Emovies;	x	
	- Apoio sistêmico à coordenação de línguas e interculturalidade.	x	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios de gestão da UFPE (2018 a 2021).

¹⁰ MOOCS – Massive Online Open Courses.

A partir do levantamento acima e dos documentos analisados foi possível sistematizar no quadro a seguir as principais ações desenvolvidas pela UFPE no âmbito da IaH e dividir as ações de um currículo formal e informal, levando em consideração o que preconiza Beelen e Jones (2015 e 2018).

Quadro 14 – Sistematização de Ações de IaH desenvolvidas pela UFPE (2018 a 2021)

Ação Formal diz respeito ao ensino, aprendizagem e avaliação (plano de estudos, cronograma) e fazem parte do programa de graduação	Ação Informal está inserida nos serviços de apoio, de atividades adicionais ofertadas pelas universidades que não são avaliadas e não fazem parte do currículo formal
Programa de Mobilidade Acadêmica Virtual – Brazilian Virtual Exchange Program (BRAVE)	Programa de Apadrinhamento
Programa de Mobilidade Virtual (MOVI)	Eventos com palestrantes convidados locais e internacionais
Coordenação de Línguas e Interculturalidade (CLING)	Recepção aos estudantes estrangeiros
Núcleo de Línguas da UFPE (NUCLI)	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatórios de gestão da UFPE (2018 a 2021).

Os tópicos seguintes descrevem com maior detalhe as ações empreendidas:

4.2.1. O Programa de Mobilidade Acadêmica Virtual – Brazilian Virtual Exchange Program (BRAVE)

Implementado como projeto piloto em 2017, o *BRAVE – Brazilian Virtual Exchange Program* surge na graduação como um programa de mobilidade acadêmica virtual ou programa de disciplinas colaborativas on-line ou ainda disciplinas internacionalizadas, cujo objetivo é proporcionar aos estudantes e docentes vivenciar uma sala de aula internacional multilíngue através de aulas on-line e encontros síncronos e assíncronos.

Naquela ocasião os professores foram treinados pela *SUNY – State University of New York* para estruturar uma disciplina com um parceiro internacional e implantá-la. Encontros anuais foram ofertados aos docentes participantes para acompanhamento do projeto, planejamento, implantação, monitoramento e avaliação. É pertinente salientar que este treinamento dependia de recursos financeiros, assim como a ida dos docentes para os Estados Unidos.

Inicialmente foi desenhado em três etapas: 1 – projeto piloto; 2 – abertura de primeiro edital público; 3 - abertura de edital público anual (Maia, Nóbrega E Cunha, 2019).

O programa piloto contou com a participação de mais duas instituições brasileiras: a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Centro Paula Souza (CPS), ambos em São Paulo.

O quadro 15 a seguir representa o quantitativo de disciplinas ofertadas por ano no âmbito da UFPE:

Quadro 15 - Disciplinas BRAVE na UFPE (2018 a 2021)

Ano	Nº de Disciplinas	Departamento da UFPE	País do Parceiro	Nº de Alunos*
2018	3	Letras, Hotelaria e Turismo, Ciências Administrativas	EUA, Países Baixos	27
2019	23	Letras, Hotelaria e Turismo, Ciências Administrativas, Gestão (CAA), Engenharia (CAA), Colégio de Aplicação, Medicina Clínica, Odontologia, Design, Química Fundamental, Nutrição (CAV)	EUA, África do Sul e Países Baixos	213
2020	9	Química Fundamental, Medicina Clínica, Ciências Administrativas, Odontologia, Design, Letras, Gestão (CAA), Engenharia (CAA)	EUA e Países Baixos	152
2021	5	Medicina Clínica, Gestão (CAA), Engenharia (CAA), Letras, Ciências Administrativas	EUA	122

Fonte: Baseado em ALVES (2022) e em dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação/UFPE (STI); * este número pode ser maior, tendo em vista que algumas disciplinas não foram contabilizadas pela STI.

A perspectiva desse programa é:

Introduzir e/ou melhorar os componentes interculturais e internacionais dos currículos, melhorar o desempenho linguístico dos envolvidos e prover uma experiência internacional de troca de saberes a partir do desenvolvimento de conteúdos que interessem conjuntamente as instituições envolvidas (Maia, Nóbrega e Cunha, 2019, p. 152).

Todo o programa foi desenhado em parceria com a então Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD), hoje Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Esse programa culminou com a Resolução nº 09/2019, que regulamenta a oferta de disciplinas internacionalizadas nos cursos de graduação na Universidade Federal de

Pernambuco (UFPE), facilitando assim o reconhecimento das disciplinas internacionalizadas como disciplinas eletivas.

Hoje quem detém os direitos sobre o BRAVE é a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI) que oferta um Selo FAUBAI-BRAVE aos associados que aderirem ao programa.

4.2.2 O Programa de Mobilidade Virtual (MOVI)

Com um primeiro edital lançado na UFPE em 2021 o Programa de Mobilidade Virtual (MOVI), tem o objetivo de ofertar disciplinas na modalidade virtual ou à distância através de uma iniciativa da Organização Universitária Interamericana¹¹(OUI), por meio do Espaço de Mobilidade Virtual no Ensino Superior (eMovies).

Em 2021, a UFPE ofertou 28 disciplinas com 220 vagas na graduação e recebeu 3 alunos em disciplinas também na graduação.

Com a pandemia esta modalidade de ensino ganhou evidência. Em 2022, houve lançamento de um novo edital, porém a adesão foi inexistente.

4.2.3 A Coordenação de Línguas e Interculturalidade (CLING)

Criada em 2020, a Coordenação de Línguas e Interculturalidade (CLING) é parte da estrutura organizacional da DRI e tem como objetivo promover a política linguística na UFPE através de várias iniciativas, a saber: cursos de idiomas (inglês, espanhol, francês, italiano) e cultura; tradução de trabalhos científicos e elaboração de resumos para língua estrangeira; revisão linguística de trabalhos acadêmicos; interpretação em eventos científicos e cerimônias acadêmicas; testagem em nível internacional para avaliação de escrita, leitura e compreensão de idiomas; aplicação de exames de proficiência; entre outras atividades. As iniciativas da CLING são ofertadas mediante pagamento de valores reduzidos ao praticado no mercado.

4.2.4 O Núcleo de Línguas da UFPE (NUCLI)

¹¹ A OUI é uma Associação Internacional que tem como discurso incentivar a cooperação entre as instituições universitárias e o desenvolvimento do ensino superior nas Américas.

Em dezembro de 2012, através da Portaria nº 1.466 do Ministério da Educação (MEC), o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF) foi criado com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas.

Naquela ocasião as universidades federais brasileiras foram convidadas a participarem do processo seletivo de propostas para o credenciamento dos Núcleos de Línguas (NUCLI-IsF) sendo a UFPE contemplada, entre 5 instituições públicas de ensino superior para receber o laboratório de línguas e abrigar iniciativas que promovessem "[...] as condições apropriadas para o ensino de línguas para o público universitário, com vistas a garantir a qualidade de internacionalização da instituição para todos os setores da universidade" (Maia, Nobrega E Cunha, 2019. P. 147).

O NUCLI tem realizado ações que abrangem o ensino de idiomas (inglês, italiano, francês, espanhol e português como língua estrangeira), a aplicação de testes de proficiência, etc.

Com o fim do Programa CsF e o contingenciamento das universidades federais o NUCLI tem limitado as suas ações. Salienta-se que as ações são gratuitas para a comunidade acadêmica. Atualmente os recursos financeiros do NUCLI-UFPE são provenientes da UFPE.

4.2.5 O Programa de Apadrinhamento

O Programa de Apadrinhamento da UFPE tem como objetivo apoiar o aluno estrangeiro com os trâmites acadêmicos na sua chegada e durante a sua estadia na UFPE. O padrinho é um aluno regularmente matriculado na instituição.

A iniciativa tem o propósito de oportunizar a ambos os estudantes enriquecimento pessoal e cultural, ampliar a rede de contatos e fazer novas amizades.

O último edital disponibilizado pela DRI é de 2020, tendo em vista que os intercâmbios presenciais foram suspensos durante a pandemia da COVID 19 e apenas em 2022 foram retomados.

4.2.6 Outras Ações

A DRI apoia e promove várias ações que buscam fomentar o viés da IaH na instituição. Eventos com palestrantes convidados locais e internacionais é uma prática constante, porém essa ação é realizada sob demanda; os estudantes internacionais com seus padrinhos participam dos eventos de Boas-Vindas que até antes da pandemia ocorria a cada início de semestre.

Algumas ações propostas no PAI não se concretizaram como, por exemplo, disponibilizar para os estudantes o histórico bilíngue. A ação foi implantada pelo STI, porém ainda não está disponível para consulta da comunidade acadêmica. A criação do escritório de acolhimento ao estudante estrangeiro (o *Welcome Office*) também é uma ação não realizada, dentre outras demonstradas no Quadro 13.

Considerando o levantamento realizado das ações de Internacionalização em Casa realizadas pela UFPE, podemos inferir que as ações formais que envolvem a política linguística, como o CLING e o NUCLI continuam promovendo suas atividades. Os programas BRAVE e MOVI, foram bastante divulgados, recursos foram enviados, especialmente no caso do BRAVE, porém hoje há uma descontinuidade, seja por questão de interesse da gestão, seja por questão de recursos escassos ou até por saturação de aulas virtuais pós-período de pandemia. As ações informais continuam acontecendo a partir da demanda sazonal.

4.3 A IaH na Percepção dos Gestores

As entrevistas aqui apresentadas e sistematizadas foram realizadas com 5 gestores do escritório de relações internacionais da IES pesquisada, como já informado no capítulo que aborda a metodologia deste trabalho. Optamos por entrevistar um ex-diretor por entender a relevância deste discurso à época da elaboração do Plano de Internacionalização (2018). Ouvimos também os gestores atuais do escritório (um diretor e três coordenadores).

Elencamos 7 categorias de análise a partir do roteiro de perguntas das entrevistas. São elas:

1. Experiência
2. Concepção de internacionalização da educação superior. O uso da estratégia da internacionalização em casa (IaH)
3. Políticas educacionais (internacionais/nacionais/locais) que influenciam na incorporação/adesão da IaH na UFPE
4. Ações/estratégias de internacionalização em casa

5. O papel da DRI
6. Desafios
7. Perspectivas

No que concerne à experiência profissional dos cinco gestores entrevistados, três são graduados em Letras, um em Jornalismo e outro em Arquitetura. No caso dos dois diretores (D1 e D2) o convite para ocupar o cargo de Diretor de Relações Internacionais é realizado pelo Reitor e levou em consideração as experiências com projetos internacionais, seja em relação a terem estudado no exterior, projetos profissionais ou afinidade com a temática e de certa forma serem alinhados com a alta gestão da UFPE. Os três coordenadores (C1, C2 e C3) ocuparam o cargo por convite do Diretor da DRI, que levou em consideração a atribuição da função de cada um e as atividades desenvolvidas como servidores do setor. Vale salientar que todos os entrevistados são fluentes pelo menos na língua inglesa.

Sobre a sua atuação como diretor da DRI o D1 mencionou a importância de compreender os objetivos da gestão e o olhar da instituição sobre o processo de internacionalização:

Cada coisa tem o seu momento e tem as suas oportunidades [...] era tentar ver o que é que a gestão queria com a internacionalização, o que é que a gente tinha de fato e concreto, o que a gente podia fazer e como é que a gente podia avançar nessa pauta (D1).

Já o D2 destacou a compreensão deste processo por todos que fazem a UFPE, especialmente os técnicos administrativos que lidam anos após anos com os processos, independente da gestão:

Não vou falar de mim, mas falar de nós e trazer um pouco da equipe para os processos decisórios da internacionalização por entender que os servidores técnicos que estavam aqui antes de mim ou de qualquer direção, eles são a parte permanente da Diretoria. Eles precisam ter uma compreensão muito profunda e verticalizada desse processo. É necessário que a gente traga todos os servidores para o processo decisório das questões de internacionalização... (D2).

Os coordenadores afirmaram que a sua atuação se restringe majoritariamente aos processos internos, como extraído nas falas:

[...] eu vejo dois trabalhos que faço aqui desde o início que é o trabalho com convênios, os acordos internacionais assinados entre a UFPE e as instituições estrangeiras e na negociação desses acordos, no trâmite desses acordos, contato com instituições estrangeiras, mas também faço o trabalho de secretaria (C1).

Indiretamente aqui e ali em algumas reuniões..., mas não, pensar a política não ... (C3).

O C2 analisa a participação dos técnicos como mais presente na gestão atual, conforme extrato de fala abaixo:

Os técnicos administrativos colaboram mais com a revisão e agora a gente participa mais da elaboração de alguns documentos, como o Plano de Ação do setor. A política de Internacionalização em si, materializada, ela foi feita mais pela alta gestão, acredito na reitoria mesmo [...] a diretoria com a reitoria e o que acontece agora é mais uma adaptação ou uma renovação dessas políticas. Agora eu acredito que a gente participa mais enquanto técnico do setor (C3).

No âmbito da atuação como gestor o diretor D1 menciona alguns aspectos que julga importante no que concerne articular internamente e externamente a política de internacionalização da instituição:

[...] importante era manter a articulação da Universidade no exterior. O que a gente passou a chamar de “presença institucional”. Porque se você não circula nos espaços onde as instituições estão e onde esses setores dessas instituições estão você é uma instituição invisível, por mais que você tenha um conjunto gigantesco, extremamente capaz de professores que articulam a internacionalização da Universidade. A gestão por si só não internacionaliza sozinha. Até porque o produto que ela tem para internacionalizar são as pessoas. É a capacidade, é o conhecimento que ela gera, então a gente depende dos professores, depende dos alunos, depende (claro!) dos investimentos, mas eu posso ter o maior investimento do mundo, mas se eu não tiver pessoas eu não saio do lugar. A gente aproveitou a oportunidade para alargar isso aí (D1).

Segundo a D1, essa presença institucional resultou em frutos para a UFPE, como, por exemplo, a presidência da FAUBAI, cargo esse que exerceu por dois mandatos, e o CsF que abriu as portas da universidade para receber e enviar alunos, professores, pesquisadores, organizações e colaborou com um cenário novo na internacionalização universitária.

Sobre essa questão D1 explica:

A Universidade passou a ser vista [...] ampliar essa capacidade de articulação da universidade e estar cada vez mais nesses espaços institucionais. A gente teve todo o apoio da gestão para que esse aspecto da presença institucional nesses circuitos para que a gente pudesse estar presente em todos eles. Eu acho que isso inclusive nos levou à presidência da FAUBAI, isso nos levou a fazer parte de um comitê internacional que somente a UFPE fez parte [...] A gente foi pioneiro nos avanços dos processos da institucionalização disso na UFPE. Isso deu a gente um lugar muito privilegiado no comitê decisor sobre esses eventos nos Estados Unidos e na Europa. O que levou a gente a isso foi também essa política de não só estar presente nos lugares, mas ter ações estratégicas em implantação (D1).

Nesse sentido, observamos um discurso diferenciado do D2 quando ele afirma que:

[...] a gente vê que há uma tendência dos anos 80 e dos anos 90 muito forte de que a internacionalização se dá você levando e fazendo divulgação da sua universidade nos eventos, feiras e situações dessa natureza, então a vitrine da internacionalização, a divulgação da internacionalização são as feiras, são os encontros... e isso é muito anos 80 e 90 que já traz uma visão mais anterior. **Eu particularmente quebro um pouco com isso no sentido de entender que a vitrine da universidade é a internacionalização em casa, inclusive. É o que a gente faz aqui que pode ser visto lá fora, em termos de internacionalização, que é o grande agente de divulgação** (D2, grifos nossos).

E completa:

[...] a gente é muito diluído num universo grande quando você está numa feira, enfim, EAIE ou qualquer outra feira dessa maior... NAFSA e por aí vai.... a gente fica muito pulverizado porque diante das grandes universidades e eu comecei a entender que a estratégia não é um pouco de ir até lá, mas de mostrar o que a gente faz aqui... de trazer uma outra visão... uma visão de tentar fazer com que a internacionalização pudesse participar também do processo afirmativo inclusivo da Universidade, que aliás eu acho que é a última caixa da universidade em que os negros, pardos, quilombolas, população LGBTQIA+ não conseguia acesso nenhum (D2).

Diante das falas podemos inferir que os diretores têm um olhar diferente sobre alguns aspectos da política de internacionalização da UFPE, porém entendemos que ambas as estratégias podem caminhar lado a lado, alinhadas, tendo em vista que são meios importantes e um não exclui o outro nesse processo tão complexo. Como dito por Knight (2004) não há uma abordagem correta. Elas servem como exercício para

analisar qual abordagem é dominante e complementar as razões e valores que impulsionam os esforços de internacionalização.

Emerge da declaração do D2 alguns aspectos relevantes desse debate:

São necessárias três dimensões nesse sistema para que a internacionalização ocorra. Que é a **cultura organizacional** (que no caso seria a cultura para a internacionalização), a segunda questão seria o que a gente chama de **acomodação normativa**, ou seja, você ter documentos que propiciem, flexibilizem esse processo de internacionalização, para que esse sistema ocorra, e **recursos financeiros**. Então essa tríade cultura organizacional, documentos normativos e recursos financeiros são pilares muito fortes que, naturalmente com um quarto elemento, que é a visão de internacionalização.

[...] trazer os servidores técnicos; ter uma compreensão mais ampla da internacionalização não apenas como processo, mas como sistema; e a terceira coisa é a visão da internacionalização... um reposicionamento dessa visão (D2).

Essa fala reforça a questão do comprometimento institucional, do envolvimento de todos para que as ações aconteçam e os objetivos sejam alcançados (Knight, 2008; Hudzik, 2011; Stallivieri, 2017a, 2017b).

Ao serem perguntados sobre em que momento tem início na UFPE o processo de internacionalização, percebe-se que não há nas falas consenso: A D1 acredita que teve início com a criação da CCI, e afirma que foi uma grande estratégia do então reitor Mozart Neves Ramos, e completa: “Ele (Mozart) coloca a UFPE num circuito internacional muito interessante, quando ele chama uma **comissão de avaliadores externos para fazer uma avaliação geral da Universidade**. Na fase seguinte eu vejo uma consolidação desse espaço saindo de uma Coordenadoria para uma Diretoria”. Na mesma linha de pensamento a C3 afirma que “em 98/99 foi criada a Coordenação de Cooperação Internacional que sistematizou melhor a questão da internacionalização. Eu diria que começou mais a partir da criação da CCI, porque até então eu acho que não tinha muito controle sobre o que acontecia”.

A C1 diverge um pouco dessas afirmações e enfatiza:

Eu não posso dizer que a internacionalização se iniciou de forma completa e de forma satisfatória com o início da DRI... A gente estaria falando de uma educação internacional e não numa internacionalização da educação. Talvez a gente tenha começado a pensar numa internacionalização a partir de 2014, 2015... com o aumento dos programas de mobilidade, com o debate da

internacionalização trazidos para as reuniões de gestão na Universidade, então eu diria que tem mais ou menos esse início... **acho que estaria ligado ao início do Programa CsF** [...] A internacionalização na UFPE ainda é um processo tímido, mas que nos últimos 3 ou 4 anos tem corrido a passos largos (C1).

A C3 destaca:

Se iniciar a internacionalização é instituir a Diretoria de Relações Internacionais, creio que faz cerca de 20 anos. Não acho muito estruturada... creio que não muito... um pouco... eu acho que já foram dados alguns passos, eu acho que a instituição já pensou em muitas coisas que nunca tinha pensado... então acho que a internacionalização está acontecendo, porém eu acho que ainda tem muita coisa a se pensar a respeito disso (C3).

O D2 enfatiza o surgimento do CsF como um marco para as relações internacionais nas IES:

Eu diria que o momento mais emblemático da internacionalização ele acontece com o advento do **Programa Ciência sem Fronteiras** nas universidades brasileiras como um todo. O que a gente tem anteriormente é todo um movimento que talvez, inclusive a terminologia era até outra, era Educação Internacional, Educação Internacionalizada, etc, então é tudo que você tinha antes do CsF. Eu acho que a palavra internacionalização ganha força e ganha também uma dimensão teórica para ser estudada e até a própria visão de relações internacionais dentro das universidades com o CsF. Então se você me perguntar quando é que começa de fato a internacionalização, no meu ponto de vista, só começa muito recente... é muito recente, embora a gente tenha todo um histórico aí (D2).

A D1 relembra que o PRINT forçou a UFPE a traçar minimamente o seu Plano de Internacionalização, e enfatiza:

Eu acho que os conceitos que estão ali (no Plano de Internacionalização) ainda são os vigentes. Eu acho que ele traz lentes novas para olhar a internacionalização, quando ele olha ela de forma transversal a todas as demais atividades universitárias, quando ele não foca somente na questão da língua, quando ele não foca somente na questão da legalidade... tudo são eixos do plano. Eu acho que a concepção do Plano ainda é muito inovadora. Eu acho que a gente conseguiu deixar bases para que se pudesse dar continuidade. Claro que a gestão nova que assume pode ter uma outra concepção e pode focar mais em determinados aspectos do que em outros (D1).

Diante das falas inferimos que o processo de internacionalização da UFPE não é algo estático. Ele vai se moldando e se concretizando a partir de tendências globais, regionais, nacionais e locais.

Os trechos mencionados nos fazem refletir sobre as influências que este processo sofreu ou sofre. As respostas, mesmo não singulares, apontam para os holofotes externos presentes nos muros da universidade: uma avaliação externa, a criação de um programa nacional acelerando mudanças (o CsF e o PRINT), a concretização de um Plano de Internacionalização impulsionado por uma demanda nacional. Essas constatações evidenciam que a internacionalização está condicionada a muitos empurrões e puxões (externos e internos).

Apesar de existir a necessidade de melhor compreender o que envolve a internacionalização e suas práticas, observa-se que os entrevistados têm consciência de que a concepção da internacionalização está intimamente ligada ao ato de dialogar, de trocar experiências e não é algo de via única, mas um movimento que traz consigo o viés da cooperação e do respeito, como demonstram os extratos a seguir:

Internacionalizar é ampliar a capacidade de diálogo. **Eu saber lidar com diferenças, lidar com semelhanças, com produção de conhecimento em diversos lugares, saber respeitar...** Como aprender e ensinar de uma certa forma e ampliar a minha capacidade de interlocução. Quanto mais possibilidade de troca, provavelmente mais internacionalizada a instituição é (D1, grifo nosso).

Eu entendo como internacionalização da educação superior essa questão do diálogo de uma troca com instituições de outros países, de outros continentes para realmente circular o conhecimento, comparar o que é a cultura de um país o que é a cultura de outro, como as coisas ocorrem nos países diferentes. Para mim, em resumo é a troca de conhecimento entre as instituições (C2).

O D2 ainda aponta para a questão da glocalização nesse processo, ou seja, combinar influências e aspectos globais e locais, fazendo conexões, porém preservando a identidade cultural local e não apenas absorvendo o que dita a cultura hegemônica.

A internacionalização é um sistema aberto a partir do qual a educação superior consegue **dialogar em três esferas: o local, o regional e o internacional** criando o movimento que eu chamo de glocalização, o

movimento em que o global interfere no local e o local também consegue interferir no global (D2, grifo nosso).

A visão do D2 sobre esse processo aponta ainda para uma internacionalização que abranja um olhar afirmativo inclusivo:

A gente precisa negritar a internacionalização. E quando eu falo de negritar (as pessoas usam de maneira muito errada o verbo enegrecer e dá um sentido político e conotativo péssimo), mas é negritar e fazer com que as vozes silenciadas nesse processo possam sair da periferia e das bordas desse processo para o centro. **Ele é um sistema aberto que precisa ressignificar a participação dos seus atores no sentido de que ele precisa ser um sistema decolonial que esteja muito mais voltado para um *suleamento*¹² em detrimento de um *norteamento*** (D2, grifo nosso).

O extrato acima expõe a preocupação em tornar as práticas de internacionalização mais abrangentes e menos elitistas, portanto, percebemos através dos documentos e das falas dos gestores que oportunizar o acesso de todos e todas à internacionalização universitária é uma preocupação e um desafio presente na política de internacionalização da UFPE. Essa visão se alinha com a perspectiva de um processo de internacionalização que vai além do discurso dominante das teorias.

Esse processo complexo vem passando por modificações estruturais, atitudinais, estratégicas, entre outras, desde a criação da Coordenação de Cooperação Internacional, em 1998, como já informado na subseção Contexto da Pesquisa. Desde então o setor permanece ligado ao Gabinete do Reitor da UFPE, hoje é uma Diretoria com status de unidade estratégica com caráter consultivo e deliberativo no que concerne à política de internacionalização.

Ao serem questionados sobre a estratégia de internacionalizar em casa todos os gestores têm consciência do seu caráter inclusivo, como apontam algumas respostas:

[...]A ideia de internacionalizar em casa é essa: **eu posso beneficiar mais pessoas...** ao invés de mandar um estudante para fora... se eu trago uma oportunidade para dentro... em vez de um estudante eu posso beneficiar 10, 20, 30... e assim eu posso ir ampliando essa capacidade (D1, grifo nosso).

¹² Termo usado para se referir ao Sul Global no sentido de trazer outras perspectivas epistemológicas e pensar criticamente a internacionalização.

A estratégia de laH **foi pensada como uma forma de dar acesso**. É um grupo muito reduzido porque sempre envolve dinheiro e tudo que envolve recurso financeiro limita a participação das pessoas, então essa estratégia permite que a internacionalização realmente seja praticada dentro do próprio campus. A pessoa não precisa sair da universidade para ter essa experiência, por exemplo. Essa estratégia eu entendo como uma forma de trazer para dentro do campus as possibilidades que a internacionalização traz. Nem todo mundo vai poder fazer mobilidade para o exterior, por exemplo (C2, grifo nosso).

Outro aspecto que chama a atenção nas falas é sobre a importância da laH no processo de incorporar na comunidade acadêmica a relevância desse processo. O D2 argumenta que:

A laH é o aspecto desse sistema chamado internacionalização, porque ela é um elemento processual que vai possibilitar o desenvolvimento da cultura organizacional para internacionalização, ela vai criar ambiência para a internacionalização, ela vai criar ou fomentar a compreensão para a internacionalização, ela vai também preparar a internacionalização extrínseca (out) (D2).

A C1 endossa que “a partir do momento em que eles (a alta gestão) abrem espaço para discussão de uma política de internacionalização (neste caso a laH) a gente já tem aí a primeira marcha do movimento para efetivação dessa política na instituição”.

Quando perguntados sobre as influências globais, regionais e locais das políticas educacionais que nortearam ou colaboraram com a inserção de estratégia de laH na UFPE, emerge das respostas vários olhares. A D1 exaltou o apoio exclusivo da instituição a partir da colaboração da então Pró-Reitoria Acadêmica (PROACAD):

Não vi influências de organizações externas [...] a gente teve uma percepção extraordinária das oportunidades de internacionalização em casa pela Pró-Reitoria de Graduação da UFPE (PROACAD). Então, percebeu que isso era uma iniciativa fundamental no processo de formação e eu acho que nos apoiou em todo o desenho e iniciativa do BRAVE. [...] na época a gente teve o apoio da gestão de fazer essa proposta de ampliar essa capacidade de nos mostrar. [...] sem eles a gente não teria conseguido dar esse passo, nem teria alcançado esse lugar nesse comitê decisor do COIL. A DRI não consegue puxar isso, e nenhuma instituição se ela não trabalhar em parceria interna (D1).

Apesar da D1 enfatizar que não houve influência externa, observamos que a criação do BRAVE vem de uma perspectiva norte-americana de disciplinas

colaborativas. O BRAVE foi pensado e formatado com a ajuda da *State University of New York (SUNY)*.

O D2 enfatizou que o PRINT impulsionou à instituição a pensar em estratégias de laH: “No plano federal não teve muita coisa, mas eu digo que algo que foi um certo gatilho para determinadas ações, para chamar a atenção da comunidade para esse conceito e da importância da laH foi o PRINT”.

A C2 apontou influências globais nas estratégias de laH quando se referiu ao Programa BRAVE e influências nacionais em programas que envolvem a política linguística:

Teve influência na época das estratégias das universidades estrangeiras mesmo, que estavam sendo desenvolvidas, a estratégia do contexto internacional... com o conhecimento que se tomou da iniciativa COIL de colaboração internacional. Acredito que possa ter tido influência também do próprio MEC, da CAPES... na época do CsF, tanto nas mobilidades, que não são laH, mas por exemplo, na constituição dos núcleos de idiomas, na elaboração de política linguística nas universidades. Então teve uma influência acho que basicamente nacional nesse ponto e internacional no sentido mesmo de saber o que estava acontecendo fora e tentar acompanhar o que estava acontecendo (C2).

Perguntados sobre a percepção da instituição e da comunidade acadêmica para considerar a laH como uma estratégia para a internacionalização universitária os respondentes apontaram:

Há uma aceitação, mas o principal desafio não é nem resistência nem aceitação, é potencial de comunicabilidade. Eu acho que **a Universidade precisa conhecer melhor o que a DRI faz**, principalmente as novas coisas que a DRI faz. E a gente precisa chegar mais em alguns locais do campus, em alguns PPGs, em alguns departamentos para que essas ações tenham uma amplitude maior, para que elas tenham uma inserção maior, para que a gente consiga alcançar mais gente (D2, grifo nosso).

A fala do C1 e C3 estão alinhadas com a de D2 no sentido da comunidade acadêmica conhecer os aspectos que envolvem a internacionalização:

Meu primeiro impulso foi responder que há resistência, mas talvez fosse injusto colocar como resistência algo que ainda **precisa ser conhecido por toda comunidade**. Eu acho que a pauta de internacionalização e da laH precisa estar de fato transversal, em todos os setores da universidade. Não só restrito a DRI, a PROPESQI,

a PROPG e a PROGRAD. Ela precisa circular, ela precisa ser pulverizada por toda comunidade acadêmica. **Eu ainda acho muito incipiente essa consciência na Universidade como um todo.** Não por culpa de A e B, mas tem seu tempo para que isso de fato se torne uma prática, uma consciência da importância disso, mas eu não diria resistente, mas muito tímido por conta de uma falta de conhecimento (C1, grifos nossos).

Eu não vejo exatamente resistência **o que eu vejo é falta de consciência a respeito da questão. As pessoas desconhecem do que é que se trata**, o que é que é internacionalizar... enfim, existe uma série de questões políticas que envolvem isso também...(C3).

No que concerne às ações de IaH os gestores apontaram práticas que mais se destacaram durante a gestão. Emerge sempre na fala do D1 o BRAVE como algo muito importante: “O BRAVE é a semente da internacionalização em casa. Claro que a IaH vai ter uma série de outros componentes como o trazer mais eventos que beneficiem um conjunto grande de pessoas, promover eventos internacionais, promover outras atividades e, inclusive de Extensão...”

O D2 defende as práticas que se fizeram/fazem presentes no contexto atual, como destacou: “a mobilidade virtual juntamente ao curso de idiomas seria as bandeiras da IaH; e no segundo plano as questões relativas à interpretação de eventos, tradução de sites; e no terceiro plano as classes ou as aulas colaborativas”.

Emerge da fala de C3 uma tensão quando se refere ao MOVI e diz que:

Eu não considero o Programa de Mobilidade Virtual bem sucedido... assim, houve alguns pontos positivos nos primeiros semestres... a gente teve alguma demanda, mas teve muitos problemas e eu acho que a qualidade da coisa em si não foi muito boa... a qualidade dos cursos ofertados, a qualidade por conta da falta de plataforma específica para isso... e porque também um outro problema que a gente enfrentou foi a língua... o espanhol (C3).

Vale ressaltar outra questão importante que é o incentivo aos sujeitos que se propõem a dar continuidade às suas práticas de IaH na UFPE. No caso do BRAVE os docentes receberam treinamento no exterior e foram acompanhados por um coordenador, como reforçado por D1:

Eu tinha um apoio institucional e tinha um coordenador que acompanhava, incentivava esse professor a fazer isso e depois eu tinha um aporte financeiro para que ele pudesse visitar o parceiro dele no exterior, a instituição parceira e ele pudesse apresentar as experiências dele no evento. A UFPE foi um sucesso internacional e

foi depois disso que a gente foi convidado para fazer parte desse comitê. A gente teve 10 professores mostrando e compartilhando suas experiências no IVEC, em San Diego. Isso não é pouco! (D1).

Emerge da fala de C2 o seguinte:

O BRAVE foi um programa adotado... foi a FAUBAI meio que responsável por esse programa, então para participar você precisava fazer alguns trâmites, alguns procedimentos, **pagar algumas taxas que não era algo sustentável**. E também não tinha verba para a Universidade, porque para você participar dessas iniciativas você tem que fazer um treinamento inicialmente nos EUA... não fisicamente nos EUA, mas numa empresa americana e era um treinamento que tinha que ser pago e não tinha verba para isso... então eu acho que não teve um estímulo, mas também eu entendo um pouco porque isso foi deixado de lado ao mesmo tempo. poderia ter uma continuidade, mas foi um pouco deixado de lado (C2).

Alguns entrevistados apontam ainda que não dá para avaliar a gestão atual quanto aos incentivos, pois tivemos um governo recente que realizou sérios cortes orçamentários nas universidades públicas tornando alguns projetos inviáveis e no meio da crise ainda uma pandemia.

Do ponto de vista dos gestores entrevistados é unânime que as estratégias de internacionalização e de IaH, especificamente, precisam ser mais conhecidas pela comunidade acadêmica. Deve haver aporte financeiro, treinamento e incentivos para que as ações empreendidas sejam sustentáveis e não algo passageiro ou de interesse do gestor daquele período.

Nesse debate emerge nas falas o papel da DRI como um propositor dessas ações. Geralmente são ações ou estratégias sugeridas pelos gestores, pois estes participam das redes que discutem as questões atuais da internacionalização em congressos, encontros, reuniões, seminários, porém as iniciativas têm que contar com o apoio dos demais membros da gestão e de órgãos deliberativos da UFPE.

Assim, com relação à autonomia da DRI para propor políticas de internacionalização, surgem as seguintes falas:

A gente teve a liberdade de propor, foi nos dado algumas possibilidades de avançar em alguns campos e outros a gente não conseguiu avançar. Precisava ter o apoio maior de determinados setores que não tinha... de tudo, desde comunicação até pró-reitorias. Eu acho **que a gente teve a liberdade de propor**, inclusive esse plano (de internacionalização) poderia ter sido feito completamente com outra perspectiva, com outro conceito... poderia ter sido um

conceito muito clássico e acho que a gente conseguiu avançar e conseguimos aprovação no Conselho Universitário (D1, grifo nosso).

Sempre que há uma demanda de internacionalização no processo decisório a DRI é chamada para prestar o seu parecer, a sua visão, etc. Então a Direção está no centro das decisões da Universidade e isso que também às vezes nos demanda muito. Politicamente nós **ganhamos muito e temos muita autonomia para decidir os caminhos da internacionalização da Universidade**. Eu me sinto muito tranquilo para conduzir as políticas e para trazer a escuta dos servidores para esse processo... de como vocês percebem a internacionalização, a DRI nesse processo como um todo. A gente está num nível de participação institucional de muita efetividade (D2, grifo nosso).

É engraçado porque eu vejo que nas gestões passadas, apesar da gente ser ligada no papel ao Gabinete não havia nenhuma conversa ou procura dos dois lados entre si para estarem mais próximos nesse papel de sugerir, nessa **liberdade de sugerir ações ou políticas de internacionalização**. De ser ouvido, do acolhimento... eu acho que essa atual gestão tem dado a DRI essa importância (C1, grifo nosso).

Eu acho que a DRI tem um grau de autonomia alto por tudo que envolve a internacionalização na universidade perpassa a DRI, no mínimo com uma consulta, **mas eu acho que hoje em dia com a questão de pedir que seja elaborado**, que seja pensado para poder ser proposto para as outras instâncias da Universidade e aí poder ser aprovado. Eu acho que a DRI hoje em especial tem um grau de autonomia grande nesse sentido. Agora tudo, como tudo que funciona na Universidade, é revisado nas instâncias superiores (C2, grifo nosso).

No geral a gente tem muito espaço para fazer comentários e eles são absorvidos (C3).

Ao serem questionados sobre a participação dos servidores nesse processo e como ocorre a formação para esse trabalho, os gestores informaram que algumas capacitações foram ofertadas por parceiros externos a exemplo do Programa Erasmus que possibilitou algumas reuniões de capacitação para os técnicos administrativos em Portugal, Colômbia e os projetos do Santander, como o TOP Espanha para capacitação linguística. Os entrevistados apontam para a necessidade de um reforço nessa questão:

Eu acho que a gente poderia ter feito mais... (D1).

Existe a oportunidade de participar dos fóruns (internacionais) para alguns, mas não é uma formação para a equipe geral da DRI. Eu

acredito que poderia ser uma oferta abrangente para todo mundo. (C1).

A gente recebe algumas orientações a respeito, mas treinamentos, cursos não. A não ser que cada um vá atrás e faça. E quando a gente (funcionários da DRI) faz isso a gestão apoia, mas a gente poderia por exemplo fazer um grupo de estudos, a gente poderia ler e discutir ideias. Não existe dentro da DRI e muito menos fora, no campus (C3).

O D2 vê algumas possibilidades de forma mais ampla, conforme extrato:

Eu diria que ainda de uma maneira muito tímida... É necessário que a gente entenda questões relativas ao racismo, ao público LGBTQIA+, sobre as questões das pessoas com deficiência... que a gente entenda um pouco mais de como esse universo funciona e se coloca, especialmente no âmbito da UFPE. Então a primeira questão são essas sensibilizações. Eu acho que num segundo momento a gente possa ter formações mais específicas em algumas áreas. Não necessariamente do ponto de vista teórico, apenas, mas no planejamento, gestão da internacionalização que uma coisa que se fala muito hoje em dia nos Estados Unidos e no Canadá, mas ainda pouco no Brasil. [...] E o terceiro nível que entra no nível da personalidade mesmo. Que são aquelas formações que estão mais dentro do âmbito da humanidade mesmo, de estar bem consigo... Por enquanto a gente só tem investido nesse primeiro aspecto (D2).

Destacamos que apesar de constar nos documentos institucionais a menção de uma internacionalização para todos e a inclusão de cada vez mais estudantes nas possibilidades de internacionalização, os desafios e obstáculos enfrentados pelos gestores são muitos, como apontam as falas:

O grande desafio: primeiro convencer as pessoas, inclusive da própria gestão e não só professores e alunos, mas internamente de que a internacionalização não era só viajar para fora e que a gente precisava incluir processos de internacionalização em toda a estrutura da Universidade...GRANDE DESAFIO! Era ter parceiros na instituição como um todo para que a gente pudesse avançar nesse conceito de internacionalização...ampliar esse conceito de internacionalização e trazer para dentro da instituição essa diversidade de experiências. **Na realidade eu conceituo a internacionalização como ampliar a capacidade de diálogo** (D1, grifo nosso).

A principal dificuldade não só da UFPE, mas de qualquer universidade brasileira é da cultura organizacional com relação à internacionalização. **A compreensão do que é a internacionalização, a compreensão da importância do que é a internacionalização enquanto quarta missão da universidade,**

como você incorporar a internacionalização no cotidiano da universidade de uma maneira decolonizada (D2, grifo nosso).

[...] assim, é o que eu vejo como obstáculo hoje é a noção de internacionalização como um todo pelos demais setores da universidade (C1).

O maior obstáculo e desafio mesmo é uma **capacitação com a necessidade de conhecimento maior sobre a internacionalização** antes de poder desenvolver essa política (C2, grifo nosso).

Eu vejo muitos obstáculos [...] mais o que? De um modo geral dificuldades que a gente encontra no dia a dia por conta de problemas administrativos na instituição. **São coisas de âmbito mais institucional mesmo** (C3, grifo nosso).

É recorrente nas falas dos entrevistados o quão importante é fomentar um diálogo com a comunidade acadêmica no sentido de incorporar essa consciência sobre os processos de internacionalização, tendo em vista que são estratégias que passam por toda a instituição.

No âmbito da internacionalização em casa um dos desafios mencionados é fazer de fato uma abordagem presente na vida dos alunos, como enfatizou a D1:

[...]avançar nessas pautas de que a internacionalização é uma ação transversal a todas as ações, em todas as atividades universitárias. E que a gente precisa internacionalizar em casa para ampliar a capacidade de diálogo de todos os que fazem a Universidade. O aluno quando entra precisa ter uma ideia de que em algum momento ele vai fazer um circuito internacional, mesmo sem sair do país. Ele não precisa estar ansioso. Ou ele pode dizer “não quero!” e pode ser uma opção deles, mas eu preciso ofertar escolhas. Isso para mim é o desafio (D1).

O D2 menciona os desafios burocráticos, normativos, institucionais:

[...] o ponto de partida da internacionalização é justamente a IaH (que não começou na pandemia). É um processo que faz parte desse sistema chamado internacionalização. Os desafios são muitos porque nós temos amarras burocráticas, temos a própria cultura organizacional (mais uma vez falando disso), tem a própria visão do currículo...a gente tem um currículo muito fechado... um currículo que podia estar muito atrelado a IaH como perspectiva transversal (e é isso a história lá da Europa, de Bolonha). E a gente não consegue fazer isso. É importante que a gente tenha em algum nível uma reforma curricular que possa abraçar a IaH como uma mediatrix, como um vetor que faça parte do currículo. Não é apenas o curso de idiomas estrangeiro... isso é um aspecto dessa internacionalização em casa. O primeiro passo para internacionalizar o currículo é a entrada da IaH. A internacionalização do currículo nada mais é que você colocar a IaH dentro do currículo do ensino superior. O conceito de

internacionalização do currículo a grosso modo é isso. Esse seria o próximo passo e um grande desafio porque a LDB engessa muito, a cultura institucional com relação a isso e fazer isso dá um certo trabalho. Esse é o desafio de conscientizar, de sensibilizar, etc (D2).

O C2 enfatiza como desafio os incentivos para estudantes e professores, conforme resposta a seguir:

O maior desafio é a gente fazer com que as iniciativas dessas ações integrem realmente, por exemplo, a carga horária do docente, seja usado para progressão docente, para que eles possam ter mais interesse, ter mais incentivos em participar desse tipo de iniciativa e tornar elas algo mais fixo e menos sazonal, como é hoje (C2).

Já o C1 enfatizou aspectos práticos das estratégias hoje adotadas pela UFPE e a importância de se avaliar tais iniciativas:

Os desafios são aspectos que já mencionei: a elaboração de documentos bilíngues; o acesso de alunos estrangeiros que estão aqui na UFPE a determinados sistemas; repensar determinadas práticas de internacionalização em casa para reestruturar. Se não está dando certo isso, por exemplo, a Mobilidade Virtual, que foi uma iniciativa a partir da pandemia e aí até agora na UFPE não tem apresentado muita demanda, muita procura. Por que é que está acontecendo isso? Quais são os obstáculos? O que é que impede? O que é que dificulta? O que a comunidade acadêmica pensa da Mobilidade Virtual? A comunidade docente, a comunidade discente? Estão cansados de aulas on-line? O horário bate, não bate? Enfim, eu acho que precisa se pensar se de fato vale a pena (C1).

A questão linguística é enfatizada pelo C3 e a articula com a falta de recursos:

Apesar da gente ter melhorado muito nesse ponto, a questão linguística. Porque na verdade a gente anda um pouco atrás em relação a isso. O programa acabou (IsF) e eu não vi alguém parar para discutir: e aí o que é que ficou? O que não ficou do programa? O que a gente pode aproveitar do programa. Simplesmente foi encerrado. A questão de falta de recursos. A Universidade não tem dinheiro para pagar aos professores para darem cursos virtuais, no caso do MOVI, e essa coisa da conscientização das pessoas, né, a respeito do que é isso, do que se trata a importância disso para a instituição geral. Eu acho que é muito uma questão de educação mesmo (C3).

A IaH se apresenta como uma possibilidade para que a internacionalização se amplie para mais estudantes na instituição. Essa é sua premissa: incluir e ser obrigatória durante todo o percurso acadêmico do estudante.

Ao analisarmos a implementação da laH na UFPE pelo Ciclo da Internacionalização proposto por Knight (1994) fica evidente que na instituição há um compromisso e um planejamento estratégico para pôr em prática as ações que contemplam essa abordagem. Isso está demonstrado nos documentos (Planos). No entanto, tais ações ainda são incipientes, não obrigatórias, sazonais e necessitam de revisão e reforço. Avaliar o que está sendo desenvolvido, propor melhorias e ver o impacto dessas iniciativas para alunos e docentes é uma condição necessária para que de fato as práticas sejam duradouras.

A categoria a seguir, perspectivas para o futuro da internacionalização e da laH, apresenta na fala dos entrevistados a preocupação em mudar o olhar sobre a internacionalização na instituição, como enfatizou D1:

[...] Eu preciso diversificar os olhares e não somente me submeter ao que a União Europeia está dizendo. Eu tenho que aproveitar o que a UE está me dizendo, mas colocar o meu pezinho lá dentro para diversificar o olhar deles. Isso era um pouco os desafios que eu via como presidente da FAUBAI... como é que eu posso representar o Brasil de forma diferente? E não somente ser uma representação de instituições... (D1).

D1 se referindo a IAH pontua:

O grande desafio da laH era que a gente tivesse uma inserção gigantesca de pelo menos mais da metade dos estudantes. Temos 40 mil estudantes em média. Se a gente tivesse metade inseridos numa perspectiva de oportunidades de internacionalização no âmbito da UFPE seja através das iniciativas de língua, seja através da mobilidade virtual, seja através de cursos massivos, tipo aquela plataforma Moocs... alguma coisa nesse sentido, de que ao menos 50% tenha tido ou possa ter alguma experiência nessa perspectiva. Esse é um grande desafio e a perspectiva é fazer com que os cursos de graduação (a pós-graduação já consegue entender isso de uma maneira muito mais clara) ... a perspectiva é essa, trazer a IAH de fato para o currículo do ensino superior (D1).

Não pensar na laH seria desviar de um movimento presente na atualidade, como ressaltam as falas de C1, C2 e C3:

Para o futuro acho que uma estratégia sem volta. A gente está num movimento cada vez mais globalizado e não pensar na laH destoa um pouco do nosso atual contexto (C1).

Eu acho que é difícil a gente voltar atrás, porque **democratizar a internacionalização** é uma necessidade e não vai deixar nunca de

ser uma necessidade, então eu acho que o que vai ser feito agora é tentar viabilizar uma forma de melhorar isso, de aperfeiçoar, de ofertar mais ainda... Então eu acho que não é do interesse de ninguém que isso regrida. O que a gente tem que fazer realmente é tentar viabilizar isso melhor (C2).

Eu acho que a tendência é que cada vez mais isso aconteça e que considerando que agora depois da pandemia a virtualidade é uma coisa que chegou para ficar [...] A tecnologia ajuda muito a desenvolver a Internacionalização em Casa. Como isso é algo que se faz com a tecnologia com baixíssimo custo, então os processos de internacionalização via tecnologia, em termos de Internacionalização em Casa, são coisas que vão cada vez mais se expandir. Isso força a Universidade como um todo a se internacionalizar (C3).

Nota-se nas falas dos entrevistados a preocupação em refletir sobre uma outra internacionalização levando em consideração processos mais democráticos e inclusivos. Se a internacionalização da educação superior tem como premissa a colaboração, além das questões econômicas e políticas, é hora de trazer para o debate práticas que se consolidem e possam contemplar mais e mais estudantes para que todos e todas possam de fato viver na universidade essa “dimensão internacional, intercultural e global”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como se deu a implementação da política de Internacionalização em Casa no âmbito da UFPE no sentido de promover a ampliação do acesso de estudantes de graduação, a partir dos documentos institucionais que regem esse processo, das ações que contemplam a IaH e da percepção dos gestores envolvidos. Os resultados encontrados são mencionados ao longo desse texto.

Os documentos institucionais que alicerçam a política de internacionalização universitária da UFPE analisados deixaram pistas que apontaram para uma política de internacionalização em casa impulsionada a partir da influência de um programa do Ministério da Educação, denominado PRINT. Mesmo se apresentando como um eixo estratégico na política institucional para a internacionalização e um compromisso firmado pela gestão, oportunizar a todos o acesso à internacionalização ainda é um desafio na Universidade Federal de Pernambuco.

As ações previstas e descritas nos relatórios de gestão contemplam criar, promover, apoiar e ampliar ferramentas formais e informais da IaH. No entanto, sentimos falta de documentos que demonstrem ou apontem para uma avaliação dessas iniciativas. Percebemos que algumas ações foram bem planejadas e estruturadas para terem uma continuidade, como o BRAVE e o MOVI, que culminaram inclusive numa resolução para regulamentar a oferta de disciplinas internacionalizadas, porém na gestão atual da UFPE não foram desenvolvidas indicando que a depender dos dirigentes as iniciativas terão seu grau de importância ou ainda que outras questões alheias à UFPE poderão influenciar no andamento das iniciativas, como por exemplo, os cortes orçamentários que as universidades sofreram nos últimos anos e a pandemia que afetou diretamente toda a estrutura do ensino superior. As demais ações continuam sendo desenvolvidas, porém mais uma vez percebemos que não acolhe os estudantes da instituição ou pelo menos grande parte deles.

A percepção dos gestores sobre o processo de IaH é muito clara na medida que têm consciência do seu caráter inclusivo, porém os desafios são muitos e requerem um maior engajamento dos gestores no sentido de possibilitar que a comunidade acadêmica (gestores, professores, técnicos e estudantes) conheça a

internacionalização como o processo transversal e a IaH como uma possibilidade para democratizar essa dimensão internacional.

Assim, concluímos que os desafios dessa estratégia de internacionalização do ensino superior denominada Internacionalização em Casa, no contexto de uma universidade federal pública, situada no Nordeste do Brasil, nomeadamente a Universidade Federal de Pernambuco, são muitos. No quesito organizacional, de gestão ou mesmo de cultura da organização, o processo de internacionalização precisa ser melhor conhecido por todos que fazem parte da UFPE; no quesito financeiro, a falta de recursos dificulta seguir com práticas de IaH que foram implementadas; no quesito de ferramentas implementadas há falta de monitoramento e avaliação para melhor conduzir as práticas; no quesito gestão de pessoas, os docentes precisam ser melhor capacitados para as práticas, bem como os técnicos administrativos do escritório de internacionalização.

Com relação às perspectivas é imprescindível ter a Internacionalização em Casa como uma política de governo mais abrangente. Fica evidente, tomando como base o que levantamos neste estudo, que os maiores feitos da internacionalização da educação superior no Brasil, nos últimos anos, chegaram às instituições através de programas governamentais como por exemplo o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e o Programa Institucional de Internacionalização (PRINTE). Ofertar possibilidades aos estudantes, sendo obrigatório ou não, através de disciplinas internacionalizadas (via BRAVE ou MOVI ou outro programa nesses moldes), e também de práticas de IaH informais, deve ser um compromisso constante na instituição, inclusive com apoio de outras instâncias, como as pró-reitorias pertinentes, já que estamos afirmando que a internacionalização é um eixo que atravessa toda a instituição.

Este estudo contribui para a literatura acadêmica ao demonstrar que existem processos alternativos de internacionalização que podem ser igualmente formativos dentro das universidades. Além disso, promove uma reflexão crítica sobre práticas de internacionalização alternativas, voltadas para ações mais democráticas e inclusivas, que ajudam a reduzir desigualdades e a incluir grupos sociais que enfrentam dificuldades em participar de programas de mobilidade estudantil. Os resultados podem, portanto, auxiliar na compreensão de práticas de Internacionalização em Casa (IaH), bem como nas dificuldades e nos desafios associados a esse processo. Para as instituições de ensino superior, esses achados servem como um guia para

entender melhor a laH e adaptar iniciativas às necessidades específicas de cada instituição. Assim, ao concluirmos este estudo, sugerimos:

- ampliar o debate sobre as práticas de laH existentes nas universidades brasileiras para que no futuro próximo seja uma política nacional de ampliação de possibilidades;

- capacitar os técnicos para lidarem com as demandas que emergem desse processo e promover melhorias de algumas iniciativas;

- promover rodas de conversa com docentes que vivenciaram experiências internacionalizadas;

- sensibilizar, incentivar e capacitar docentes para participarem das práticas de laH;

- promover a socialização das experiências e desafios dos alunos que participaram do intercâmbio com o intuito de ampliar e diversificar os olhares através de eventos e atividades culturais anuais ou semestrais;

- retomar as disciplinas colaborativas com um olhar ampliado para outros idiomas e para a América do Sul, visando ampliar e incluir perspectivas culturais diversas;

- monitorar e avaliar sistematicamente as práticas, fazendo ajustes necessários.

Diante dessas considerações somos favoráveis a uma internacionalização universitária que requer novos olhares e a laH pode ser uma aliada nesse sentido quando se propõe a criar e desenvolver ambientes mais inclusivos com alunos mais resilientes e adaptáveis às mudanças, uma vez que os capacitará para um mundo global, interconectado, diverso. Trabalhará o pensamento crítico, as habilidades interculturais num contexto internacional.

Entendemos, portanto, que a internacionalização deve ser mais inclusiva, colaborativa, equitativa e ética. Além do que aponta os textos institucionais, as ações devem realmente fazer parte da vida acadêmica dos alunos e a internacionalização em casa pode ser uma ferramenta eficaz nesse processo quando contempla em seus pressupostos trazer para os muros da universidade várias possibilidades de imersão internacional, intercultural e global.

Cabe ressaltar que no decorrer desta pesquisa outros questionamentos surgiram, então como sugestão para pesquisas futuras destacamos:

- um estudo comparativo com outras instituições federais (nacionais, locais) sobre as políticas e práticas de internacionalização em casa;
- um estudo que aborde como os funcionários dos escritórios estão sendo preparados para lidar com questões emergentes que envolvem a internacionalização em geral e a internacionalização em casa particularmente;
- um estudo que lance luz sobre como as instituições, faculdades e programas estão incentivando e reconhecendo seus docentes em atividades que se destinem à IaH;
- um estudo que contemple o papel das redes e associações, a exemplo da FAUBAI ou da ANDIFES através da CGRIFES¹³, como impulsionador da IaH nas IES brasileiras
- um estudo que reflita criticamente sobre a internacionalização do currículo em universidades brasileiras.

Por fim, enfatizamos que são muitas possibilidades não contempladas nesse estudo e que podem contribuir significativamente para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na promoção do processo de internacionalização do ensino superior, além de fomentar um ambiente acadêmico mais inclusivo e inovador.

¹³ O Conselho de Gestores de Relações Internacionais das IFES (CGRIFES) tem como objetivo, dentre outros, assessorar a ANDIFES na construção de políticas nacionais de cooperação acadêmica internacional.

REFERÊNCIAS

ABBA, María Julieta. Límites y potencialidades para el desarrollo de una internacionalización de la educación superior necesaria: estudio de caso de La UNILA (Brasil) y La ELAM (Cuba). 2018, 280 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

ALVES, Mariana de Souza. **Políticas de Internacionalização na Educação Superior Pública Federal**: estudo de caso da UFPE. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Culturas e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, 2022. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/8655>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ARAUJO, Adriana da Silva. **O Perigo da História Única**: questões de política de internacionalização no Brasil. 2019, 149 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ASSENZA, Marta Lúcia Alves. Internacionalização do ensino superior: a experiência da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2018, 97p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/PR, 2018.

BALL, Stephen J., DWORKIN, Anthony Gary and VRYONIDES, Marios (2010) Globalization and Education: Introduction. **Current Sociology**, 58(4), pp. 523–529. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0011392110367987>. Acesso em: 12 fev. 2022.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 11, p. 89-117, 2013.

BARANZELI, Caroline. Modelo de internacionalização em casa. In: MOROSINI, Marília Costa. (Org.). **Guia para a Internacionalização Universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 187-202, 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

BEELEN, Jos. **Implementing internationalisation at home**. In: EUROPEAN ASSOCIATION FOR INTERNATIONAL EDUCATION. 2007, Amsterdam. Disponível em: https://www.academia.edu/10268019/Beelen_J._Ed._2007_.Implementing_Internationalisation_at_Home. Acesso em: 6 dez. 2021.

BEELEN, Jos, The Long Wait: Researching the Implementation of Internationalisation at Home." Internationalisation revisited: New dimensions in the internationalisation of higher education. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/10268864/Beelen_J._2012_.The_long_wait_Researching_the_implementation_of_Internationalisation_at_Home. Acesso em 15 dez. 2022

BEELEN, Jos. Internationalisation at home: obstacles and enablers from the

perspective of academics. In: **Responsible university: Verantwortung in Studium und Lehre**; Sammelband Tag der Lehre 2017 der Karl-Franzens. Graz: Grazer Universitätsverlag, p. 29-54, 2019.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. **Redefining Internacionalization at Home**.

2015. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/312862761_Redefining_Internationalization_at_Home. Acesso em: 25 fev, 2021.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. **Internacionalisation at Home**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340310369_Internationalisation_at_home_statistics. Acesso em: 6 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planeando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Diário Oficial da União: Ed. 214, seção 1, Brasília, DF, p. 20, 08 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa ciência sem fronteiras. Disponível em:

<http://cienciasemfronteiras.gov.br/documents/214072/5058435/Decreto7642-Csf.pdf>
Acesso em: 03 fev. 2022.

CAPARROS JUNIOR, José Benedito. Institucionalização da internacionalização da educação superior: estudo de aplicação prática à luz do ciclo de Internacionalização de Knight de 1994. 2020, 128 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2020.

CARVALHO, Camila Marques de. Internacionalização em Casa na UFJF: um estudo sobre o Programa Global July. 2021, 182 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**.

Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central-Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARLES, Christophe e VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CICHOSKI, Paula Spiazzi Bottega. Experiências de internacionalização e desenvolvimento humano na educação superior. 2017, 117 p. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

CROWTHER, Paul, JORIS, Michael, OTTEN, Matthias, NILSSON, Bengt, TEEKENS, Hanneke; WÄCHTER, Bernd. **Internationalisation at Home: A position paper**. Amsterdam: EAIE, 2001.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DE WIT, Hans. **Internationalisation of Higher Education in the United States of America and Europe: A Historical, Comparative, and Conceptual Analysis**. University of Amsterdam, 2001. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=7f8def8d-699c-4812-ac69-0ab486926488>

DIAS SOBRINHO, José. Processo de Bolonha. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 9, n. esp., p. 107-132, dez. 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior sem fronteiras cenários da globalização: bem público, bem público global, comércio transnacional? **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2004. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1265>. Acesso em: 8 fev. 2022.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade em tempos ultraliberais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [S. l.], v. 23, n. 2, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3475>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FARIAS, Nilson de. Olhares do sul: políticas de internacionalização da educação superior. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

FIALHO, Alexandre Magno Gurgel. Mineração de dados educacionais dos alunos de graduação da UFPE: um estudo de caso da mobilidade e internacionalização. 2020, 107 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

FREIRE JÚNIOR, José Celso (Org.); PANICO, Vanessa Franco Bonini (Org.). **Programa Ciência sem Fronteiras: Idealização, desenvolvimento e resultados**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/programa-ciencia-sem-fronteiras-idealizacao-desenvolvimento-e-resultados/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

GEORGE MWANGI, Chrystal. A.; YAO, Christina W.. US Higher Education Internationalization Through an Equity-Driven Lens. In: Perna, L.W. (eds) Higher

Education: Handbook of Theory and Research, vol 36., p. 549 - 609. Springer, Cham, 2020.

HUDZIK, John K.. Internacionalización integral: del concepto a la acción. NAFSA, 2011.

JONES, Elspeth; REIFFENRATH, Tanja. Internationalisation at Home in Practice. 2018. Disponível em: <https://www.eaie.org/blog/internationalisation-at-home-practice.html>. Acesso: 20 mar. 2023.

KNIGHT, Jane. **Internationalization**: elements and checkpoints. CBIE Research, n. 7, 1994. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED549823.pdf>

KNIGHT, Jane. **Internationalization Remodeled**: Definition, Approaches, and Rationales. Journal of Studies in International Education, 8(1), p. 5–31, 2004. <https://doi.org/10.1177/1028315303260832>

KNIGHT, Jane. **Higher education in Turmoil**: The changing world of internationalization. Rotterdam: Brill Sense Publishers, 2008.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação Superior**: Conceitos, tendências e desafios. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020

KNOBEL, Marcelo; LIMA, Manolita Correia; LEAL, Fernanda Geremias, & PROLO, Ivor. Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 22, n. 2, (3), 672–693, 2020.

LEAL, Fernanda Geremias. Os caminhos recentes da internacionalização da educação superior brasileira. **Revista de Educación Superior em América Latina**. N. 6, p. 14-18, 2019.

LEAL, Fernanda Geremias. Para além do discurso dominante sobre a internacionalização da educação superior: entrevista com Dra. Chrystal George Mwangi, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade de Massachusetts Amherst. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 7, p. e021035, 2021. DOI: 10.20396/riesup.v7i0.8660900. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8660900>. Acesso em: 7 mar. 2023.

LEAL, Fernanda Geremias, MORAES, Mário César Barreto. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 87, 2018.

LEAL, Fernanda Geremias, MORAES, Mário César Barreto; OREGIONI, Maria Soledad. Hegemonia e contra-hegemonia no contexto da educação superior: critérios para uma análise crítica e reflexiva do campo. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 10, p. 106-132, 2018.

LEAL, Fernanda Geremias; OREGIONI, Maria Soledad. Aportes para analizar la internacionalización de la educación superior desde Latinoamérica: un enfoque crítico, reflexivo y decolonial. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5, p. 1-19, 2019.

LINDEMANN, Júlio César. A internacionalização da educação superior, no âmbito da graduação, como um indicativo de qualidade educacional. 2020, 301 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2020.

LUSTOSA, Geyza Leyde Camello. Avaliação da política pública do Programa Ciência sem Fronteiras na formação dos estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (2010-2015). 2018, 136 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. **Internacionalização do Ensino Superior**: uma perspectiva decolonial. *Laplage em Revista* (Sorocaba), vol.6, n.1, jan.- abr. 2020, p. 91-103.

MAIA, Maria Leonor Alves; NÓBREGA, Ana Cecília Vieira da; CUNHA, Eva Carolina. A Internacionalização da Graduação. In: GOES, Paulo Sávio Angeiras de; FREIRE, Eleta de Carvalho. **Tecendo ideias com os fios que nos unem**: tecituras sobre a graduação na UFPE. Recife: Editora UFPE 2019, p. 143-159.

MARTINEZ, Juliana Zeggio. Entre fios, pistas e rastros: os sentidos emaranhados da internacionalização da Educação Superior. 2017, 214 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MENDES, Fernanda Ziani. Cooperação e integração regional na perspectiva Sul-Sul: contribuições à internacionalização da educação superior. 2019, 240p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Universidade de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MONTEIRO, Suzana. Introdução: a Emergência da Cooperação Internacional Acadêmica no Brasil. In: MONTEIRO, Suzana; OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de (orgs.) **Cooperação Internacional Acadêmica**: Experiências e Desafios, Editora Universitária da UFPE, Recife, 2007.

NOGUEIRA, Joyce Mesquita. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: políticas em dimensão nacional. 2018, 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

NUNES, Francisca Waleska Bruno. O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Ceará. 2018, 170 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PARRA-SANDOVAL, Maria Cristina. Internacionalización de la Educación Superior: lo que Subyace en el Discurso de UNESCO y OCDE. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas , v. 8, e022013, 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2446-94242022000100104&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 mar. 2023.

PAZELLO, Elizabeth. Internacionalização na UTFPR: da cereja do bolo às duas pontas do iceberg. 2019, 397 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

PEREIRA, Taciana Martins Pereira. Programa Idiomas sem Fronteiras: o caso da Universidade Federal de Pernambuco. 2021, 105 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PIMENTEL, Jussara de Freitas Magalhães. O processo de internacionalização em instituições federais de educação profissional: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. 2020, 129 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

QUEIROZ, Amanda Feitosa de. A internacionalização das instituições de Ensino Superior no Brasil e a ascensão do ensino-mercadoria. 2017, 25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

SILVA, Avaneide Rodrigues da. Estratégias de internacionalização desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação nota 7. 2020, 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SCHARDONG, Marina Mattioni. Desafios à institucionalização da internacionalização na Universidade de Brasília. 2017, 191 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Os processos da Globalização. In: **Construindo as Epistemologias do Sul**: para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, V. 1, p. 397-483, 2018.

STALLIVIERI, Luciane. A internacionalização nas universidades brasileiras: o caso da Universidade de Caxias do Sul. 2002. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Cooperação Internacional) – Universidade de São Marcos, São Paulo, 2002.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/271827638_Estrategias_de_Internacionalizacao_das_Universidades_Brasileiras_-_Livro. Acesso em 07 fev. 2022.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a Internacionalização da Educação Superior. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 26, n. 50, janeiro-junho 2017a. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/729>. Acesso em 07 fev. 2022.

STALLIVIERI, Luciane. Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas. Curitiba: Appris, 2017b. 2018,

TEIXEIRA, Linnik Israel Lima. A internacionalização em Instituições Federais de Ensino Superior do estado do Ceará na perspectiva institucional. 2018, xx p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

TERRA, Vítor Hugo. O processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras e o caso da UFJF. 2017, 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

THIENGO, Lara Carlette. Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais. 2018, 449 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

UFPE. **Plano Estratégico Institucional UFPE – 2013/2027**. Recife: UFPE, 2013.

UFPE. **Plano de Internacionalização da UFPE – 2017/2027**. Recife: UFPE, 2018.

UFPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPE – 2019/2023**. Recife: UFPE, 2019.

UFPE. Portaria Normativa nº 36, de 20 de outubro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental da Diretoria de Relações Internacionais, e dá outras providências. **Boletim Oficial**, Recife, v. 55, n. 111 especial, p. 1-6, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38962/2571920/Bo111.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022.

UFPE. **Diretoria de Relações Internacionais**. Relação de Convênios entre a UFPE e as Instituições Estrangeiras. Recife, UFPE, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/dri/instituicoes-conveniadas>. Acesso em: 2 mar. 2022.

UFPE. **Relatório de Gestão 2018**. Recife, UFPE, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/2272453/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+2018.pdf/40917c5c-5214-45c4-b47e-41e44844ffad>

UFPE. **Relatório de Gestão 2019**. Recife, UFPE, 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/2271933/Relatorio_Gestao_2019_Versao_Final/da67563c-1900-4a60-ae36-25f55b306cad

UFPE. **Relatório de Gestão 2020**. Recife, UFPE, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/3224513/0/Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+UFPE++2020.pdf/5aa245a6-5e14-43aa-b6be-6e29bc12081c>

UFPE. **Relatório de Gestão 2021**. Recife, UFPE, 2021. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/3224513/0/RELAT%C3%93RIO+DE+GEST%C3%83O+UFPE+-+2021.pdf/7cce4260-1f70-45c3-a20e-5dc8f1ccca80>

WÄCHTER, Bernd. An Introduction: Internacionalisation at Home in Context. **Jornal of Studies in International Education**, v. 7, p. 5-11, Spring 2003. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1028315302250176?journalCode=jsia>.
Acesso em: 6 dez. 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Traduzido por: Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A –

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Cinthia de Oliveira Santos Leal, Rua Rossine Roosevelt de Albuquerque, nº 204, Ap. 402, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP 54410-310, Telefone: 81-99960-7071, E-mail cinthia.santos@ufpe.br e está sob a orientação da Profa. Dra. Ana Lúcia Borba de Arruda.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde em participar desse estudo, pedimos que assinale a opção de “Aceito participar da pesquisa” no final desse termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa intitulada **A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** tem como **objetivo geral** analisar o processo de Internacionalização em Casa através da política de internacionalização da Universidade Federal de Pernambuco. A coleta dos dados será realizada através da análise dos documentos institucionais disponíveis no site da instituição e das entrevistas com gestores e ex-gestor da Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco. O entrevistado responderá às questões semiestruturadas que têm como objetivo específico analisar, na percepção dos gestores e ex-gestor da Diretoria de Relações Internacionais da UFPE, quais os desafios e as perspectivas que se apresentam para o futuro da IaH.

A entrevista será realizada em ambiente virtual, em plataforma do tipo Google Meet ou equivalente, a critério da disponibilidade do gestor, de forma individual,

preferencialmente de uma única vez, e deve durar aproximadamente 1 hora. A entrevista será realizada em 06 (seis) blocos/categorias com 10 (dez) perguntas ao todo.

Após transcrição a entrevista passará por verificação do entrevistado para validar as informações contidas. Essa etapa tem o intuito de garantir a validade interna e externa da pesquisa e a sua confiabilidade.

Os riscos oriundos da participação do entrevistado podem se manifestar em forma de desconforto ou constrangimento ao responder a alguma pergunta, porém a vontade do entrevistado será respeitada em cada etapa da coleta dos dados.

Os benefícios da participação será contribuir para o conhecimento acerca da temática pesquisada, a Internacionalização em Casa, que merece aprofundamento na academia.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, através das entrevistas, ficarão armazenados e sob a responsabilidade do arquivo pessoal da pesquisadora, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

(Cíntia de Oliveira Santos Leal - pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____
_____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo A INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

() Aceito Participar da pesquisa

() Não aceito participar da pesquisa

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

APÊNDICE B –**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DA DIRETORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Data:	
Local:	
Hora Inicial:	
Hora Final:	
Tempo Total:	
Idade:	
Sexo:	
Cargo/Função:	
Tempo no Cargo:	

Categorias	Perguntas
Experiência	<p>1. Inicialmente gostaríamos de saber qual a sua formação e como a gestão da DRI chegou ao/a senhor/a?</p> <p>2. Fale um pouco sobre a sua atuação na DRI e como o/a senhor/a colaborou para pensar a política de internacionalização na UFPE?</p> <p>3. Quais os obstáculos/desafios que o/a senhor/a precisa enfrentar para pensar/estruturar a política de internacionalização na UFPE?</p>
Concepção de Internacionalização da Educação Superior. O uso da estratégia da Internacionalização em Casa (IAH)	<p>4. Qual a sua concepção de internacionalização da educação superior?</p> <p>5. No contexto da internacionalização da educação superior, como o/a senhor/a caracteriza/entende a estratégia da internacionalização em casa?</p> <p>6. Em que momento podemos afirmar que iniciou-se o processo de internacionalização na UFPE? Como o/a senhor/a avalia o papel da internacionalização no âmbito da UFPE?</p>
Políticas educacionais (internacionais/nacionais/locais) que influenciam na incorporação/adesão da IaH na UFPE	<p>7. Quais políticas educacionais no campo da internacionalização (internacional, nacional e local) nortearam/colaboraram com a inserção das ações/estratégias de IaH na UFPE?</p> <p>8. Como o/a senhor/a percebe a política institucional da UFPE estabelecida para considerar a IaH como possibilidade de estratégia de internacionalização? Há aceitação da comunidade acadêmica? Há resistências? Se sim, quais?</p>
Ações/Estratégias de Internacionalização	<p>9. Quais ações você aponta que foram importantes para implementar a IaH na UFPE?</p> <p>10. Os sujeitos envolvidos nas práticas de IaH foram/são estimulados pela instituição a prosseguirem com suas iniciativas na atual gestão?</p>

O papel da DRI	<p>11. Você sabe como surgiu a DRI na UFPE? A DRI está ligada ao gabinete do Reitor? Se sim, qual é seu grau de autonomia para propor/pensar ações/estratégias de internacionalização?</p> <p>12. De que forma a DRI foi procurada/é procurada pela comunidade para apoiar a implementação de ações/estratégias de laH?</p> <p>13. A DRI promove alguma iniciativa para o desenvolvimento de servidores, por exemplo, atividade de formação linguística ou de acolhimento nas práticas?</p> <p>14. A DRI promove atividades conjuntas para estudantes internacionais e nacionais com o intuito de propiciar integração/interação?</p>
Desafios	<p>15. Para o/a senhor/a quais os desafios que a laH aponta/apresenta para se figurar numa estratégia que possa contribuir com o processo de internacionalização na UFPE?</p>
Perspectivas	<p>16. Como o/a senhor observa/analisa o futuro da laH?</p>
Considerações Finais	<p>17. Agradecemos a sua atenção e perguntamos se gostaria de acrescentar algo aos temas discutidos?</p>